



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 74.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 1984.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Francisco Escorsin.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados, para verificação de quórum.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

20 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. EDGAR PIMENTEL - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, apenas eu gostaria de ter e por isso solicito à Presidência da Casa, que me fosse fornecida a relação dos Deputados presentes na Sessão de ontem e na Sessão de hoje. Uma certidão para que eu pudesse ter nos meus arquivos.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa determina à assessoria que proceda a informação requerida por Vossa Excelência e que forneça o solicitado.

21 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede a leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

A Liderança do PMDB nesta Casa, vem indicar a Vossa Excelência, o Deputado NESTOR BAPTISTA, para membro titular da COMISSÃO DO PINHEIRÃO, conforme acordado com o mesmo.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do PMDB REQUER a essa Mesa, o registro dos Senhores Deputados abaixo, para comporem a Comissão de Direitos Humanos:

TITULARES:

Caíto Quintana

Orlando Pessuti

Mário Pereira

Roberto Requião de Melo e Silva

SUPLENTE:

Artagão de Mattos Leão

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do PDS, indico os Senhores Deputados para comporem a Comissão Permanente de Direitos Humanos:

Airton Cordeiro

Odeni Mongruel

Erondy Silvério

SUPLENTE:

Ezequias Losso

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de EUCLYDES HOFFMANN PEREZ, ocorrido nesta Capital, no último dia 19 de agosto.

Merecedor da mais alta estima por parte de todos quantos o conheciam, o extinto era admirado por seu espírito fraterno e amigo, além da enorme dedicação que devotava à sua família. O seu passamento deixa a nós todos consternados e cheios de saudade.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de FRANCISCO LARA VAZ, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré.

O extinto era pessoa da mais alta estima naquela comuna, reconhecido por seu jeito cordial e atencioso, além da dedicação ao lar e à família. Deixa saudades aos seus e a todos os que o conheciam e com quem conviveu por longos anos.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos do dia de hoje, voto de pesar pelo passamento do Advogado, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Apucarana, Michel Soni, pela intransigente luta política vivida em defesa da legalidade e da preservação democrática neste País.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja enviado ofício à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Professor, advogado, político, filho de pioneiros apucaraenses, Michel Soni destacou-se por sua luta em defesa dos interesses do município, tornando-se uma das figuras mais respeitadas na região, quíçã do Estado.

Como político, foi fundador e presidente do extinto MDB durante muitos anos. Candidatou-se a Vice-Prefeito em 1976, quando então o MDB deixou escapar sua vitória praticamente assegurada. Serviu de esteio à formação do PMDB já em 1978, onde teve destacada participação como Presidente do Partido, consagrando-se vitorioso nas eleições de 1982.

Era Vice-Presidente da Associação da Família Forense de Apucarana, cargo este outorgado recentemente, além de Diretor do extinto Apucarana Esporte Clube, assessor Jurídico da Câmara Municipal por muitos anos e atualmente Diretor do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal, desde a posse do atual Prefeito.

Todo contingente de amigos, políticos e familiares perdem com o desaparecimento da extraordinária figura do homem que restaurou o exemplo de dignidade, que sempre buscou a conciliação e concórdia dos problemas da comunidade.

Seu trabalho, seu caminho, continuarão a ser seguidos e trilhados por seus admiradores e a sociedade, que merecem ser reverenciados nesta hora por todos nós.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, destinada a opinar com respeito ao Projeto de Lei Complementar n.º /84, que dispõe sobre a organização dos Municípios e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, DD. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que sua Excelência se digne determinar sejam efetuados estudos no sentido de se isentar do I.C.M. a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) DONATO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

O vizinho Estado de Santa Catarina já

adotou tal medida e outros estudam a possibilidade de implantação deste critério que viria diminuir o custo final das mercadorias ao consumidor, e seria mais uma tentativa de aumento a demanda de produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos órgãos estaduais e federais, no sentido de que envidem esforços necessários para a reativação da Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá, cujo funcionamento não aconteceu por falta de apoio político na época de sua instalação em 1982.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá, instalada em 1982 na Rodovia PR-13 Km-04 - Parque Industrial II, de Maringá, antigas instalações da Petromil, não chegou a funcionar, por falta de apoio das autoridades constituídas, tanto do Estado, como do Governo Federal, naquela época.

Existe uma Lei Municipal sob o n.º 1.582/82, do Município de Maringá, cedendo uma área de terras, constituídas pelos lotes 01 a 06, da quadra 11, da Gleba Ribeirão Paissandu, destinada à construção das instalações da ACEPAR, onde funcionaria também a Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá. Hoje esse terreno encontra-se no total abandono, e nada se fez, em termos de Município, Estado ou Federação, para que se construísse esse prédio e ali se instalasse a referida Bolsa.

Em termos objetivos, a Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá não chegou a funcionar, a despeito de estar regularmente constituída, com estatutos próprios, terrenos para construção e instalação da Bolsa.

Maringá e região constituem-se no grande produtor de grãos ao Estado, havendo inclusive na região, lavouras diversificadas e a instalação de uma Bolsa de Cereais viria em muito contribuir para a política de melhores preços aos produtos, maior arrecadação de ICM do Estado, e maior fortalecimento do comércio geral.

Abrangendo também o gênero "Mercadorias", a Bolsa terá um sentido mais amplo, com maior mobilização de Capital de giro na região, melhores salários e fixação do homem da terra, evitando as grandes mobilidades demográficas, com conseqüências funestas para o aumento dos chamados "bóias-frias" e da carestia para muitas

famílias sem oferta de trabalho.

Urge, pois, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a instalação de fato da Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá. Não só levando-se em consideração ao que representa Maringá para o Estado e a nação, mas também, e principalmente, para a solução dos problemas sociais oriundos do desemprego, da falta de incentivo ao produtor e da falta de circulação dos bens de consumo e de produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja enviado ofício ao DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Maximiliano Stasiak no sentido de tomar providências quanto à realização do plebiscito de Campo Bonito no Município de Guaraniaçu, para criação de município.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

Apesar de aprovado por esta Casa de Leis, segundo Resolução n.º 09/82, até hoje não foi tomada nenhuma providência quanto à realização do plebiscito de Campo Bonito.

A população daquela localidade espera com ansiedade a realização deste evento, por ser uma aspiração antiga e que atende aos seus interesses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando asfaltamento da estrada que liga São Miguel do Iguazu a Missal.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

JUSTIFICATIVA:

Muito embora a ligação deste trecho seja uma atribuição da hidrelétrica de Itaipu, e além de alargar as terras mais férteis do extremo oeste, e ter expulso milhares de pequenos proprietários, ficou incumbido como ressarcimento aos grandes prejuízos causados na região, a construção de uma via asfáltica margeando o lago de Itaipu; uma vez que vários municípios e localidades ficaram sem acesso algum, sabemos que o Governo Federal não cumpre com as suas obrigações, pois em vez de proceder ao asfaltamento da referida via, o faz agora tão somente com um revestimento primário; o Governo do Estado por sua vez, deve ao Extremo-Oeste pelo muito que este

tem produzido ao Estado; por isso o revestimento asfáltico é de importância enorme para o escoamento da produção e será altamente benéfico às localidades de Linha-Cottias, Urussunga, Nova Brasília, Vila Ipiranga, Lajeado, Caramuru, Jacutinga, São José do Itavó, Aparecidinha, Plaquinha, Sol de Maio e outras pequenas comunidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da Copel-Companhia Paranaense de Energia Elétrica, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo o exame profundo das condições de funcionamento da agência existente na Municipalidade de Moreira Salles.

Pelo próprio porte do Município de Moreira Salles no que tange ao setor de distribuição e consumo de energia, pode-se dizer que o atendimento oferecido pelo escritório da Copel não mais condiz com a realidade do conjunto da população. Pois atualmente tem se verificado uma série de transtornos, especialmente pelo número de funcionários responsáveis pela referida agência.

Tendo em vista tais fatos, torna-se imprescindível que essa Copel e Secretaria de Estado do Interior, determinem o exame das condições estruturais e humanas do escritório em Moreira Salles.

Ademais, o presente Requerimento fundamenta-se em outro Requerimento apresentado, este último na Câmara Municipal de Vereadores de Moreira Salles em Sessão realizada recentemente, sendo que o mesmo é de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador Raimundo Uchôa. Na oportunidade, inclusive o nobre integrante do Legislativo Municipal comentou, que provavelmente essa Companhia tenha que aumentar o número de funcionários contratados, bem como a construção de mais uma agência.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando-lhes o desencadeamento de uma política que comprove a Viabilidade do Pequeno Proprietário Rural, outorgando-lhe experimentalmente os benefícios da irrigação. Efetivamente, a única

saída para a manutenção do minifúndio é demonstrá-lo viável através da Produtividade. Se o chacreiro e o sitiante acreditarem que a eles também é possível a obtenção de abundantes colheitas graças à irrigação, haverão de resistir ao assédio dos grandes e insaciáveis donos da terra, em pose de eternos olhos compridos sobre o chão de dono pequeno.

Está na hora de abandonarmos de uma vez por todas, a miragem de um Paraná eldorado em que as chuvas fatalmente periódicas garantam nossas colheitas. Aliás, os nossos agricultores têm convivido historicamente com o pesadelo de um sem-número de safras frustradas e hoje, muito antes de apostarem no PROAGRO, gostariam eles de apostar na irrigação. Somente o último decênio trouxe consigo o desaparecimento de 45% dos pequenos proprietários rurais paranaenses. E é indispensável uma política de apoio ao minifúndio já, pois que de outra forma, a reduzida espécie dos pequenos proprietários rurais haverá de fatalmente desaparecer.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, no sentido de atender e prestar colaboração ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Kaloré, que mantém uma sub-Sede no Distrito de Jussara naqueles município, ambulatório e gabinete odontológico e acaba de construir em Kaloré um hospital com vinte leitos.

Necessita o mesmo de equipamento para o hospital e auxílio na manutenção do atendimento, que vem prestando à comunidade de Kaloré e adjacências.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O maior número de pessoas carentes provém da zona rural que o Sindicato atende. Com a despesa de construção não tem condições de equipar o hospital, necessitando de material cirúrgico, conforme relação anexa. No distrito, o atendimento é a toda comunidade com médico e dentista; seria menos oneroso ao Estado auxiliar na manutenção do atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustre Senhor Diretor Superintendente do IPE-Instituto da Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam fornecidas informações quanto a realização de estudos, visando a criação e instalação de uma agência desse órgão previdenciário na Municipalidade de Iretama.

No dia 10 de outubro do ano passado, este Deputado que abaixo subscreve, apresentou em Sessão Plenária realizada nesta Casa de Leis, Requerimento dirigido a essa Superintendência encarecendo a realização de estudos devidos visando a criação e instalação de uma agência do IPE no Município de Iretama, cuja solicitação não se obteve a resposta pretendida.

Tendo em vista a importância de Iretama no que diz respeito ao conjunto do funcionalismo público, espera-se que seja dado o encaminhamento necessário quanto à solicitação no sentido da criação e instalação de uma agência do IPE, pois através da mesma, será possível também oferecer atendimento aos municípios circunvizinhos.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Em recente artigo no jornal "Gazeta do Povo", o Senhor Emir Calluf - espécie de Rasputin das almas - achou por bem destilar seu fel, revelando todo o ódio que nutre pela humanidade.

A troco de tratar da problemática da criança superdotada e fazer um elogio aos sábios e aos gênios, o artigo em questão tenta ressuscitar a velha e carcomida tese da eugenia, que fez história ao tempo da Alemanha nazista, com Hitler e Joseph Mengele.

Diante da grave crise que assola a Nação, quando surge como inadiável a tarefa de vencer as desigualdades sociais e criar condições para o pleno desenvolvimento de nossas potencialidades; quando, mais que nunca, é preciso ousar e liberar toda a nossa energia criativa na busca de soluções; é, em momento como este, que ressurgem das catacumbas velhas mûmias, a desenterrar velhas e apodrecidas idéias. É a fórmula que encontram para tentar travar o progresso e perpetuar o atraso, o subdesenvolvimento, a pobreza.

Para vencer a crise econômica, a inflação e o desemprego, o FMI nos receita a recessão, o sucateamento da economia, mais desemprego e a dilapidação de nossos recursos naturais. Para por fim à fome e à miséria, nos propõem o que chamam controle da natalidade, mas que dito de outro modo significa acabar com a pobreza matando os

pobres.

Não é outra a intenção revelada pelo Senhor Emir Calluf. Usando como bônus a justa questão de um tratamento diferenciado para as crianças superdotadas, o charlatão propõe tratar dos retardados mentais e dos deficientes físicos da maneira que lhe parece mais simpels, ou seja, pela simples eliminação das crianças que nasçam com tais defeitos.

Na verdade, por trás de tais afirmações encontram-se a defesa do chamado controle de natalidade. Ainda no ano passado, em dois artigos publicados na "Gazeta do Povo", onde o autor pretendia enfrentar o problema nordestino com o sugestivo título de "Nordeste: vamos devolvê-lo aos holandeses?", o Senhor Emir Calluf, entre outros disparates, afirmou: "qual o interesse dum País em manter vivos um bando de subnutridos físicos e retardados mentais, que vão oprimí-lo como um peso morto?"

De fato, o autor de tamanho absurdo revela, isto sim, o seu completo agachamento diante das propostas do setor mais reacionário e apodrecido do capital financeiro internacional. Não é à toa que diante do dramático quadro em que se encontra o Terceiro Mundo, com mais de 800 milhões de famintos e subnutridos, cerca de 500 milhões de desempregados e com uma monstruosa dívida externa de mais de 700 bilhões de dólares, o Senhor Ronald Reagan gaste a fabulosa quantia de 260 bilhões de dólares na corrida armamentista. Pretende, por certo, combater a pobreza e as iniquidades sociais com a guerra, com a hecatombe nuclear, com o holocausto da humanidade. Ou, de roupa disfarçada, com o chamado controle da natalidade, seja fantasido de planejamento familiar, ou mais descarado, com a tese nazi-fascista da eugenia.

Mais do que o nosso repúdio, do que a rejeição pela sociedade de tamanhos absurdos, do que lembrar que a história já jogou na lata de lixo tais teses e os que ousaram defendê-las, mesmo ao preço do sacrifício de inúmeras vidas e a abnegação de muitos, como os nossos heróicos pracinhas da FEB, mais do que tudo isso, urge providências enérgicas.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná - OAB/PR, no sentido de que a mesma veja a possibilidade de responsabilização criminal do autor dos referidos artigos: NORDESTE: VAMOS DEVOLVÊ-LO AOS HOLANDESES? e os SUPERDOTADOS: COMO LIDAR COM ELES?

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Francisco Simeão, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando a inclusão de um "stand", na Feira Estadual do Artesanato, a realizar-se de 26 a 29 de setembro em Londrina, para os Indígenas paranaenses, principalmente para os do Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte visando a liberação de recursos financeiros para realização de amplas reformas no Estádio Ariovaldo Huerger, localizado na Municipalidade de Araruna.

O Município de Araruna é formado, em sua grande maioria, por uma população cuja predominância é de jovens. A maioria destes, tem como atividade de recreação, a prática esportiva, que também como por muitas vezes se desenvolve como caráter competitivo, através de campeonatos.

Nos últimos anos, as realizações esportivas foram muito intensas, que permitiu a participação mais acentuada por parte do conjunto da juventude, especialmente. Tal realidade fez com que o Município de Araruna se tornasse ainda conhecido, tendo em vista que constituíram-se naquele período, equipes de diversas modalidades participantes de inúmeras realizações esportivas na região, obtendo em grande número delas bons resultados.

Nos dias de hoje, o quadro não é o mesmo em relação àquela época, pois o esporte ararunense tem apresentado índices muito baixos. Os motivos apresentados, segundo a administração Municipal, que é chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Osvaldo Valarini, é em face da falta de locais adequados para o desenvolvimento do desporto, sendo tais fatores os responsáveis maiores pelo desestímulo hoje vivenciado.

Uma das prioridades programáticas da Prefeitura Municipal Ararunense, é voltada para a juventude no que diz respeito ao esporte de um modo geral, cujas vantagens do mesmo, para quem o pratica, já são por demais conhecidas.

Neste sentido, torna-se necessário dotar o município de condições à altura em termos esportivos, que serão possíveis com a realização de reformas gerais bem como a

construção de muitas outras benfeitorias, no Estádio Ariovaldo Huegro.

Mas no entanto, em que pese todos os esforços da Prefeitura de Araruna, a mesma não dispõe de recurso em seus cofres públicos para as obras, que aliás são imprescindíveis.

Diante disto, a Prefeitura Municipal espera que essa Secretaria de Estado estude profundamente as reais possibilidades de se liberar recursos capazes de permitirem as pretendidas reformas e demais obras naquela praça esportiva, que depois de pronta, seguramente permitirá oferecer um verdadeiro apoio e incentivo à população, notadamente os jovens.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) RUBENS BUENO.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 143/84

(da CPI sobre a Falência Municipalista)

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art.1.º - Ficam aprovados o relatório e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos municípios.

Art.2.º - Serão encaminhadas ao Senhor Governador do Estado, para as providências que se fizerem necessárias, cópia das conclusões a que se refere o artigo 1.º.

Art.3.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/09/84.

(aa) TADEU FRANÇA - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 217/84

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

TÍTULO I

Da Organização dos Municípios

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art.1.º - Município, unidade do território do Estado, é pessoa jurídica de direito público interno, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, assegurada pela Constituição da República.

Art.2.º - Os Municípios, salvo o de Curitiba que elaborará a sua lei orgânica, são organizados na forma estabelecida por esta lei complementar.

Parágrafo Único - para fins administrativos, os Municípios podem subdividir-se em distritos.

Art.3.º - Na denominação dos Municípios e Distritos é vedada:

I - a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras;

II - a designação de datas, nomes de

pessoas vias e expressões compostas de mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Art.4.º - A denominação de Municípios ou de distrito depende de lei estadual.

Parágrafo Único - A alteração do nome do Município ou do Distrito, bem como a mudança de sede, dependerão de representação conjunta da Câmara e do Prefeito e de consulta plebiscitária à respectiva população.

CAPÍTULO II

Da criação do Município e do Distrito

Art.5.º - A criação de Município poderá ocorrer mediante:

I - desmembramento do território de um Município;

II - fusão de parcelas de dois ou mais Municípios;

III - fusão da área territorial integral de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Art.6.º - São condições para que um território se constitua em Município, além dos fixados por lei federal as seguintes:

I - apresentar distância não inferior a dez quilômetros entre o perímetro urbano de sua sede e o da sede do Município de origem;

II - ter continuidade territorial e não interromper a de outro.

Art.7.º - A lei de criação do Município mencionará:

I - o nome;

II - as divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais;

III - a proporção do índice percentual do imposto de circulação de mercadorias do Município ou Municípios que sofreram desmembramento que será atribuída ao Município que for criado. A proporção será mantida, até que o Estado possa determinar o índice percentual do Município novo.

Parágrafo Único - Não serão criados Municípios no ano das eleições municipais.

Art.8.º - A criação de Distritos far-se-á por lei estadual, mediante representação do Município, feita pelo Prefeito com aprovação da Câmara, pelo voto favorável de 2/3 de seus membros, obedecidas as seguintes condições:

I - população superior a mil habitantes no território;

II - existência, na sede, de pelo menos cinquenta casas;

III - delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas na forma do inciso II do artigo 7.º

Parágrafo Único - A comprovação dos requisitos dos incisos I e II será feita com certidão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO III

Da Transferência de Território

Art.9.º - A transferência de área territorial de um para outro Município depende de lei estadual, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas neste Capítulo.

Art.10 - O processo de transferência, referido no artigo anterior, terá início com a representação dirigida à Assembleia Legislativa, onde se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscrita por oitenta eleitores, no mínimo, residentes ou domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou domicílio, expedido por autoridade policial da localidade.

Parágrafo Único - A Assembleia Legislativa colherá subsídios comprobatórios de que o Município remanescente não perde os requisitos mínimos, exigidos pela legislação federal, para a criação de Município.

Art.11 - A transferência de área, de que trata o artigo 9.º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros.

Art.12 - instruído o processo, a Assembleia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta à população residente na área.

§ 1.º - Considera-se favorável o plebiscito, se a maioria dos votantes opinar pela transferência, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos inscritos.

§ 2.º - Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembleia Legislativa.

Art.13 - A transferência territorial de que trata esta lei, não poderá ser feita no ano da eleição municipal.

Art.14 - Aplicam-se, no que couber, às áreas transferidas as disposições dos artigos 20 a 24.

CAPÍTULO IV

Da Instalação

Art.15 - A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, que deverá coincidir com a dos demais Municípios do Estado.

Art.16 - Os vereadores, por convocação e sob a presidência da autoridade judiciária da Comarca, reunir-se-ão para posse e instalação da Câmara.

§ 1.º - Instalada a Câmara esta procederá a eleição de sua mesa, sob a presi-

dência do Vereador mais idoso.

§ 2.º - Procedida a eleição e posse da Mesa, o Prefeito e Vice-Prefeito, em seguida, tomarão posse perante a Câmara.

Art.17 - Instalado o Município, deverá o Prefeito no prazo de sessenta dias, remeter à Câmara:

I- a proposta orçamentária para o respectivo exercício;

II- o projeto de lei de organização dos serviços da Prefeitura;

III- o projeto de lei do quadro de pessoal, com os respectivos vencimentos.

Parágrafo Único - Se o Prefeito omitir-se na providência determinada no inciso I deste artigo, a Câmara tomará por base o orçamento do Município de origem, observada para a previsão da receita e fixação da despesa e proporcionalidade quanto à receita e despesas havidas quando na condição de Distrito.

Art.18 - Salvo o disposto no artigo anterior, vigorará no novo Município, no que couber, a legislação:

I- do Município de origem, em caso de simples desmembramento;

II- do Município de maior população, em caso de território desmembrado de dois ou mais Municípios.

Art.19 - O território do novo Município continuará a ser administrado, até sua instalação, pelo Prefeito do Município ou Municípios de que foi desmembrado.

Art.20 - Os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão, à propriedade do novo Município, na data de sua instalação, independentemente de indenização.

Art.21 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do Município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do Município ou Municípios de que se desmembrou.

§ 1.º - Dentro de dez dias úteis, após a instalação do novo Município, a Prefeitura a que se refere este artigo entregará àquele os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas para fins de controle interno e externo.

Art.22 - O novo Município indenizará o de origem uma parte das dívidas vencíveis após sua instalação, contraídas para a execução de obras e serviços que tenham beneficiado ambos os territórios.

§ 1.º - O cálculo da indenização deverá estar concluído dentro de três meses contados da instalação do Município, indicando cada Prefeito um perito, salvo acordo referendado pelas respectivas Câmaras. Havendo divergência, servirá como árbitro o Governador do Estado.

§ 2.º - Fixada a responsabilidade consignará o novo Município em seus orçamen-

tos, a partir do exercício seguinte ao da instalação, os recursos necessários para solvê-la em cinco anos, em prestações anuais e iguais.

Art.23 - O novo Município pagará as dívidas contraídas e vencíveis após a sua criação referente às obras e serviços que beneficiarem apenas o seu território.

Art.24 - Os imóveis e instalações, que constituírem parte integrante e inseparável de serviços industriais utilizados pelos Municípios originários e originados, serão administrados e explorados conjuntamente como patrimônio comum, na proporção de utilização respectiva dos serviços, firmando-se consórcio para tal fim. Quando só servirem ao Município que se desmembrou continuarão a pertencer-lhe.

CAPÍTULO V

Da Extinção

Art.25- É facultado ao Município, mediante representação fundamentada do Prefeito e aprovação da Câmara, pelo voto de dois terços de seus membros, requerer sua anexação a outros.

Parágrafo Único- Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias ouvirá o Prefeito e a Câmara do Município ao qual deseja anexar-se o Município requerente, decidindo, afinal, depois de cumpridos os requisitos da legislação federal e estadual.

Art.26 - Poderá ser extinto o Município que durante dois anos deixar de preencher os requisitos mínimos estabelecidos em lei para criação de Municípios.

§ 1.º - Caberá à Assembléia Legislativa ou ao Governador com a colaboração dos órgãos competentes, a verificação da situação dos municípios nas condições deste artigo, propondo, se for o caso, sua extinção.

§ 2.º - O território do Município extinto passará à categoria de Distrito, depois de incorporado ao Município a que vier a pertencer.

TÍTULO II

Da Competência dos Municípios

Art.27 - Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I- Instituir e arrecadar tributos, aplicando-os na forma da Lei Orçamentária;

II- arrecadar as demais rendas que lhe pertencerem na forma da lei;

III- dispor sobre a administração, alienação e utilização de seus bens;

IV- adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse

- social;
- V- dispor sobre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos ou de utilidade de caráter social;
- VI- organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico de seus funcionários;
- VII- elaborar o seu orçamento anual e plurianual de investimentos, prevendo a receita e fixando a despesa mediante planejamento adequado;
- VIII- aceitar legados e doações;
- IX- planejar e promover o desenvolvimento integrado;
- X- regulamentar as edificações de qualquer natureza;
- XI- dispor sobre loteamentos e arruamentos;
- XII- dispor sobre o uso de áreas urbanas, regulamentando o zoneamento, particularmente quanto à localização de fábricas, oficinas, indústrias, depósitos e instalações, no interesse da saúde, da higiene, do sossego, do bem-estar, da recreação e da segurança da população;
- XIII- regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano:
- a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;
 - b) dispor sobre os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;
 - c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos municipais e de táxis e fixar as respectivas tarifas;
 - d) fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio", de trânsito e tráfego em condições especiais;
 - e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;
- XIV- sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- XV- dispor sobre a limpeza dos logradouros, remoção e destino do lixo domiciliar;
- XVI- conceder licença para abertura e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares; regular o comércio ambulante; revogar as licenças dos que se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação e ao sossego público ou aos bons costumes; promover o fechamento dos que funcionarem sem licença ou depois da revogação desta;
- XVII- fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares;
- XVIII- prover sobre o abastecimento de água, serviço de esgotos sanitários, galerias de águas pluviais e forneci-

- mento de iluminação pública
- XIX- dispor sobre a construção e exploração de mercados públicos, feiras livres para gêneros de primeira necessidade e demais produtos compatíveis com a finalidade de abastecimento da população;
- XX- fiscalizar a qualidade das mercadorias sob o aspecto sanitário e higiênico, quando colocados à venda;
- XXI- regulamentar espetáculos e divertimentos públicos;
- XXII- dispor sobre o serviço funerário, cemitério e sua fiscalização;
- XXIII- regulamentar e licenciar a fixação de cartazes, anúncios e qualquer outro meio de publicidade ou propaganda, inclusive a sonora;
- XXIV- dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XXV- dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais domésticos, com a finalidade precípua de profilaxia e erradicação da raiva e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XXVI- impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;
- XXVII- constituir servidões necessárias aos seus serviços;
- XXVIII- prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro por seus próprios serviços ou mediante convênios, especialmente para os casos de calamidade pública;
- XXIX- dispor sobre a poluição urbana, em todas as suas formas.
- Art. 28- Ao Município compete, concorrentemente ao Estado:
- I- zelar pela saúde, higiene e segurança pública;
 - II- promover a educação, a cultura e o serviço social;
 - III- prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico;
 - IV- prover os serviços de fomento agropecuário;
 - V- a conservação e construção de estradas e caminhos;
 - VI- dispor sobre a prevenção e serviços de combate a incêndios.
- § 1.º - Sempre que conveniente ao interesse público, os serviços previstos neste artigo, quando executados pelo Estado, terão caráter regional, com a participação dos Municípios da região, na sua instalação e manutenção.
- § 2.º - Os Municípios poderão organizar e manter guardas urbanas municipais para colaboração na segurança pública, subordinadas ao órgão de segurança pública

do Estado, na forma e nas condições previstas na legislação própria.

Art. 29- O Município poderá delegar ao Estado, mediante convênio, os serviços de competência concorrente de sua responsabilidade a que se refere esta lei.

Art.30 - Ao Município é facultado celebrar convênios com órgãos da administração direta ou indireta, do Estado ou da União, para a prestação de serviços da sua competência quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros ou quando houver interesse mútuo.

Art.31 - Os Municípios poderão consorciar-se para realização de obras ou serviços de interesse comum.

Art.32 - A concessão de serviço só será feita com autorização da Câmara, mediante contrato, procedido de concorrência, feita na forma da lei federal vigente. A permissão, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente.

§ 1.º - São nulas de pleno-direito as concessões e permissões para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2.º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo ao Prefeito, observada a legislação competente, aprovar os preços respectivos.

§ 3.º - O Município poderá revogar a concessão ou permissão, desde que os serviços sejam executados ou desconformidade com o contrato ou ato, ou revelarem manifesta insuficiência para o atendimento dos usuários.

§ 4.º - As concorrências para a concessão de serviços públicos deverão ser procedidas de ampla publicidade, mediante edital ou comunicado resumido publicados, pelo menos, três vezes em jornal de grande circulação local ou regional.

Art.33 - As taxas e preços dos serviços públicos ou de utilidade pública, explorados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada, serão fixados pelo Executivo, cabendo à Câmara definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo, e abaixo do custo, tendo em vista o interesse econômico e social.

Parágrafo Único- Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações.

Art. 34- É vedado ao Município:

I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas e subvencioná-los; embarçar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de inte-

resse público na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar;

II- recusar fé aos documentos públicos;

III- instituir empréstimo compulsório;

IV- instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;

V- criar impostos sobre:

a) o patrimônio, ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou assistência social, observados os requisitos de lei;

d) os livros, os jornais e os periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão;

VI- estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou do seu destino;

VII- permitir ou fazer uso do estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

VIII- outorgar isenções e anistias fiscais sem interesse público justificando ou permitir remissão de dívidas, em desconformidade com a lei, sob pena de nulidade do ato.

Parágrafo Único - o disposto na letra "a" do inciso V deste artigo é extensivo às autarquias no que se refere ao patrimônio, e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos.

TÍTULO III

Do Governo Municipal

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Municipais

Art.35- O Governo do Município é exercido pela Câmara, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas.

CAPÍTULO II

Do Legislativo

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art.36 - A Câmara é constituída de Vereadores, eleitos na forma estabelecida em lei, em número ímpar, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove e nem superior a vinte e um, salvo os Municípios com mais de um milhão de habitantes que

terão trinta e três Vereadores.

Parágrafo Único - O número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado por lei estadual, de acordo com o disposto neste artigo, até cento e oitenta dias antes da eleição municipal, com base no eleitorado existente na data do encerramento do respectivo alistamento, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

SEÇÃO II

Da Instalação e Funcionamento da Câmara

SUBSEÇÃO I

Da Instalação

Art.37 - No primeiro dia de cada legislatura, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse. O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"Prometo cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar do seu povo".

Em seguida o Secretário designado para esse fim, fará a chamada de cada Vereador que declarará; "Assim o prometo".

Parágrafo Único - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura, sob pena de ser considerado renunciante, salvo motivo de doença comprovada.

SUBSEÇÃO II

Da Mesa da Câmara

Art.38 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, e, havendo, maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão Mesa, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1.º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a novo escrutínio, no qual considerar-se-á eleito o mais votado, ou, no caso de empate o mais idoso.

§ 2.º - Não havendo número legal, o Vereador que tiver assumido a direção dos trabalhos permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art.39 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da terceira sessão legislativa ordinária

da legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Art.40 - A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Art.41 - O mandato da Mesa será de dois anos, vedado a reeleição de qualquer de seus membros para o mesmo cargo na mesma legislatura.

Art.42 - Compete à Mesa dentre outras atribuições:

I - enviar ao Prefeito, até o dia 1.º de março as contas do exercício anterior;

II - elaborar e encaminhar até 31 de agosto de cada ano a proposta orçamentária da Câmara, a ser incluída na proposta orçamentária do Município;

III - propor ao Plenário projetos de lei que criem ou extingam cargos dos seus serviços e fixem os respectivos vencimentos;

IV - elaborar o orçamento analítico da Câmara.

Art. 43 - Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza.

Art.44- Compete ao Presidente da Câmara, entre outras atribuições:

I- representar a Câmara em juízo e fora dele;

II- dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III- interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV- promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não promulgadas pelo Prefeito;

V- fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;

VI- declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII- apresentar ao plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos, e às despesas realizadas do mês anterior;

VIII- decretar a prisão administrativa de servidor da Câmara omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiros públicos sujeitos à sua guarda;

IX- representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

X- encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição do Estado;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII - convocar sessões extraordinárias quando houver matéria de interesse público e urgente a deliberar;

XIII - nomear, exonerar, aposentar, promover e conceder licença aos servidores da Câmara, na forma da lei, ouvida a Mesa.

Art.45 - O fato de estar o Presidente substituindo o Prefeito não impede que, na época determinada, se proceda à eleição para o cargo na renovação da Mesa, cabendo ao Presidente eleito prosseguir na substituição do Prefeito.

SUBSEÇÃO III

Das Comissões

Art.46 - Na composição das comissões, quer permanentes quer temporárias, assegurar-se-á, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos que participem da Câmara.

Art.47 - A requerimento de um terço dos seus membros, a Câmara criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando em sua composição o disposto no artigo anterior.

Parágrafo Único - Não será criada comissão de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara.

SUBSEÇÃO IV

Das Sessões da Câmara

Art.48 - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, anualmente e independentemente de convocação, de 1.º de março a 30 de junho e de 1.º de agosto a 5 de dezembro.

Parágrafo Único - Serão realizadas no mínimo trinta sessões ordinárias anuais, em dias e hora a serem fixados no Regimento Interno.

Art.49 - As Sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1.º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, por decisão tomada por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2.º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art.50 - As sessões serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.

Art.51 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de no mínimo um terço dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á pre-

sente à sessão o Vereador que assinar o livro ou folhas de presença até o início da ordem do dia e participar das votações.

Art.52 - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, por deliberação da Câmara, a requerimento de qualquer Vereador, ou mediante solicitação do Prefeito.

Parágrafo Único - A convocação de sessão extraordinária no período ordinário far-se-á por simples comunicação do Presidente inserida na ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores presentes à sessão.

Os vereadores ausentes serão cientificados mediante citação pessoal.

Art.53 - Somente serão remuneradas uma sessão por dia e, no máximo, quatro sessões extraordinárias por mês.

SUBSEÇÃO V

Da Convocação Extraordinária da Câmara

Art.54 - A convocação extraordinária da Câmara, no período de recesso, dar-se-á:

I - pelo Presidente em caso de estado de calamidade pública, situação de emergência ou de intervenção estadual;

II - pelo Prefeito, quando a entender necessária;

III - por dois terços dos Vereadores.

§ 1.º - Durante a sessão legislativa extraordinária será apreciada somente a matéria que motivou a convocação.

§ 2.º - Salvo quando convocada pelo Prefeito no recesso a falta de comparecimento às sessões do período extraordinário será computada para fins de extinção de mandato.

§ 3.º - Não sendo feita em sessão, a comunicação da convocação extraordinária da Câmara será notificada pessoalmente ao Vereador, mediante recibo.

SUBSEÇÃO VI

Das Deliberações

Art.55 - Salvo as sessões previstas nesta Lei, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos, presente a maioria absoluta dos vereadores.

Art.56 - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos nesta lei ou em lei federal a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

I - Regimento Interno;

II - Código Tributário;

III - Código de Obras, Edificações e Posturas;

IV - Estatuto dos Funcionários;

V - criação de cargos nos serviços da Câmara.

VI - plano de desenvolvimento;

VII - normas relativas ao zoneamento.

Parágrafo Único - Entende-se por maio-

ria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total de membros da Câmara.

Art.57 - Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previsto nesta lei, as deliberações sobre:

I - rejeição de veto;

II - rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente;

III - alteração do nome do Município ou do Distrito;

IV - proposta à Assembléia para transferência da sede do Município.

V - a cassação do mandato do Prefeito.

Art.58 - O processo de votação será determinado no Regimento Interno.

Parágrafo Único - O voto será secreto:

I - na eleição da Mesa;

II - nas deliberações sobre as contas do Prefeito e da Mesa;

III - nas deliberações sobre a perda de mandato de Vereadores, Vice-Prefeito e Prefeito.

Art.59 - Terão forma de decreto legislativo ou de resolução das deliberações da Câmara, tomadas em plenário e que independem de sanção do Prefeito.

§ 1.º - Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, que tenham efeito externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se, por mais de quinze dias do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara proferido pelo Tribunal de Contas;

III - fixação dos subsídios do Prefeito, para vigorar na legislatura seguinte;

IV - fixação da verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito;

V - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;

VI - mudança do local de funcionamento da Câmara;

VII - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação federal;

VIII - aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município;

§ 2.º - Destinam-se as resoluções, a regulamentar matéria de caráter político ou administrativo, de sua economia interna, sobre os quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - fixação da remuneração dos Vereadores para vigorar na legislatura seguinte;

III - concessão de licença a Vereador, para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Municí-

pio;

IV - criação de comissão de inquérito excedente de cinco;

V - conclusões de comissão de inquérito;

VI - convocação de funcionários municipais providos em cargos de chefia ou de assessoramento para prestar informações sobre matéria de sua competência;

VII - qualquer matéria de natureza regimental;

VIII - fixar a gratificação de representação ao Presidente da Câmara;

IX - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo.

SEÇÃO III

Dos Vereadores

SUBSEÇÃO I

Da Remuneração

Art.60 - Os Vereadores perceberão a remuneração fixada por resolução nos termos do disposto em lei complementar federal.

Art.61 - A remuneração dividir-se-á em parte fixa e variável e será estabelecida no fim de cada Legislatura para vigorar na seguinte.

Parágrafo Único - A parte variável da remuneração não será inferior à fixa, e corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador e à participação nas votações.

Art.62 - A gratificação de representação ao Presidente depende de resolução.

Art.63 - Na mesma legislatura não se poderá alterar a remuneração, a qualquer título, salvo nos casos do artigo seguinte.

Art.64 - A Câmara de Vereadores que se instalar pela primeira vez, e a que ainda não tiver fixado a remuneração de seus Vereadores, poderá estabelecê-la para a mesma legislatura, obedecida a legislação complementar federal.

SUBSEÇÃO II

Da Licença

Art.65 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por motivo de doença;

II - para tratar de interesses particulares;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1.º - No caso dos incisos I e II, o prazo de licença será igual ou superior a cento e vinte dias, não podendo o vereador reassumir antes de decorrido o período.

§ 2.º - para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III.

§ 3.º - O vereador investido no cargo

de Secretário Municipal será considerado automaticamente licenciado.

SUBSEÇÃO III

Da Convocação do Suplente

Art.66 - Nos casos da vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal, dar-se-á a convocação do suplente.

§ 1.º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2.º - Na hipótese do parágrafo anterior, a Mesa convocará o suplente imediato.

§ 3.º - Convocado mais de um suplente, o retorno de qualquer Vereador acarreta o afastamento do último convocado pertencente ao mesmo Partido do titular.

Art.67 - Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á a eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o termo do mandato.

SUBSEÇÃO IV

Do Vereador Funcionário Público

Art.68 - O servidor público municipal da administração direta ou indireta, exercerá o mandato de Vereador obedecendo as disposições deste artigo.

§ 1.º - Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

§ 2.º - Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

SUBSEÇÃO V

Das Incompatibilidades do Vereador

Art.69 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público do município, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego de que seja demissível ad nutum, nas entidades referidas na alínea a do inciso I;

c) exercer outro cargo eletivo, federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do inciso I.

Art.70 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

III - que fizer residência fora do município;

IV - que proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública, ou atentar contra as instituições vigentes;

V - que deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela Câmara; ou deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito no período legislativo ordinário;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - que praticar atos de infidelidade partidária declarados pela Justiça Eleitoral;

VIII - deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara, dentro do prazo estabelecido nesta Lei.

Art.71 - Estingue-se o mandato e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, na forma da legislação federal, quando ocorrer falecimento, renúncia por escrito e nos casos previstos nos incisos I, V, VI e VIII do artigo anterior.

Art.72 - A Câmara poderá cassar o mandato do Vereador nos casos dos incisos II, III, IV e VII do artigo 70, obedecendo o processo estabelecido na legislação federal.

Art.73 - O Presidente poderá afastar de suas funções o Vereador acusado, desde que a denúncia seja recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara, convocando o respectivo suplente, até o julgamento final. O suplente convocado não intervirá nem votará nos atos do processo do Vereador afastado.

Parágrafo Único - Se a denúncia recebida pela maioria absoluta dos membros da Câmara for contra o Presidente este passará a presidência ao seu substituto legal.

Art.74 - O Vereador deverá desincompatibilizar-se no prazo de dez dias contados da diplomação ou da posse, conforme o caso, sob pena de extinção do mandato.

SEÇÃO IV

Das Atribuições da Câmara

Art.75 - Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito dispor sobre as matérias de competência do município e especialmente:

I - legislar sobre tributos municipi-

país, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

II - votar o orçamento anual e plurianual de investimentos bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

III - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;

IV - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

V - autorizar a concessão de serviços públicos;

VI - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a alienação de bens imóveis;

IX - autorizar a aquisição de bens imóveis salvo quando se tratar de doação sem encargo;

X - criar, alterar, e extinguir cargos públicos e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos serviços da Câmara;

XI - aprovar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

XII - delimitar o perímetro urbano;

XIII - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XIV - aprovar os códigos tributários, de obras e de posturas municipais;

XV - conceder título de cidadão honorário, qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviço ao Município.

XVI - dispor sobre a organização dos serviços da Prefeitura.

Art.76 - A Câmara compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa, na forma regimental;

II - elaborar o regimento interno;

III - organizar os seus serviços administrativos;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito quando eleitos, conhecer de sua renúncia e afastá-lo definitivamente do exercício do cargo;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias ou do país por qualquer tempo;

VII - fixar os subsídios e a verba de representação do Prefeito;

VIII - fixar a remuneração dos vereadores e a gratificação de representação do Presidente;

IX - criar comissões de inquérito,

sobre fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros;

X - requerer informações ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita a fiscalização da Câmara;

XI - convocar os responsáveis por atividades de órgãos do Executivo para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XII - deliberar, mediante resolução, sobre assuntos da sua economia interna e nos de mais casos de sua competência privativa por meio de decreto legislativo;

XIII - julgar o prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;

XIV - tomar e julgar as contas do prefeito e da Mesa, no prazo de noventa dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

XV - remeter ao Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias, para os devidos fins as contas rejeitadas, por infração do decreto lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967.

XVI - autorizar ou referendar consórcios com outros Municípios e convênios celebrados pelo Prefeito com entidades públicas ou particulares cujos encargos não estejam previstos no orçamento;

XVII - propor ao plenário projetos de lei que criem, modifiquem ou extingam cargos de seus serviços;

XVIII - deliberar sobre vetos.

Art.77 - compete ainda à Câmara manifestar-se nos casos de transferência da sede do Município, alteração do seu nome ou do distrito e anexação a outro.

SEÇÃO V

Do processo Legislativo

Art.78 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - leis ordinárias;

II - decretos legislativos;

III - resolução.

Art.79 - O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se assim o solicitar, deverão ser apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do recebimento.

§ 1.º - A fixação de prazo deverá ser sempre expressa e poderá ser feita depois da remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento desse pedido como seu termo inicial.

§ 2.º - Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessi-

vos; se, ao final dessas não for apreciado considerar-se-á definitivamente aprovado.

§ 3.º - O prazo fixado neste artigo não ocorrerá nos períodos de recesso da Câmara.

§ 4.º - O disposto neste artigo não é aplicável à tramitação dos projetos de codificação.

Art.80 - A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.

§ 1.º - É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que:

a) disponham sobre matéria financeira;
b) criem cargos, funções ou empregos públicos do Executivo e, em geral, aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;

c) importem em aumento de despesa ou diminuição da receita;

d) disciplinem o regimento jurídico de seus servidores.

§ 2.º - Nos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista nem que alterem a criação de cargos.

Art.81 - O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito de todas as comissões, será tido como rejeitado.

Art.82 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir motivo de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as proposições de iniciativa do Prefeito.

Art.83 - Concluída a votação, a Câmara enviará o projeto, no prazo de dez dias úteis, ao Prefeito que, concordando, o sancionará.

§ 1.º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Prefeito publicará o veto.

§ 2.º - Decorrida a quinquena, o silêncio do Prefeito, importará em sanção.

§ 3.º - Comunicado o veto ao Presidente, será o projeto submetido a uma única discussão, considerando-se o mesmo aprovado se obtiver o voto de dois terços dos Vereadores presentes, em votação pública. Neste caso, será o Projeto enviado ao prefeito, para promulgação.

§ 4.º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º

deste artigo, o Presidente da Câmara o promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, fã-lo-á o Vice-Presidente.

§ 5.º - Considerar-se-ão mantidos os vetos não apreciados pela Câmara em quarenta e cinco dias.

CAPÍTULO III

Do Executivo

SEÇÃO I

Do Prefeito

SUBSEÇÃO I

Da Posse

Art.84 - O Prefeito e o Vice-Prefeito, no primeiro dia da legislatura, tomarão posse em sessão solene da Câmara ou, se esta não estiver reunida, perante a autoridade judiciária competente.

§ 1.º - O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO E DESEMPENHAR COM LEALDADE E PATRIOTISMO AS FUNÇÕES DO MEU CARGO".

§ 2.º - Decorrido quinze dias da data fixada para a posse e o Prefeito não tiver assumido o cargo, este será considerado vago pelo Presidente da Câmara, salvo o motivo de força maior devidamente comprovado.

§ 3.º - No ato da posse o Prefeito deverá desincompatibilizar-se na forma da lei.. Na mesma ocasião e ao término do mandato, fará declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio.

§ 4.º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se ao Vice-Prefeito, no ato da substituição do Prefeito e no termino do período.

SUBSEÇÃO II

Da Substituição e da Sucessão

Art.85 - Substitui o Prefeito, no caso de impedimento e sucede-lhe, no de vaga o Vice-Prefeito.

§ 1.º - Na falta do Prefeito e do Vice-Prefeito, será chamado ao exercício da Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal e na ausência deste o Vice-Presidente.

§ 2.º - Tratando-se de Prefeito nomeado, o seu substituto permanecerá no cargo até que o titular o reassuma ou seja nomeado outro.

§ 3.º - Nas substituições por prazo superior a quinze dias, o substituto do Prefeito fará jus ao subsídio e à verba de representação do cargo, não podendo, acumular, se for o caso, com os subsídios da vereança.

§ 4.º - Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-á à nova eleição na forma da lei, e os eleitos completarão o tempo restante do mandato. Se

as vagas ocorrerem no último ano do mandato observar-se-á o disposto no parágrafo 1.º.

SUBSEÇÃO III

Da Licença

Art.86 - O Prefeito deverá residir no Município.

§ 1.º - Sempre que tiver de ausentar-se do território do Município ou afastar-se do cargo, por mais de quinze dias o Prefeito passará o exercício do cargo ao seu substituto legal.

§ 2.º - O Prefeito não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, por mais de quinze dias consecutivos, ou do País, por qualquer tempo, sem licença da Câmara, sob pena de incorrer na perda do mandato.

Art.87 - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber o subsídio e a verba de representação quando:

I - impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou missão de representação do Município.

SUBSEÇÃO IV

Do Subsídio e da Representação

Art.88 - O subsídios do Prefeito, que não poderá ser inferior a cinco vezes o maior vencimento pago a funcionário do município ou, conforme o caso, a cinco vezes a remuneração do Vereador, será estabelecido pela Câmara no fim de cada legislatura para a subsequente, determinando o índice de atualização do respectivo valor.

Parágrafo Único - Caso o subsídio não seja estabelecido no tempo consignado neste artigo, a Câmara fa-lo-á no início da legislatura seguinte.

Art.89 - A verba de representação do Prefeito será estabelecida juntamente com o subsídio em até dois terços do valor deste e será atualizado de acordo com os mesmos índices.

Art.90 - O disposto nesta subseção aplica-se ao Prefeito nomeado.

Art.91 - Poderá ser atribuída verba de representação do Vice-Prefeito, que não excederá de cinquenta por cento da atribuída ao Prefeito.

Art.92 - Enquanto durar o mandato, o Prefeito que for servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, ficará afastado do exercício do cargo, emprego ou função, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria, facultada a opção pela sua remuneração.

Art.93 - No Município que se instalar, a Câmara fixará o subsídio e a representação do Prefeito, obedecido o disposto no artigo 88.

SUBSEÇÃO V

Das Atribuições do Prefeito

Art. 94 - Compete ao Prefeito:

I - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

II - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei;

III - representar o Município em juízo e fora dele;

IV - ordenar ou autorizar as despesas e pagamentos na conformidade do Orçamento e dos créditos abertos legalmente;

V - abrir créditos extraordinários nos casos de calamidade pública, ad-referendum da Câmara;

VI - celebrar convênios com a União, Estados, Municípios ou entidades particulares ad-referendum ou com autorização prévia da Câmara, quando comprometerem verba não prevista no orçamento.

VII - impor multas estipuladas nos contratos bem como as que forem devidas ao Município e expedir ordens necessárias à sua cobrança;

VIII - alienar bens patrimoniais do Município, mediante autorização prévia da Câmara quando for o caso;

IX - declarar a utilidade pública de bens, para fins de desapropriações, decretá-las e instituir servidões administrativas;

X - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos e aqueles explorados pelo Município, de acordo com os critérios gerais estabelecidos em lei local ou em convênio;

XI - fazer aferir, pelos padrões legais, os pesos, medidas e balanças em uso nos estabelecimentos comerciais e similares, quando para isso o Município houver firmado convênio, na forma da lei;

XII - prover os cargos públicos;

XIII - convocar extraordinariamente a Câmara;

XIV - dar publicidade, de modo regular, aos atos da administração, inclusive balancetes mensais e balanço anual;

XV - apresentar anualmente à Câmara, no início do primeiro período de sessões ordinárias, relatórios sobre a situação do Município, suas finanças e seus serviços, sugerindo as medidas que julgar convenientes;

XVI - enviar até o último dia útil de cada mês à Câmara, o balanço relativo a receita e despesa do mês anterior para conhecimento;

XVII - enviar à Câmara, no prazo legal, o projeto de lei do orçamento anual e plurianual de investimentos;

XVIII - encaminhar ao Tribunal de Contas:

a) até trinta e um de março de cada ano as contas e o balanço geral do Municí-

pio, juntamente com as contas da Câmara;

b) até trinta e um de janeiro de cada ano, o orçamento municipal em vigor no exercício;

c) dentro de dez dias contados da respectiva publicação, o teor dos atos que alterem o orçamento municipal provenientes de abertura de créditos adicionais e operações de crédito;

d) até o prazo de dez dias, contados da data de sua respectiva publicação, a cópia das leis, decretos, instruções e portarias de natureza financeira e tributária municipal;

e) até o último dia do mês seguinte o balancete financeiro municipal, no qual se deverá demonstrar discriminadamente a receita e despesa orçamentária, do período, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária nele efetuados, conjugados com os saldos em caixa e em bancos provindos do mês anterior e com os transferidos para o mês seguinte.

XIX - prestar à Câmara, dentro de trinta dias, a contar da data da solicitação, as informações pedidas;

XX - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXI - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos;

XXII - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para a garantia de cumprimento de seus atos;

XXIII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos e o uso de bens públicos por terceiros, respeitado o disposto na legislação pertinente;

XXIV - promover a transcrição no Registro de Imóveis das áreas doadas ao Município em processo de loteamento;

XXV - dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

XXVI - decretar a prisão administrativa do servidor da Prefeitura omissa ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos sujeitados à sua guarda;

XXVIII - superintender a arrecadação dos tributos preços e outras rendas, bem como a guarda e aplicação da receita dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXIX - arguir a inconstitucionalidade de ato da Câmara;

XXX - dispor sobre a estruturação e a organização dos serviços municipais observadas as normas legais pertinentes;

XXXI - expedir portarias e outros atos administrativos, bem como, os referentes à situação funcional dos servidores;

XXXII - praticar quaisquer atos de interesse do Município que não estejam reservados, explícita ou implicitamente, à competência da Câmara.

Art. 95 - O Prefeito poderá delegar por decreto, a seus auxiliares funções administrativas que não sejam de sua exclusiva competência, sendo, porém indelegáveis as atribuições a que se referem os incisos I, II, V, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVIII, XIX, XXII, XXVI, XXVIII e XXX.

SUBSEÇÃO VI

Da Extinção e Cassação do Mandato

Art. 96 - A extinção ou cassação do mandato do Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou de seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos na legislação federal.

SUBSEÇÃO VII

Das Incompatibilidades

Art. 97 - Aplicam-se ao Prefeito, no que couber, as incompatibilidades previstas no artigo 66.

SEÇÃO II

Da Administração Municipal

SUBSEÇÃO I

Dos Servidores Municipais

Art. 98 - Os Municípios observarão no regime jurídico dos seus servidores os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 99 - Os cargos públicos municipais serão acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1.º - A primeira investidura em cargo público, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

§ 2.º - Os cargos em comissão, assim declarados em lei são de livre nomeação e exoneração.

§ 3.º - As Câmaras somente poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, na forma do artigo 102.

Art. 100 - Aplica-se a legislação trabalhista aos servidores admitidos temporariamente para obras, ou contratados para funções de natureza técnica especializada.

Art. 101 - O Município será responsável pelos danos que seus servidores, nessa qualidade, causem a terceiros.

Parágrafo único - O Município proporá ação regressiva contra o servidor em caso de culpa ou dolo.

Art. 102 - As leis que criarem cargos nos quadros de funcionários da Câmara serão votadas em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas, e somente serão aprovadas se obtiverem o voto da maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo único - Aos projetos de lei de que trata este artigo, somente serão

admitidas emendas que de qualquer forma aumentem a despesa ou o número de cargos previstos, quando assinados pela metade, no mínimo, dos membros da Câmara.

Art. 103 - É vedada a participação dos servidores no produto da arrecadação dos tributos e multas.

Art. 104 - Lei municipal disporá sobre o estatuto dos seus funcionários.

Parágrafo único - Enquanto não for editada a lei referida neste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

Art. 105 - Os Municípios poderão estabelecer por lei ou convênio o regime previdenciário de seus servidores não sujeitos à legislação trabalhista.

Art. 106 - Aplicam-se, no que couber, aos funcionários das Câmaras, os sistemas de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Executivo.

Parágrafo único - Os vencimentos dos cargos do Quadro da Câmara não poderão ser superiores aos pagos pelo Executivo para cargos de atribuições iguais ou semelhantes.

SUBSEÇÃO II

Do Planejamento Municipal

Art. 107 - A administração municipal poderá ser auxiliada pelo Estado, através de suas Secretarias e demais órgãos, quando necessitar e solicitar assistência técnica.

Parágrafo único - Quando a assistência for prestada, o Município concorrerá com as despesas, na forma que se convencionar.

Art. 108 - Não serão concedidos pelo Estado, auxílios ou empréstimos a Municípios, sem prévia aprovação;

I - do respectivo plano de aplicação, pelo órgão estadual competente, no caso de auxílios;

II - do estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, por parte do órgão estadual competente para aprovar o projeto a que os mesmos se destinem, no caso de empréstimos.

SUBSEÇÃO III

Dos Atos Municipais

Art. 109 - A publicação dos atos municipais far-se-á em órgão oficial do Município ou em órgão de imprensa com circulação no município e, na falta destes, por edital fixado no edifício sede da Prefeitura e através do Presidente da Câmara, em local visível da respectiva sede.

Parágrafo único - A escolha do órgão de imprensa para a divulgação dos atos municipais da Câmara e da Prefeitura depende de lei, e será único. Esta lei será publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 110 - Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedi-

dos com observância das legislações específicas.

§ 1.º - É obrigatória a publicação de todos os atos municipais que criem, modifiquem, extingam ou restrinjam direitos, especialmente as leis, decretos legislativos, resoluções, decretos, balancetes, balanços e razões de veto oposto no recesso da Câmara.

§ 2.º - Salvo os atos indicados no parágrafo anterior, os demais podem ser publicados em resumo.

§ 3.º - Independem de publicação os atos normativos internos, bem como os que declarem situações individuais, desde que notificados os seus destinatários para ciência e cumprimento.

SUBSEÇÃO IV

Das Certidões

Art. 111 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único - A certidão relativa ao exercício de cargo de Prefeito, será fornecida pelo Presidente da Câmara, no mesmo prazo deste artigo.

SEÇÃO III

Dos Bens Municipais

Art. 112 - Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhe pertençam.

Art. 113 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto aqueles utilizados em seus serviços.

Art. 114 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do doatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta.

II - quando móveis, dependerá de licitação:

a) doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social, devidamente fundamentado;

b) permuta.

III - as ações serão vendidas em Bolsa

de Valores, dependendo de autorização legislativa; se as ações não tiverem cotação em Bolsa, serão alienadas através de concorrência ou leilão.

§ 1.º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2.º - A venda, garantida a preferência aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis, resultantes de obra pública, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento poderão ser alienadas atendidas as mesmas formalidades.

Art. 115 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação, realizada por comissão especial homologada pelo Prefeito, e autorização legislativa.

Parágrafo Único - Será dispensada a autorização legislativa, se a aquisição estiver expressamente prevista na lei orçamentária.

Art. 116 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigir.

§ 1.º - A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais, dependerá de lei e concorrência, e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2.º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3.º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4.º - A autorização poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de sessenta dias.

SEÇÃO IV

Das Licitações

Art. 117 - A realização de obras, compras e serviços, obedecerá ao princípio da licitação na forma da Legislação federal e

estadual pertinente, sem prejuízo da legislação complementar municipal.

SEÇÃO V

Da Administração Financeira

SUBSEÇÃO I

Do Orçamento Municipal

Art. 118 - O Município observará às normas da Constituição Federal e das leis federais sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos anuais e plurianuais de investimento.

Art. 119 - A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita.

§ 1.º - Não se incluem na proibição:

I - a autorização para a abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II - as disposições sobre a aplicação do saldo que houver.

§ 2.º - As despesas de capital obedecerão a orçamentos plurianuais de investimento.

§ 3.º - São vedadas, nas leis orçamentárias ou na sua execução:

a) a transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma dotação orçamentária para outra;

b) a concessão de créditos ilimitados;

c) a abertura de crédito especial ou suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

d) a realização, por qualquer dos órgãos Executivo e Legislativo municipais, de despesas que excedam os créditos orçamentários adicionais.

§ 4.º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida em caso de necessidade imprevista, como calamidade pública e outras previstas em lei.

Art. 120 - O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital, e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os órgãos e fundos, tanto da administração direta quanto da indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenção ou transferências à conta do orçamento.

§ 1.º - A inclusão, no orçamento anual, da despesa e receita dos órgãos da administração indireta será feita em dotações globais e não lhes prejudicará a autonomia na gestão dos seus recursos, nos termos da legislação específica.

§ 2.º - A previsão da receita abrangerá todas as rendas e suprimentos de fundos, inclusive o produto de operações de crédito.

§ 3.º - Nenhum investimento cuja execução se prolongue além de um exercício fi-

nanceiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

§ 4.º - Nenhum tributo terá sua arrecadação vinculada a determinado órgão, fundo ou despesa. A lei poderá, todavia, instituir tributos cuja arrecadação constitua a receita do orçamento de capital vedada a sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 5.º - Os créditos especiais e extraordinários não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigorar até o término do exercício financeiro subsequente.

Art. 121 - As despesas de pessoal do Município não poderão exceder aos limites que a lei complementar federal estabelecer.

Art. 122 - É da competência do órgão Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

§ 1.º - Não será objeto de deliberação emenda de que decorra aumento da despesa global de cada órgão, projeto ou programa, ou as que visem a modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2.º - Os projetos de lei referidos neste artigo somente sofrerão emendas nas comissões do órgão Legislativo. Será final o pronunciamento das comissões sobre emendas, salvo se um terço, pelo menos, dos membros da Câmara solicitar ao Presidente a votação em plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas comissões.

§ 3.º - Ao órgão Executivo será facultado enviar mensagens enquanto estiver tramitando o projeto de orçamento, propondo a sua retificação, desde que não esteja concluída a votação da matéria a ser alterada.

Art. 123 - O Prefeito enviará à Câmara, até o dia trinta de setembro de cada ano, o projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte. Se até trinta de novembro a Câmara não o devolver para sanção, será promulgado como lei o projeto originário do Executivo.

Art. 124 - As operações de crédito por antecipação da receita autorizada no orçamento anual não poderão exceder a quarta parte da receita total estimada para o

exercício financeiro, e serão obrigatoriamente liquidadas até trinta dias após o encerramento deste.

Parágrafo único - A lei que autorizar operação de crédito, a ser liquidada em exercício financeiro subsequente, fixará desde logo, as dotações a serem incluídas no orçamento anual, para os respectivos serviços de juros, amortização e resgate durante o prazo para a sua liquidação.

Art. 125 - O numerário correspondente às dotações destinadas a Câmara será entregue mensalmente, em quotas estabelecidas na programação financeira da Fazenda municipal, com participação nunca inferior a estabelecida pelo Executivo para os seus próprios órgãos.

SUBSEÇÃO II

Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

Art. 126 - A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara e controle interno do Executivo, instituídos por lei.

§ 1.º - O controle externo da Câmara será exercido com auxílio do Tribunal de Contas.

§ 2.º - O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara de Vereadores, com parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 3.º - As contas do Prefeito e as da Câmara Municipal, bem como o balanço, serão enviados conjuntamente, ao Tribunal de Contas, até 31 de março do exercício seguinte, que exarár parecer prévio.

§ 4.º - A Câmara não poderá receber as contas encaminhadas pelo Prefeito sem o parecer prévio do Tribunal de Contas.

§ 5.º - O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo máximo de noventa dias a contar do recebimento do parecer, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.

§ 6.º - Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação da Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.

§ 7.º - É nulo o julgamento das contas do Prefeito e da Câmara pelo órgão legislativo municipal, quando o Tribunal de Contas não haja exarado parecer prévio.

§ 8.º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara deixará de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente.

§ 9.º - A prestação de contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado, ou por seu intermédio, serão prestadas, em separado,

diretamente ao Tribunal de Contas.

Art. 127 - As decisões da Câmara sobre as prestações de contas de sua Mesa e do Prefeito deverão ser publicadas no órgão oficial do Município.

SUBSEÇÃO III

Da Receita Municipal

Art. 128 - A receita municipal constituir-se-á de arrecadação de tributos de competência do Município, das quotas de fundos federais e estaduais, de participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes da utilização dos seus bens, serviços e atividades e de outros ingressos.

SUBSEÇÃO IV

Da Despesa Municipal

Art. 129 - São despesas municipais: as de custeio; transferências correntes; investimentos, inversões financeiras e as transferências de capital.

SEÇÃO VI

Da Administração das Subprefeituras

Art. 130 - Nos Distritos onde forem instaladas subprefeituras, poderá haverá administrador Distrital nomeado em comissão e com remuneração e atribuições fixadas em lei.

CAPÍTULO IV

Das Estâncias Hidrominerais

Art. 131 - A declaração de um Município como estância hidromineral ou o seu cancelamento depende de lei estadual e somente ocorrerá:

I - se for verificada a existência de fontes naturais de água dotada de elevado teor de propriedades terapêuticas e em quantidade suficiente para atender aos fins a que se destina;

II - se for comprovada a existência de condições relativas ao clima, altitude e outros requisitos que favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.

Art. 132 - Na forma que a lei estabelecer, o Estado destinará, anualmente, recursos orçamentários à execução de obras e serviços que contribuam para o desenvolvimento das estâncias.

TÍTULO IV

Da Intervenção no Município

Art. 133 - O Estado intervirá no Município quando:

I - se verificar impontualidade no pagamento de empréstimo garantido pelo Estado;

II - deixar de ser paga, por dois anos consecutivos, dívida fundada;

III - a administração municipal não prestar contas a que esteja obrigada na forma da lei;

IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação formulada pela autoridade estadual competente para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição do Estado, bem como para prover a execução de lei ou de ordem ou decisão judiciária, limitando-se o decreto do Governador a suspender o ato impugnado, se essa medida basta ao restabelecimento da normalidade;

V - forem praticados, na administração municipal, atos subversivos ou de corrupção;

VI - não tiver havido aplicação, no ensino fundamental, cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

§ 1.º - A intervenção será decretada pelo Governador, de ofício ou mediante provocação de dois terços, no mínimo dos membros da Câmara, ou do Tribunal de Contas, e a sua execução dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa.

§ 2.º - O ato de decretar a intervenção fixar-lhe-á a amplitude e duração.

§ 3.º - Aprovada a intervenção, o Governador nomeará o interventor.

§ 4.º - Cessada a intervenção ou cessados os motivos que a houverem determinado, tornarão ao exercício de seus cargos as autoridades municipais afastadas em consequência dela, sem prejuízo da eventual responsabilização.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 134 - Os pagamentos devidos pela Fazenda municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

Art. 135 - Os Municípios gozarão de redução de vinte por cento no pagamento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado.

Art. 136 - Na aplicação das rendas municipais destinadas aos serviços públicos, dever-se-á atender às necessidades dos distritos, em proporção à receita que produzirem.

Art. 137 - Os Municípios remeterão anualmente ao órgão de assistência aos Municípios, até 30 de abril, os balanços gerais do exercício anterior e os orçamentos da receita e da despesa do exercício, para efeito de pesquisa e documentação.

TÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 138 - Enquanto não for criado o órgão auxiliar da fiscalização financeira e

orçamentária dos Municípios, o Tribunal de Contas auxiliará as Câmaras nesse encargo.

Art. 139 - Os Municípios serão isentos de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis.

Art. 140 - Na legislatura que terminará em 31 de dezembro de 1988, os Vereadores eleitos para cargos da Mesa, no primeiro biênio, poderão ser reeleitos para os mesmos cargos no terceiro biênio do mandato em curso.

Art. 141 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e expressamente as Leis Complementares n.ºs 2 de 18.06.1973; n.º 5 de 06.01.1976; n.º 9, de 26.06.1980; n.º 11, de 08.07.1981, n.º 12, de 17.11.1981 e n.º 15, de 21.06.1982.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

1 - Tanto as razões quanto o encaminhamento preliminares da feitura deste projeto de lei complementar são de amplo domínio público. Os órgãos de divulgação ocuparam-se largamente do assunto, em todas as suas fases e desdobramentos.

Contudo, não é demais repetir que a atual Lei Orgânica dos Municípios possui mais de uma década de vigência. Durante esse tempo, suas falhas de origem agravaram-se e outras tantas surgiram no confronto com a realidade. Por outro lado, intermitentes mudanças constitucionais impuseram-lhe matéria nova ou modificações na existente, permanecendo fora de seu corpo. Mais ainda, na época em que ela foi editada, não havia clima para o saudável exercício da participação democrática, o que explica o artificialismo de alguns de seus preceitos.

2 - Instaurado o processo de revisão da Lei Orgânica dos Municípios, todos os Prefeitos e Vereadores, entidades municipais e categorias profissionais ligadas ao Direito foram convidadas a oferecer sugestões, a partir do texto base preparado por Reginaldo Fanckin, conceituado especialista na matéria.

3 - Centenas de contribuições foram recebidas e, após cuidadosamente estudadas, ou se integraram ao projeto definitivo ou, ainda que não acolhidas, mereceram parecer técnico e a devida satisfação aos proponentes.

4 - A Associação dos Municípios do Paraná e a Associação das Câmaras Municipais do Paraná realizaram, com seus filiados, encontros regionais especialmente dedicados ao debate do texto-base, durante cerca de quatro meses.

Dessas reuniões de consulta às bases, resultou documento único - subscrito pelas mencionadas entidades representativas dos Municípios - contendo reparos, emendas e inserções, quase todas agregadas ao Projeto.

É oportuno assinalar, pelo exposto, a entusiástica adesão dos Municípios, quer individualmente quer através de seus organismos de representação, à idéia de rever a Lei Orgânica.

5 - Assim, o objetivo primordial colimado desde o início restou plenamente alcançado. Pode-se afirmar, inclusive, e sem exagero, que este projeto tem como co-autores os Prefeitos e Vereadores paranaenses. Companhia que muito honra e desvanece este Deputado.

Com este registro, evidencia-se a legitimidade democrática da futura lei. Fica, consequentemente, inaugurada entre nós a prática legislativa de criar direito novo em estreita comunhão com os próprios interessados, ao invés de impor normas de cima para baixo.

6 - Outra dimensão positiva do trabalho em causa, justo é que se ressalte, reside na adequação de seus institutos e regras gerais ao ponto médio das unidades do Estado, já que ele reflete fielmente o consenso dos órgãos deliberativos e executivos da totalidade de nossos Municípios. Assim, o projeto abrange indistintamente Municípios agrícolas ou industriais; pequenos, médios ou de grande porte; de alta, média ou rarefeita densidade demográfica; de orçamento constituído de receita baseada em rendas próprias ou em transferências, e assim por diante.

A partir das linhas mestras da respectiva organização, poderão os Municípios criar sua legislação básica adequada às suas peculiaridades, aos seus interesses e demandas sociais.

7 - Por fim, uma advertência: o projeto esgotou, até ao último limite, a competência do legislador ordinário estadual - consignada nas Constituições da República e do Paraná - no sentido de atender aos justos reclamos de natureza institucional e de prática administrativa. Evitou, de todas as formas, confundir pretensões políticas - de legitimidade indiscutível - com as possibilidades concretas de criar normas jurídicas válidas - de rigidez intransponível.

Não se mediu esforço, também, no sentido de preservar a autonomia dos Municípios - valor historicamente integrado a nossa cultura política - a ponto de não acolher reivindicações, mesmo oriundas de autoridades locais, por serem conflitantes com essa autonomia.

Sucede que as conseqüências, decorrentes do desrespeito à demarcação constitu-

cional da matéria posta ao alcance do legislador estadual, são danosas aos Municípios. Não compensam eventuais e transitórias promoções de caráter pessoal. Isto porque, tais invasões sempre resultam em danos à Prefeitura ou à Câmara ou a terceiros, que serão corrigidos através do veto governamental ou, em caso extremo, através de arguição de inconstitucionalidade. Exatamente para evitar esse tipo de prejuízo aos interessados e à organicidade do diploma legal em criação é que os critérios antes aludidos foram observados sem concessões.

8 - Na certeza de estar submetendo a esta egrégia Assembléia um projeto de magna repercussão e importância para os Municípios deste Estado, revestido de aspectos singulares acima destacados, penso haver correspondido às melhores e mais caras expectativas e aspirações do povo e autoridades de minha terra.

NOTA: Seguem-se "ANOTAÇÕES" a respeito de cada alteração ou inovação constante do Projeto em relação ao texto da atual Lei Orgânica dos Municípios.

BREVES INDICAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

1 - Deu-se a conceituação de Município, a exemplo das Cartas Federal e Estadual.

2 - Os artigos 1.º a 5.º da lei receberam melhor redação, incluindo-se o artigo 2.º e parágrafo como matéria nova. Neste se prevê a divisão do Município em Distritos para fins administrativos.

3 - Suprimiu-se o artigo 4.º. Além de mal redigido, contém exigência jamais observada por ser de difícil cumprimento. Sobretudo no tocante à rigidez da preconizada lei quadrienal de divisão territorial, e ao tempo limitado para sua alteração. Quem a idealizou teve em mira a exemplo da lei de divisão e organização judiciárias; mas não atentou para a substancial diferença entre uma e outra. Isso explica porque o dispositivo nunca foi aplicado.

4 - Suprimiu-se o inciso IV, do artigo 6.º, porquanto o ano da instalação do Município está fixado no artigo 13 em obediência ao § 1.º, do artigo 110, da Constituição do Estado. A lei não poderia indicar data diversa da coincidente com a instalação.

5 - Incluiu-se um parágrafo ao artigo 6.º destinado a estabelecer o período em que o Município pode ser criado, de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 39, de 10.12.80. Hoje a competência para aprazar foi devolvida ao legislador estadual, pela mencionada lei federal.

6 - Incluiu-se um Capítulo, o de n.º

III, artigos 8.º a 11, consolidando-se no texto a Lei Complementar Estadual n.º 12, de 17.11.81, contendo normas para a transferência de área territorial de um para outro município.

7 - No § 2.º, do artigo 12 (p. único do art. 15) atribui-se expressamente à Câmara a competência para elaborar o orçamento no caso de omissão do Prefeito do Município recém-instalado.

8 - Incluíram-se disposições a respeito da legislação aplicável no Município recém-instalado, antes que elabore a sua própria ordem jurídica. Da mesma forma, o projeto dispõe sobre como os bens e serviços, dívidas e obrigações serão transferidos para o Município recém-instalado. Supre, assim, sensível lacuna da lei vigente.

9 - Suprimiram-se o § 2.º do artigo 15, em vigor, em vista de sua inconstitucionalidade manifesta.

10 - Nos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 17, em vigor, aperfeiçoou-se a redação.

11 - No inciso IV, do artigo 18, em vigor, suprimiram-se as expressões: "observadas as leis e praxes da União que regem a concorrência e a desapropriação", por inadequadas.

12 - No inciso VI, do artigo 18, em vigor, suprimiram-se as expressões - "respeitados os preceitos legais", por serem perfeitamente dispensáveis.

13 - O inciso VIII, do artigo 18, em vigor, foi suprimido por estar compreendido no texto do inciso III.

14 - No artigo 23, § 1.º, suprimiram-se as expressões: "bem como qualquer autorização", por inócua.

Suprimiu-se o parágrafo único do artigo 18. As disposições a respeito de arruamentos e loteamentos é matéria exclusivamente municipal, respeitada a legislação federal no caso dos loteamentos.

15 - Suprimiu-se o inciso XVIII em vista de já estar contido no artigo 19, VI.

16 - Excluíram-se do inciso XVIII, do artigo 18, as expressões - "renovar licenças periodicamente", porquanto as licenças não carecem de renovação, segundo o entendimento da jurisprudência. A figura tributária aplicável é a taxa de verificação de funcionamento.

17 - Suprimiram-se as expressões "creditícios" e "respeitada a legislação federal pertinente". A primeira por estar incluída nas demais atividades enumeradas e a segunda por desnecessária e óbvia.

18 - Suprimiram-se no inciso XXIII, do artigo 18, as expressões - "no que não colida com a legislação própria". Tratando-se de competência municipal a ressalva é dispensável.

19 - Suprimiu-se o inciso XXVI, do ar-

tigo 18, por disciplinar matéria de competência da União (pesos e medidas).

20 - Suprimiu-se o inciso XXX. A competência, além de concorrente, já vem regulada no 2.º, do artigo 19, da redação em vigor.

21 - Suprimiu-se o inciso VII, do artigo 19, porquanto a matéria nele indicada é de competência municipal e não concorrente com o Estado.

22 - No inciso V, do artigo 25, suprimiram-se as expressões - "ressalvados os casos previstos na Constituição Federal". É que a Constituição Federal não faz nenhuma ressalva para o Município quanto ao princípio da legalidade tributária.

23 - O inciso V, do artigo 25 foi suprimido por estar compreendido no inciso VII.

24 - No inciso VI, do artigo 25, alínea "a" suprimiram-se as expressões "a renda ou". Criar imposto sobre a renda é competência da União. Incluiu-se o patrimônio de outros municípios na imunidade tributária do preceito.

25 - No inciso VI, "c", do mesmo artigo, idêntica supressão por idêntico motivo.

O inciso VIII foi suprimido por estar compreendido no inciso X.

26 - No parágrafo único, do artigo 25, suprimiu-se a expressão "renda" pelas razões antes expostas, e a parte final do texto a partir das expressões "cujo tratamento...", por desnecessárias.

27 - No artigo 26 substituiu-se a palavra Municipal por Vereadores. A Câmara é de Vereadores.

28 - Os atos municipais são formalizados pelas autoridades competentes. Por essa razão, insistiu-se no aspecto relativo à publicidade dos atos.

29 - Na redação do parágrafo único, do artigo 25 - para efeito de cálculo tendente a alteração do número de Vereadores, tomou-se como base o eleitorado existente na data do encerramento do alistamento.

Ele constitui um indicador mais seguro e definido. E como prazo fatal para a edição da respectiva lei os cento e oitenta dias anteriores à eleição.

Assim, o eleitorado estará fixado e há tempo suficiente para o registro de chapas, com número também certo de cadeiras na Câmara.

30 - No artigo 29, a data de instalação da legislatura passou para o primeiro dia da legislatura, em face do estabelecido no artigo 215, da Carta Federal, que marcou o termo dos atuais mandatos e certamente dos futuros para 31 de dezembro. Logo, a instalação da legislatura deve ocorrer no dia imediato ao termo dos anteriores mandatos.

31 - Incluíram-se no artigo 24 da Lei,

as taxas ao lado dos preços dos serviços públicos a serem fixados pelo Executivo (artigo 30 do Projeto).

32. No parágrafo único, do artigo 29, incluiu-se a consequência da omissão do Vereador em assumir o mandato, que é perdê-lo, bem como a ressalva no caso de doença devidamente comprovada.

33. Logo após as competências da Mesa, no artigo 34, incluiu-se a norma do artigo 30, parágrafo único, alínea "b", inciso III, da Carta Estadual, relativo à publicação de pronunciamentos ofensivos às instituições, à ordem política e social, de propaganda de guerra, de preconceito de raça, religião ou classe, incitação ao crime etc.

34. Incluiu-se entre as competências da Mesa da Câmara a de elaborar o orçamento analítico da Câmara, a fim de lhe permitir a possibilidade de administrar seus recursos de acordo com as necessidades e conveniências da Casa (artigo 34 da Lei).

35. Suprimiu-se o artigo 36 "caput" por sua obviedade.

36. Suprimiu-se o artigo 37 por se tratar de matéria regimental.

37. Incluíram-se disposições relativas a comissão de inquérito, transportadas das Cartas Federal e Estadual.

38. No Parágrafo 1.º, do artigo 39, reduziu-se o quorum de 2/3 para maioria absoluta exigido na transferência do local das Sessões da Câmara. Tanto o regimento interno do Senado, como da Câmara dos Deputados, quanto o da Assembléia do Paraná indicam esse número.

39. No artigo 40 houve redução idêntica para compatibilizar a regra com o artigo 17 da Carta Estadual em termos de quorum exigido para converter a sessão pública em secreta.

40. Separou-se a reunião extraordinária, realizada no período ordinário, da sessão legislativa extraordinária, convocada no período de recesso. O artigo 42 e §§ geraram confusões e impasses (art. 48 e parágrafo único).

A comunicação ao Vereador, mediante notificação pessoal e escrita, das sessões extraordinárias e inovação constante do § 3.º, artigo 51 do Projeto.

41. Incluiu-se norma (art. 49) relativa à remuneração das sessões ordinárias e extraordinárias, na forma da Legislação Federal - artigo 2.º, da Lei Complementar Federal n.º 25, de 02.07.75.

42. Abriu-se uma subseção - a 5.ª da Seção 2.ª, para a disciplina da convocação extraordinária da Câmara onde se incluiu a faculdade, atribuída pela Emenda n.º 22/82 ao Congresso Nacional - extensiva aos Estados e Municípios - de autoconvocar-se a requerimento de dois terços dos membros da respectiva Câmara.

43. No artigo 44, alínea "e", retirou-se a faculdade de aumentar vencimentos, por ser competência exclusiva do Prefeito.

44. Ainda no artigo 44 excluiu-se o inciso II visto como o recebimento da denúncia contra o Prefeito, segundo o inciso V, do artigo 5.º do decreto lei n.º 201/67, e da maioria dos presentes. Essa deliberação, porém, se insere na regra geral do artigo 43 da Lei.

45. No artigo 45 incluiu-se entre as deliberações sujeitas ao voto de dois terços dos Vereadores, a alteração do nome do Município, de acordo com o parágrafo único, do artigo 3.º da redação vigente, bem assim a proposta para a transferência da sede do Município, bem assim a cassação do mandato do Prefeito, segundo determina o artigo 5.º, Inciso VI, do Decreto Lei n.º 201/67.

46. Suprimiu-se o artigo 46 por ser matéria regimental.

47. No artigo 47 suprimiu-se a obrigatoriedade de o Vereador, presente às sessões, manifestar seu voto. É regra regimental.

48. Suprimiu-se o artigo por inócuo.

49. Suprimiu-se o inciso VI, do artigo 49, visto como a Câmara não tem competência para aprovar nomeações de funcionários do Executivo, ainda que em órgãos da administração indireta.

50. Incluiu-se entre as atribuições do decreto legislativo a de fixar as diárias para o Prefeito.

51. Entre as matérias disciplinadas pela resolução, § 2.º do artigo 49, incluiu-se a criação de comissão de inquérito, excedente de cinco. Até este número, o requerimento simplesmente assinado por um terço dos Vereadores cria a comissão de inquérito, independentemente de deliberação do Plenário. As excedentes de cinco, porque dependem de anuência, inserem-se entre os assuntos regulados por resolução. Também a fixação da verba de representação do Presidente integra o elenco de matérias privativas da resolução. Substituiu-se, também subsídio por remuneração, em face da designação dada pela lei federal complementar n.º 39.

52. No inciso VIII, § 2.º, do artigo 49, substituiu-se "ato normativo" por ato administrativo, dada sua melhor estirpe técnica.

53. A subseção referente aos subsídios dos Vereadores sofreu total remodelação para harmonizá-lo com a legislação federal vigente. O artigo 51 ainda contemplava a hipótese do mandato gratuito. Com cinco novos artigos a matéria fica atualizada. Faculta-se a atribuição de verba de representação ao Presidente da Câmara, mediante ato deliberativo da Câmara, de forma a não invadir a autonomia municipal.

54. No tocante à licença, igualmente,

a subseção foi reescrita. Sobretudo, fez-se a adaptação ao disposto no artigo 11, da Constituição do Estado.

55. A suplência recebeu tratamento de quatro preceitos, contemplando-se a convocação por motivo de posse em cargo de Secretário municipal.

56. A situação do Vereador funcionário público foi adaptada aos termos do artigo 104 e §§ da Constituição Federal.

57. No inciso II, do artigo 55, adaptou-se o texto ao Decreto Lei n.º 201/67, com a redação da Lei Federal n.º 6.793, de 11.06.80, no sentido de ampliar de cinco para um terço das sessões ordinárias e de três para cinco sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito, o número de faltas para ensejar a extinção do mandato do Vereador.

58. A Subseção 5.ª - Da Extinção e da Cassação do Mandato foi substituída pela epígrafe: "das incompatibilidades", onde se consubstancia a matéria disposta no Decreto Lei n.º 201/67 e no artigo 112, II, da Constituição do Estado.

59. O artigo 57 e parágrafo único passaram para a subseção da licença. Do enunciado do artigo 57 retirou-se a exigência de o Vereador licenciarse para assumir cargo em comissão dos governos estadual e federal. Não é caso de incompatibilidade, na medida em que as vedações constitucionais se limitam ao âmbito municipal. A restrição em causa é extravagante.

60. Incluiu-se prazo para o Vereador desincompatibilizar-se, sob pena de extinção do mandato, de acordo com o artigo 8.º, IV, do Decreto Lei n.º 201/67.

61. Simplificou-se a redação do inciso VIII, do artigo 59, da Lei, com o objetivo de evitar o conflito com a norma do inciso II, do artigo 106.

62. A autorização e o referendo legislativo a convênios somente serão concedidos quando as verbas de custeio não constarem do orçamento. Assim, o inciso XII, do artigo 59, foi revisto e transposto para as competências reservadas da Câmara, como deve.

63. Incluiu-se o inciso XVII, no artigo 59 do texto original, a competência conjunta para dispor sobre a organização administrativa do Município.

64. Incluiu-se no artigo 73, a competência para a Câmara estabelecer a gratificação de representação do Presidente, ao lado da fixação da remuneração dos Vereadores (inciso IX).

A autorização ou referendun apenas a convênios celebrados pelo Prefeito que impliquem dispêndios de verbas não previstas no orçamento é acrescentada no inciso XVII. Igualmente sujeitam-se ao referendun ou autorização os consórcios inter-municipais.

65. Atribuição que se acrescenta é a do inciso XVII, do artigo 73 do Projeto, consistente em propor ao plenário os projetos referentes aos funcionários da Câmara.

66. No inciso XI, do artigo 60 complementou-se o alcance do requerimento de informações, nos termos do previsto nas Constituições Federal e Estadual.

67. As espécies normativas, através das quais o Município cria seu direito novo, estão enumeradas no artigo 78 do Projeto.

68. Incluiu-se na seção Processo Legislativo a regra criada pela Emenda 22/82 à Carta Federal de constar os projetos com trâmite em prazo determinado na ordem do dia das dez sessões seguintes à expiração do prazo. Assim, o § 2.º, do artigo 62 do texto original, recebeu nova redação. Consequentemente, suprimiu-se o artigo 68.

69. Entre as competências exclusivas do Prefeito, no processo legislativo, separaram-se as referentes ao funcionalismo em geral daquelas que se referem apenas aos do quadro do Executivo (artigo 76, § 1.º, "b").

70. Suprimiu-se o § 4.º, do artigo 66, por ser inconstitucional. O trâmite da elaboração orçamentária é previsto nas Constituições e na Lei Federal 4.320.

71. No artigo 69 da Lei incluiu-se o Vice-Prefeito para tomar posse juntamente com o Prefeito. A data decorre do termo do mandato do Prefeito anterior e da necessidade de compor os órgãos do município, imediatamente.

72. No § 2.º do artigo 69, designou-se o Presidente da Câmara como o competente para declarar vago o cargo de Prefeito, se houver desistência.

73. Estendeu-se ao Vice-Prefeito a obrigatoriedade de apresentar declaração de bens no ato da substituição e ao final do mandato - artigo 69 da Lei.

74. A matéria pertinente à remuneração do Prefeito é reformulada. Um piso, a partir do qual o subsídio do Prefeito é fixado, baseado em valor igual a três vezes o percebido pelo Presidente da Câmara ou, conforme o caso a cinco vezes o maior vencimento de funcionário do município, garante ao chefe do Executivo uma remuneração pelos menos razoável.

Evidente que, a partir do mínimo, a Câmara fica livre para arbitrar importâncias superiores. Por outro lado, a cláusula de reajuste esta revista de forma mais elástica do que a anterior, à qual acompanha a verba de representação.

75. O artigo 75, foi harmonizado com as disposições do artigo 104 e §§ da Constituição Federal, no concernente aos direitos funcionais do Prefeito servidor público estadual ou municipal.

76. Ao substituto do prefeito é conferido o direito de perceber a remuneração do titular, durante a substituição, proibida a acumulação de rendimentos - artigo 70, § 3.º, da Lei.

77. O prazo dentro do qual o Prefeito deve prestar informações solicitadas pela Câmara é de trinta dias corridos, e não úteis. O modelo é o da Constituição do Estado, artigo 20, § 2.º (art. 75, XX).

78. Suprimiu-se o inciso XXIV, do artigo 75. O Prefeito não pode comparecer, mesmo espontaneamente, na Câmara. A separação e independência dos órgãos municipais é exigência institucional e não fica à livre disposição do Prefeito. Não é uma prerrogativa pessoal e, sim, do órgão.

79. No inciso XXIX, do artigo 75, suprimiram-se as expressões: "autorizando as despesas". A atribuição já consta do inciso V, do mesmo artigo.

80. Incluiu-se entre as competências do Prefeito a de arguir a inconstitucionalidade de ato da Câmara artigo 75 (inciso XXXIII do Projeto).

81. Agruparam-se as competências do Prefeito - artigo 75, nos moldes da sequência constitucional.

82. O inciso VII, do artigo 75, foi adaptado ao equivalente das competências da Câmara, ou seja, de que somente os convênios cuja despesa não tenha previsão orçamentária são dependentes de autorização legislativa prévia ou de referendo.

83. O inciso XXX, do artigo 75, passou para o final do elenco de competências, em virtude de seu caráter genérico e abrangente.

84. O inciso XXXIII do artigo 75 foi suprimido. Seu conteúdo está inserido no contexto do inciso I.

85. Suprimiram-se os incisos do artigo 76 porquanto a delegação de matéria objeto de decreto ficou sem referência no Projeto. Isto porque o preceito que enumerava (na Lei) a matéria sujeita à formalização por decreto não permaneceu no projeto.

86. Estenderam-se ao Prefeito as mesmas vedações e incompatibilidades levantadas aos Vereadores (artigo 85).

87. Na subvenção dedicada aos servidores suprimiram-se os inúmeros dispositivos que repetem "ipsis literis" as normas constitucionais aplicáveis ao Município (arts. 78, §§ 1.º e 2.º, 79 e 81 a 91), mantidos, porém, aqueles de incidência mais frequente. A matéria do artigo 93 e §§ foi transferida para o regime jurídico do funcionário eleito Vereador ou Prefeito, no local próprio.

88. Incluiu-se no artigo 92, o § 3.º contendo a norma constitucional relativa ao ingresso de funcionário no quadro da Câmara, para evidenciar a diversidade de regime de investidura no quadro do Execu-

tivo, inserto no § 2.º do mesmo artigo e, com a outra, de origem constitucional.

89. No artigo 96, que trata da criação de cargos na Câmara acrescentou-se um parágrafo sobre a questão das emendas a esse tipo de projeto, na forma das Constituições federal e estadual.

90. Incluiu-se na subseção destinada aos servidores municipais as regras constitucionais da paridade de vencimentos baseada nos pagos pelo Executivo e observância, na Câmara, do regime jurídico dos funcionários da Prefeitura, pelas razões acima expostas.

91. Na subseção "Do Planejamento Municipal" transferiu-se o artigo 144 em face da identidade de suas disposições.

92. A publicação dos atos municipais - incluindo os da Prefeitura e da Câmara - artigo 100 - recebeu melhor definição quanto ao veículo de divulgação. Antes havia dúvida sobre quantos órgãos poderiam ser escolhidos. Por outro lado, estabeleceu-se a obrigatoriedade de a lei que elege o órgão de imprensa como oficial do município ser publicada no Diário Oficial do Estado. Dessa maneira, a adoção de órgão de divulgação recebe ampla publicidade.

93. O prazo para a expedição de certidões é de quinze dias úteis (artigo 104 do Projeto).

94. No inciso III, do artigo 106 da Lei, colocou-se a alternativa de venda de ações que não possuam cotação em Bolsa. Far-se-á através de licitação ou leilão.

95. No artigo 107 referente à aquisição de bens imóveis indicou-se uma comissão especial para proceder à avaliação e este passa a depender da homologação do Prefeito. Depois desse procedimento, o Prefeito solicita autorização legislativa.

96. A aquisição de imóveis, cuja dotação esteja prevista na lei orçamentária fica dispensada de autorização legislativa - parágrafo único, artigo 108, do Projeto.

97. O capítulo das Licitações foi reduzido a um artigo apenas, vinculando-as à legislação superior sem prejuízo da legislação complementar municipal. Repetir precrições de observância obrigatória não é de boa técnica legislativa, até porque elas podem sofrer alterações em participação do Município, desatualizando constantemente o texto.

98. No § 4.º, do artigo 125, suprimiram-se as expressões: "exceto disposição constitucional em contrário". A ressalva não tem aplicação no Município.

99. Incluiu-se no final do capítulo Orçamento a obrigatoriedade de a Fazenda Municipal entregar quotas trimestrais das dotações destinadas à Câmara, segundo o modelo da Carta Federal.

100. O artigo 132 recebeu nova redação de maior amplitude e melhor técnica.

101. Foram excluídos os artigos 133 e 134. A competência para dispor sobre a matéria é exclusiva do Município, segundo se depreende do artigo 6.º, do C.T.N. e artigo 18, § 1.º, da Carta Federal.

102. O artigo 137 foi suprimido por versar sobre matéria de exclusiva competência municipal. A administração distrital é matéria de economia interna do Município.

103. O artigo 138 recebeu redação mais esclarecedora. A participação dos órgãos técnicos do governo do Estado para a lei declarar o município como estância hidromineral é meramente acessório. O legislador estadual não pode ficar limitado na sua deliberação a parecer técnico de natureza administrativa.

Contudo, novas exigências e preceitos são adotados como condição para a declaração de estância hidromineral.

104. Nas disposições gerais, o Estado concede insenção de custas cartoriais em benefício dos Municípios - artigo 139 do Projeto.

105. Resolve-se, também, a questão da reeleição para o mesmo cargo da Mesa da Câmara, em virtude de ser a presente uma legislatura especial de seis anos, permitindo-a no terceiro biênio para os que os exerceram no primeiro biênio. Consta o preceito do artigo 140 do Projeto.

106. Revogam-se expressamente a Lei Orgânica vigente e as demais leis esparsas que lhe impuseram alterações ao longo do tempo. Artigo final do Projeto.

ÍNDICE

TÍTULO I	- DA ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS . . .	01
CAPÍTULO I	- Das Disposições Preliminares	01
CAPÍTULO II	- Da Criação do Município e do Distrito	02
CAPÍTULO III	- Da Transferência de Território	04
CAPÍTULO IV	- Da Instalação	05
CAPÍTULO V	- Da Extinção	08
TÍTULO II	- DA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS . . .	09
TÍTULO III	- DO GOVERNO MUNICIPAL	17
CAPÍTULO I	- Dos Órgãos Municipais	17
CAPÍTULO II	- Do Legislativo	17
Seção I	- Disposições Preliminares	17
Seção II	- Da Instalação e Funcionamento da Câmara . .	18
Subseção I	- Da Instalação	18
Subseção II	- Da Mesa da Câmara	18
Subseção III	- Das Comissões	22
Subseção IV	- Das Sessões da Câmara	22
Subseção V	- Da Convocação Extraordinária da Câmara . .	24
Subseção VI	- Das Deliberações	24
Seção III	- Dos Vereadores	28
Subseção I	- Da Remuneração	28
Subseção II	- Da Licença	28
Subseção III	- Da Convocação do Suplente	29
Subseção IV	- Do Vereador Funcionário Público	30
Subseção V	- Das Incompatibilidades do Vereador	30
Seção IV	- Das Atribuições da Câmara	33
Seção V	- Do Processo Legislativo	37
CAPÍTULO III	- Do Executivo	39
Seção I	- Do Prefeito	39
Subseção I	- Da Posse	39

Subseção II	- Da Substituição e da Sucessão	40
Subseção III	- Da Licença	41
Subseção IV	- Do Subsídio e da Representação	42
Subseção V	- Das Atribuições do Prefeito	43
Subseção VI	- Da Extinção e Cassação do Mandato	48
Subseção VII	- Das Incompatibilidades	48
Seção II	- Da Administração Municipal	48
Subseção I	- Dos Servidores Municipais	48
Subseção II	- Do Planejamento Municipal	50
Subseção IV	- Das Certidões	52
Seção III	- Dos Bens Municipais	52
Seção IV	- Das Licitações	55
Seção V	- Da Administração Financeira	55
Subseção I	- Do Orçamento Municipal	55
Subseção II	- Da Fiscalização Financeira e Orçamentária	59
Subseção III	- Da Receita Municipal	61
Subseção IV	- Da Despesa Municipal	61
Seção VI	- Da Administração das Subprefeituras	61
CAPÍTULO IV	- Das Estâncias Hidrominerais	61
TÍTULO IV	- DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO	62
TÍTULO V	- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	64
TÍTULO VI	- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	64
Anexo 1.	- JUSTIFICAÇÃO	
Anexo 2.	- BREVES INDICAÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS	

PROJETO DE LEI N.º 212/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Cavalheiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional, com sede na cidade de São Paulo.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamto: Homero Oguido, Tadeu França, Nestor Baptista, Péricles Pacheco, Erondy Silvério, Mário Pereira, Werner Wanderer, Gabriel Manoel, Antônio Annibelli, Tuguio Setogutte, Odeni Mongrue, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Osvaldo Alencar Furtado, Jorge Maia Filho, Caíto Quintana, Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Ivan Gubert, Ervin Bonkoski, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Sabino Campos, Fuad Nacli, Dirceu Manfrinato, Aníbal Khury, Gilberto Carvalho, Tércio Albuquerque e Acir Mezzadri.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 211/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública, a REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, com sede no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1984

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer, mantida pela Rede Feminina da Liga Paranaense de Combate do Câncer, com sede no Município de Ponta Grossa, se constitui numa sociedade civil, de cunho filantrópico, e tem por finalidade difundir conhecimentos gerais sobre o câncer e sua prevenção. Mantém para tal fim, um serviço periódico e gratuito de prevenção ao câncer ginecológico, com meios, os mais adequados (consultórios, médicos e pessoal administrativo) em bairros da cidade.

O ingresso à rede é facultado àqueles que, na qualidade de contribuintes, prestam seu apoio financeiro e material a essa entidade, que desde sua fundação, em maio de 1956, vem desempenhando papel da maior importância junto à comunidade pontagrossense.

JUSTIFICATIVA:

Associação dos Cavalheiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional é uma entidade sem fins lucrativos, e de caráter filantrópico e assistencial.

Já em 18 de novembro de 1982, o ilustre Senhor João Mansur, então batalhador Deputado nesta Casa de Leis, através do Projeto de Lei n.º 143/82, propunha que se declarasse de utilidade pública essa benemérita Associação. Infelizmente, por razões que não cabe, aqui e agora, analisarmos, o nobre Parlamentar não chegou ter aprovado o seu Projeto de Lei, apesar da sua sólida argumentação, como podemos citar o fato de já ser a mencionada Associação, declarada de utilidade pública:

a) Federal, pelo Decreto do Presidente da República de n.º 52.650, de 10 de outubro de 1963;

b) Estadual, pelo Decreto do Governador do Estado de São Paulo, de n.º 40.865, de 02 de outubro de 1962;

c) Municipal, pelo Decreto do Prefeito do Município de São Paulo, de n.º 10.309, de 08 de janeiro de 1973.

No Paraná, aquela Associação desenvolve relevante atividade filantrópica, que há muitos anos vem beneficiando ponderável parcela da população, principalmente da periferia da capital do Estado.

Para o desenvolvimento desse trabalho, a Associação mantém o Posto de Puericultura São João de Jerusalém, localizado providencialmente em Pinhais, região sensivelmente carente. Esse Posto presta assistência médica curativa e preventiva, alfabetiza adultos e crianças, presta orientação pedagógica, distribui material didático e merenda escolar; ainda, em casos de calamidades públicas (enchentes, por exemplo) tem colaborado eficientemente no atendimento aos flagelados, com agasalhos, roupas e alimentos.

Isso posto, só nos resta louvar e endossar a iniciativa do nosso ilustre companheiro, Deputado João Mansur, que revela a justeza de se reconhecer e exaltar o notável trabalho dessa Associação, que merece o aplauso e o apoio da comunidade, das autoridades e de todos os que se sensibilizam ante as agruras dos menos favorecidos da sorte.

PROJETO DE LEI N.º 213/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Os Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista em que o Estado seja majoritário, bem como das Empresas Públicas, Fundações e Autarquias Estaduais, cujos membros sejam indicados ou referendados pelo Governo do Estado, deverão ter, obrigatoriamente, como membro, um funcionário da Empresa ou instituição.

§ 1.º - A indicação de que trata este artigo, de eleição pelos demais funcionários ou servidores do próprio órgão.

§ 2.º - O funcionário indicado para preencher o cargo no Conselho de Administração, deverá estar na Empresa ou instituição, no mínimo a 2 (dois) anos e possuir curso superior.

Art.2.º - O disposto nesta lei deverá constar nos Estatutos ou Regulamentos das empresas ou instituições.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) NELSON BUFFARA.

Apoio: Tércio Albuquerque, Jorge Maia Filho, Ivan Gubert, Tuguo Setogutte, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Odeni Mongruel, Edgard Pimentel, Nelson Buffara, Ezequias Losso e Péricles Pacheco.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de Lei, estaremos

propondo uma inovação das mais benéficas para o desenvolvimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, dentro da nova filosofia implantada na atual administração pública paranaense.

É conhecida a proposta do Executivo paranaense da implantação de uma verdadeira, "Administração participativa" em todos os setores.

Assim sendo, a inclusão de funcionários nos Conselhos de Administração somente benéficos trarão ao desenvolvimento dessas mesmas instituições.

Sem dúvida alguma o conhecimento e a experiência dos funcionários será aplicada para uma melhor gerência e conseqüentemente para propiciar um desenvolvimento e crescimento das instituições geradas com capital público.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza merecerá o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 214/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria das Finanças, autorizado a doar às entidades assistenciais, os bens apreendidos pela fiscalização da Coordenação da Receita do Estado e não reclamados por seus legítimos proprietários, após a expiração do respectivo prazo legal.

Art.2.º - Os critérios para a escolha das entidades de que trata o artigo anterior serão objeto de regulamentação por ato do Senhor Secretário das Finanças, no prazo de trinta dias.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A exemplo da prática adotada pela Receita Federal, pretende-se instituir no Estado a doação de bens, mercadorias e produtos apreendidos pela fiscalização tributária e não reclamados pelos interessados. É habitual o abandono, pelos proprietários, de bens duráveis e até perecíveis, nas dependências do órgão fiscalizador da Secretaria das Finanças, em virtude de irregularidades na documentação fiscal.

Apesar de recolhidos os depósitos públicos, não há instrumento legal autorizatório às autoridades competentes para dar destino útil a esse patrimônio, que em alguns casos se perde por deterioração.

Com a norma proposta, o Estado, atendida as cautelas de praxe, poderá favorecer as entidades de benemerência, tão ca-

rentes de recursos, e livrar-se-á dos custos da guarda de bens abandonados por seus proprietários.

A iniciativa se inscreve entre as permitidas pela Constituição, Deputado e a espécie legislativa é a lei ordinária, conforme se propõe pelo presente projeto.

PROJETO DE LEI n.º 215/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Os Grupos Ocupacionais da área biomédica - Medicina, Odontologia, Veterinária, Farmácia, Enfermagem, Psicologia - deixam de pertencer à sistemática constante da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passando a ser regidos na semelhança da Lei n.º 7.395, de 24 de novembro de 1980, com Quadro Próprio.

Art.2.º - A estrutura das carreiras integrantes dos Grupos Ocupacionais de que trata o artigo anterior, fica assim estabelecido:

CARREIRA	CLASSE
Médico	1.ª
Médico	2.ª
Médico	3.ª
Médico	4.ª
Médico	5.ª
Cirurgião-Dentista	1.ª
Cirurgião-Dentista	2.ª
Cirurgião-Dentista	3.ª
Cirurgião-Dentista	4.ª
Cirurgião-Dentista	5.ª
Farmacêutico	1.ª
Farmacêutico	2.ª
Farmacêutico	3.ª
Farmacêutico	4.ª
Farmacêutico	5.ª
Veterinário	1.ª
Veterinário	2.ª
Veterinário	3.ª
Veterinário	4.ª
Veterinário	5.ª
Enfermeiro	1.ª
Enfermeiro	2.ª
Enfermeiro	3.ª
Enfermeiro	4.ª
Enfermeiro	5.ª
Químico	1.ª
Químico	2.ª
Químico	3.ª
Químico	4.ª
Químico	5.ª
Assistente Social	1.ª
Assistente Social	2.ª
Assistente Social	3.ª
Assistente Social	4.ª
Assistente Social	5.ª
Psicólogo	1.ª
Psicólogo	2.ª
Psicólogo	3.ª
Psicólogo	4.ª

Psicólogo

5.ª

Art. 3.º - Os ocupantes de cargos das carreiras integrantes dos Grupos Ocupacionais de que trata o artigo 1.º, ficam sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, em dois turnos.

Art.4.º - O critério de enquadramento do funcionário para as respectivas classes de que trata o artigo 2.º, será de acordo com o tempo de serviço público considerando-se as vantagens para todos os efeitos legais.

Art.5.º - Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, optar pelo ingresso na nova estrutura, por decreto de enquadramento, sujeitando-se aos impedimentos e jornada de trabalho estabelecidos.

Parágrafo Único - os que não optarem, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado, com a majoração de 100% (cem por cento) de seus vencimentos.

Art.6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/09/84

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Quando da aprovação do Plano de Classificação de Cargos, contido na Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, os profissionais da área biomédica não lograram obter a inclusão na referida lei de um Quadro Próprio.

Os profissionais desta área de atividade - Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Veterinários, Enfermeiros, Assistentes Sociais, Químicos e Psicólogos - são os únicos que não podem delegar as suas funções a terceiros, ou seja, os profissionais tem a obrigação de executar as tarefas que lhe são próprias.

Os profissionais desta área estão em contacto direto e permanente com portadores de doenças infecto-contagiosas e material de alta periculosidade, como é o caso dos aparelhos de Raio X, não recebendo a gratificação de risco de vida ou saúde. Por outro lado, o critério para a avaliação de suas capacidades funcionais se dá com base no grau de escolaridade, experiência, responsabilidade no trabalho e periculosidade constante da característica da profissão.

Além disso, seus vencimentos, mesmo nos seus valores mais altos, sempre foram inferiores aos iniciais das outras classes. Para atingirem o final de carreira, os profissionais levarão vinte e dois anos, uma vez que a Lei de Classificação

de Cargos determina que, a cada dois anos, será feito um avanço horizontal. Entretanto, a lei supracitada, sancionada a quase quatro anos, não ofereceu promoção alguma a nenhum funcionário.

A reivindicação destes profissionais, buscando garantir os seus direitos de um salário digno e de gratificação especial, em função do risco de vida e saúde a que estão expostos, é de inteira justiça, dado o relevante papel exercido pelos mesmos, ou seja, o de assegurar o bem-estar bio-psico-social da população.

Nosso projeto de lei visa corrigir tais distorções, procurando estar de acordo com os mais altos interesses das categorias envolvidas, da comunidade e, por conseguinte, do Poder Público.

PROJETO DE LEI N.º 216/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O Cargo de Médico I, Classe C, referência I, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, fica elevado para a classe B, referência I.

Art.2.º - Os cargos de Médico I e de Dentista I, classe A, e o de Médico I, e de Dentista I, Classe B, referência I, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, terão seus vencimentos fixados com base nos percentuais de 88% e 82%, respectivamente, estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical constante do Anexo I, da Lei n.º 7.784, de 14 de dezembro de 1983.

Art.3.º - A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da dotação própria do orçamento da Assembléia Legislativa.

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/09/84.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto pretende-se atribuir remuneração comparativamente mais justa aos cargos de médico e dentista, em relação às outras classes funcionais da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (**Trajano Bastos**) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (**Pela Ordem**) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Eu solicito à Mesa em requerimento verbal que faço em nome da Bancada da Oposição, que informe a esta Casa quais os projetos vetados por Sua Excelência o Governador José Richa, os quais se encontram em tramitação nesta Assembléia Legislativa, de vez que há informações de que Sua Excelência já teria votado por volta de oito ou nove projetos da Bancada do PMDB, e estes projetos ainda se arrastam em tramitação nas Comissões Técnicas desta Casa. Solicito, em consequência disso, que Vossa Excelência determine à Assessoria da Mesa que proceda rigoroso exame dos projetos vetados por Sua Excelência o Governador, e que informe ao Plenário da Assembléia Legislativa a data fatal para a análise dos vetos de Sua Excelência o Sr. Governador.

Por outro lado, levo a Vossa Excelência um apelo, ao Presidente desta Casa, para que entre em contato com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que a própria Comissão que deve tratar da constitucionalidade e juridicidade do processo legislativo, não pratique atos que ferem o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, de vez que a Comissão de Constituição e Justiça tem marcado reuniões, sessões daquela importante Comissão, no mesmo horário dos trabalhos deste Plenário, o que pelo Regimento Interno é proibido.

Solicito, portanto, providências de Vossa Excelência, no sentido de que tal irregularidade seja sanada.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência, a Mesa informa: primeiro que os projetos vetados pelo Sr. Governador nesta Assembléia têm cumprido os prazos constitucionais, não permitindo que estes vetos caiam em decurso de prazo, na sua opinião.

No entanto, atende a sua solicitação e determina ao departamento competente que forneça a Vossa Excelência a realção dos projetos vetados por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, bem como os prazos fatais para a sua aplicação.

Com respeito à questão de ordem no tocante à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, esta Presidência fará contato com o Presidente daquela Comissão para averiguar e pedir providências ao Sr. Presidente daquela Comissão.

Com a palavra o Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última segunda-feira, na cidade de Morretes, pouco antes de iniciar a reunião da microrregião que congrega as Prefeituras

ras do litoral e do Vale da Ribeira, conversamos com o titular da Leoval, na presença do Vice-Governador e Secretário das Finanças, João Elísio Ferraz de Campos, para tentarmos a reativação daquela empresa, há mais de três anos paralizada por motivos que não nos cabe discutir no presente momento.

E pelas nossas ligações de amizade, com o Diretor da Companhia Cacique de Café Solúvel, entendeu o Sr. Vice-Governador que seríamos a pessoa indicada para estabelecermos um contato com o Dr. Fernando Oliveira e Horácio Coimbra, tentando sensibilizar aqueles diretores a absorver a LEOVAL - Indústrias de Alimentos de Morretes, que não chegou a durar, trabalhar 12 meses.

Ontem estabelecemos dois contatos, um com Fernando Oliveira, outro com Horácio Coimbra em São Paulo, para discutir a absorção da LEOVAL pelo Grupo Cacique.

Nós estranhamos que o eminente Deputado Nestor Baptista, vice-Presidente desta Casa, tivesse dado uma notícia à Gazeta do Povo, divulgada na Edição de hoje, onde diz o seguinte: segundo o Deputado Nestor Baptista, João Elísio anunciou a reativação da Empresa LEOVAL de utilização de frutas em Morretes, que possibilitará a criação de 120 empregos diretos, mais 600 indiretos.

Peço vênica ao Deputado Nestor Baptista, se ele quiser continuar como mediador, intermediando junto à CACIQUE - Café Solúvel, tudo bem, eu abro mão e dou ao Deputado, mas ele não pode, eu me permito criticar o Deputado, ele não pode querer fazer média à minha custa; se eu sou a pessoa credenciada a discutir e já estou discutindo com o Diretor da Companhia CACIQUE - Cacique Solúvel para tentar reativar aquela empresa, desde que queiram absorver, é porque o BADEP está cansado de procurar empresas que queiram absorver a LEOVAL e sem êxito nenhum. Eu estou tentado, com a amizade que tenho, já conheço os Diretores já citados, estabelecer um contato, tentar estabelecer este contato e já estabeleci ontem lá em Londrina e em São Paulo, mas não é justo que queiram fazer média à minha custa. Apenas um reparo.

Sr. Presidente, o segundo assunto que tínhamos na Sessão de hoje a focalizar, é analisarmos o discurso proferido ontem pelo Ministro Délio Jardim de Mattos em Salvador, na Bahia, no momento em que o Presidente da República inaugurava o Aeroporto naquela cidade.

O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos analisou, no dia de ontem, com muita propriedade o atual quadro político nacional e mais propriamente os aspectos que envolvem a sucessão presi-

dencial. Seu pronunciamento chegou ao conhecimento de toda Nação, caracterizado por um tom direto de acusação aos que querem fazer da política um mero instrumento para satisfação das ambições menores, que conduzem aos caprichos momentâneos dos contrariados em seus planos e nos projetos de grupos divorciados das causas maiores do povo brasileiro.

Com efeito, o andamento do processo de reabertura democrática, e normalização constitucional idealizado pelo Presidente João Figueiredo, ainda não foi compreendido de todo, pelos que ambicionam o Poder de qualquer maneira, e para o momento mais imediato.

Dáí o surgimento dos fatos mais espúrios dos conchavos mais condenáveis, apresentando-se hoje como aliados os inimigos de ontem, na tentativa de uma união evidentemente impossível. Tamanha incoerência das posições, o radicalismo das posturas, e o confronto das ambições. Tudo em nome de um falso ideal democrático, colocando-se os anseios da Nação e a esperança do povo brasileiro em plano interior.

O debate em torno dos mais variados casuísmos se assoia a cada dia e a cada hora que passa, tumultuando um quadro que poderia ser de perfeita normalidade, regra em qualquer processo de alternância do Poder.

Parte da classe política recebeu, no dia de ontem, um recado dos mais sérios. Cabe a estes homens uma postura à altura do momento histórico que todos estamos vivendo. Não será espalhafatosa a regimentação das massas, as propostas inconsequentes e demagógicas, o melhor caminho para os momentos de agora só será encontrado através de um amplo atendimento, uma postura marcada pelo diálogo e sobretudo pela sinceridade. Continuaremos então a desejar a caminhada rumo à plena democracia.

Homem sincero, tranqüilo, experiente não se atribua as suas palavras sentido diverso do que foi exatamente colocado no discurso do Ministro Délio Jardim de Mattos.

Não se tem que atribuir às colocações do militar, ameaças de nuvens negras no horizonte da vida brasileira. Justamente magoado pelo comportamento dos que até ontem privaram do conforto dos Gabinetes do Poder e que hoje ... (Sem revisão).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A cada dia que passa nós confirmamos a continuação do desmando e do abandono por

parte do Governo no setor que mais foi pregado na campanha política, quer no campo social, quer no atendimento à classe mais pobre, no setor de educação, todos sabem que, dia-a-dia, o nível do ensino no Paraná vem caindo cada vez mais: é a falta de material escolar, é a falta de professor na sala de aula, é a intranquilidade do professor concursado.

Mas venho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trazer uma reclamação também no campo social, no setor de saúde pública, Secretaria de Saúde que, hoje, inexistente. Recebi ontem, em meu gabinete, a visita do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Kaloré, um ex-Vereador e candidato que concorreu também a Prefeito Municipal naquele município pela legenda do PMDB. Veio o Presidente do Sindicato a Curitiba fazer um apelo ao Senhor Secretário de Saúde no sentido de que auxiliasse na manutenção da subsede do Sindicato no Município de Kaloré, Distrito de Jussara, em cujo distrito, nesta subsede, existe gabinete odontológico, médico e medicamentos, dando atendimento, não ao trabalhador rural, mas à comunidade daquele distrito. Precisava o Presidente do Sindicato de uma ajuda para locomoção do médico para aquele distrito. Não foi possível alegando de que a Secretaria de Saúde pretende construir um miniposto naquele distrito. Só para dizer que existe o miniposto, se pensa nessa construção, quando o posto de saúde na sede do município não vem funcionando a contento porque o médico que responde pelo posto de saúde tem um contrato com o INAMPS, e tem outros compromissos no seu consultório particular não lhe sobrando tempo para dar o atendimento no posto de saúde. Mas dizia também o Presidente do Sindicato, nesse mesmo encontro com o Secretário de Saúde, de que construiu no Município de Kaloré um pequeno hospital com vinte leitos, para dar atendimento aos trabalhadores naquele município, e que todo recurso que possuía junto à comunidade e aos trabalhadores rurais, conseguiu a conclusão dessa construção, necessitando, no entanto, de recursos para equipamento desse hospital para pôr em funcionamento já no próximo mês.

A resposta também foi negativa da impossibilidade de atendimento. Estou encaminhando, hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um requerimento fazendo um apelo ao Sr. Secretário da Saúde, no sentido de que viabilize o atendimento àquele Sindicato para que, através desse, atenda a comunidade do Município de Kaloré, cujo requerimento é baseado nos seguintes termos:

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enca-

minhado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Dr. Luiz Cordoni Júnior, no sentido de atender e prestar colaboração ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Kaloré, que mantém uma subsede no Distrito de Jussara naquele município, ambulatório e gabinete odontológico e acaba de construir em Kaloré um hospital com vinte leitos.

Necessita o mesmo de equipamento para o hospital e auxílio na manutenção do atendimento, que vem prestando à comunidade de Kaloré e adjacências.

A justificativa já feita é que o maior número de carentes provém da área rural, e o Sindicato é que vem dando atendimento, não só na sede, como no distrito."

Estou aqui também com alguns documentos e fotografias da realização de encontro naquele Sindicato e da necessidade de atendimento. Mas queria pedir também ao Senhor Secretário de Saúde que viabilizasse o pagamento ao Hospital Regional de Jandaia do Sul.

Dada a exigüidade de tempo, Senhor Presidente, eu voltarei numa outra oportunidade para fazer um apelo que atualiza o pagamento daquele hospital.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As diversas associações de docentes e de servidores das três universidades estaduais do Paraná, de Londrina, de Maringá e de Ponta Grossa, vêm novamente encaminhar ao Governo do Estado, pedido para que a correção semestral dos salários, prevista agora para setembro, não venha contribuir ainda mais, para a diminuição do poder aquisitivo de seus vencimentos.

Suplicam os funcionários dessas universidades, para que o Governo do Estado não se apoie em justificativas para efeito do reajuste semestral no Decreto 2065/83, expressão da política econômica do Governo Federal, tão condenado pela sociedade em geral e adotado, sistematicamente, pelos governos de Oposição.

Vale lembrar, que tantos importantes setores da produção nacional, como um grande número de empresas estatais, não mais se submetem aos rigores do irreal Decreto 2065, por julgarem-no agora mais do que nunca, inadequado e socialmente injusto.

O reajuste mínimo, em 100% do INPC, pedido pelos funcionários docentes e administrativos das universidades estaduais, tem a força reivindicatória da evidência,

uma vez e após os quatro últimos reajustes, os salários nessas instituições tiveram perda substancial de 134% no poder de compra, face o aumento real do custo de vida.

Essa prática que condena os investimentos em obras públicas, que determina uma rígida política de controle sobre os salários em geral, precisa, sempre que possível, ser contrariada em virtude dos rigores que impõem à sociedade em geral, aí incluem-se os servidores públicos estaduais da administração direta e indireta.

Por isso, as decisões sobre remuneração são importantes para os servidores, uma vez que afetam a sua renda e implicam diretamente em seu padrão de vida, caracterizando-se portanto, como forma de distribuição de parte da riqueza pública, arrecadada e detida pelo Estado.

Vale ainda acrescentar, que os professores e técnicos dessas instituições de ensino superior do Estado, compõem hoje massa crítica da melhor qualidade que o Paraná possui, sendo construído nos últimos anos, através de investimentos tanto de tempo, como de dinheiro, em planos de capacitação e que é justo reconhecer e que cabe reconhecer e preservar.

É preciso portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que essa reivindicação dos docentes e funcionários administrativos das três universidades estaduais, seja atendida pelo Governo do Estado, uma vez que o processo inflacionário incontornável ponha em risco a preservação desse capital humano, preparado e capaz, que urge atendê-lo na manutenção do padrão de vida que adquiriram. É portanto com o sentido de alerta que nós levantamos aqui a solicitação de funcionários e professores das universidades estaduais que estiveram, no dia de ontem, reunidos nesta Assembléia Legislativa com os integrantes da Comissão de Educação da Casa, pedindo apoio da referida Comissão, e por extensão, do próprio Poder Legislativo, nesta justa reivindicação, que fazem em mais de uma vez, ao Governo do Estado, a fim de que o Executivo, sensível a essa solicitação, possa atendê-los, minimizando consideravelmente as agruras econômicas e sociais em que se vêem envolvidos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

Antes porém, a Mesa comunica com satisfação, as presenças em plenário, do Sr. Luiz Bastos, Prefeito Municipal de Santa Mariana; Sr. Fuad Salomão, Vice-Prefeito e

do Sr. Jair Leão Garcia, Secretário Municipal.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"MAIS UMA VEZ ESTÃO QUERENDO FANTASIAR O CRISTO DE MILIONÁRIO. Pretendem transformá-lo a qualquer preço em silenciado cúmplice da privilegiada casta de opressores da América Latina. As vezes ponho-me a pensar que o Cristo do Calvário que pactuou jamais com os fariseus a quem chamava de raça de víboras e sepulcros caiados, não haveria de poupar o verbo contra os escribas da "Santa" Inquisição de ontem e do atual "Santo" Ofício, eufemisticamente chamado de Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Será que ele não expulsaria do templo os vendilhões de hoje como fez outrora? Será que ele permaneceria calado, quando a cabeça do seu novo João Batista estaria sendo pedida pelo imperialismo norte americano em troca dos dólares com que rechearam as burras do vaticano ainda há pouco em déficit perante o mundo? Não importa o nome que eles tenham. Pode ser Leonardo Boff, Frei Beto, Márcio dos Anjos, Ferraro ou Oscar Beozzo. O que interessa é que eles sejam mensageiros da Igreja verdadeira, autêntica, popular, sem vínculos com os opressores do Universo. Missa que não tenha dimensões com o oprimido não é ato de fé, pois não haverá de ultrapassar a escala do folclore. O Filho de Deus se dissociado dos desdobramentos sociais do agonizante dia a dia dos miseráveis da terra passa a ser LENDA instrumentalizada pelos que fabricam a humilhação de nossas maiorias.

Muitos militantes autênticos do único Cristo real; o pobre e perseguido; foram, na marcha do tempo, acorrentados pelos tribunais modelo "Santa" Inquisição. Joana D'Arc e o próprio Inácio de Loyola foram vítimas alvejadas pela postura de libertação que ousaram assumir.

Jesus Cristo é real e engajado. Não se esqueceu do pão de cada dia na oração do pai, pois nunca assumiu ares de imobilismo ante o sofrimento do irmão caído à beira do caminho. É por isso que vale a pena a teologia PÉ NO CHÃO. Os oprimidos têm o direito de se libertarem. E se Leonardo Boff vier a ser condenado pela versão moderna da "Santa" Inquisição de outrora, ele será apenas um a mais entre os muitos caídos e martirizados por causa da justiça e fé no Cristo pobre, sem fantasias - o único real.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De vez em quando, aparece neste País, algumas pessoas que reconhecem o erro do passado, os fatos do passado, as vergonhas do passado e resolvem virar gente. Eu confesso que tinha uma antipatia muito grande por um cidadão chamado Antonio Carlos Magalhães; e tinha até uma ligeira simpatia por um cidadão considerado liberal, por um cidadão que esteve no Paraná e grangeou muitos amigos, por um cidadão que tem, inclusive, na Bancada do PMDB muitos amigos.

Acontece que posar de liberal acaba sendo fácil e, acontece que ser a vida toda um verdugo, um carrasco, um cacique, pode trazer no final da vida alguma preocupação para esses veteranos na política brasileira.

E por isso mesmo ao ocupar a tribuna hoje gostaria de cumprimentar, ainda que de longe, não pelo aniversário que comemorou ontem, mas de cumprimentar o ex-governador da Bahia dizendo que é considerando hoje um traidor, porque não está traindo hoje a revolução de 64, pois não aceita apoiar o que há de mais corrupto, de mais vergonhoso, de mais safado neste País.

Então, devo cumprimentar, ainda que de longe, insisto Sr. Presidente, a atitude do ex-Governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães, que se recusa a apoiar o maior amoral que a Pátria inteira conhece e que se chama Salim Maluf.

Sr. Presidente, nós estivemos nessa semana na cidade de Morretes, participando de uma reunião apartidária onde esteve, inclusive, emprestando seu brilhantismo ao encontro, o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Cândido Martins de Oliveira. Lá estiveram alguns Deputados e estiveram também, funcionários da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Secretário das Finanças que também é Vice-Governador do Paraná.

Surpreendeu-me há pouco ao usar a tribuna, o Deputado Nelson Buffara dizer que há deputado, no caso este Deputado, pretendendo fazer média em cima do seu trabalho.

Ora, eu ainda acredito que sei ler e, na Gazeta do Povo de hoje, este conceituado jornal, eu informo que o Senhor Secretário das Finanças anunciou que está procurando reativar a LEOVAL, uma empresa que vai trazer 120 empregos diretos e 600 empregos indiretos.

Ora, o Deputado Nelson Buffara participou da reunião e hoje, eu como não sou seu assessor e não sou seu secretário, estou sabendo que ele está intermediando uma negociação com a Cacique, que merece os maiores cumprimentos porque demonstra que está preocupado com o desemprego também na cidade de Morretes.

Mas, não me consta que sem o BADEP, sem o BRDE, sem o BANESTADO e sem o PMDB esta empresa será reativada.

Então, me causou alguma estranheza. E a estranheza maior me causou quando um cidadão que participava da reunião, pediu a palavra, que parece até desta mesma empresa, e perguntou ao Secretário das Finanças se na realidade a LEOVAL seria atendida.

Eu faço política no litoral há seis anos e esse cidadão disse o seguinte: "há 40 anos os políticos mentirosos têm invadido o litoral e nada fizeram para resolver a situação. Vamos continuar por mais dois, mais dez acreditando na mentira?"

Era o registro que eu queria fazer Sr. Presidente e aproveitar a oportunidade para cumprimentar a preocupação do eminente Deputado Nelson Buffara de reativar a LEOVAL. Uma preocupação, evidentemente, de toda a comunidade de Morretes.

Muito obrigado. (~~Se~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós que já há 26 anos chegamos à região central do Paraná, mais precisamente no Município de Manoel Ribas, depois passou a ser Ivaiporã e posteriormente Jardim Alegre, temos que ocupar esta tribuna para registrar, embora muitos possam não acreditar e até duvidar da nossa palavra; mas registrar que após, não 40 anos, como vem acontecendo no caso de Morretes, mas desde que surgiram esses municípios que acabei de mencionar, esta região central do Paraná, incrustada na região também conhecida como Vale do Ivaí, nunca teve a atenção, nunca teve o prestigiamento, nunca teve as realizações, que vem tendo e recebendo do Governo Estadual, comandado pelo amigo e companheiro político, Governador José Richa.

Muitos por lá passaram também, deixaram as suas promessas, suas frases bonitas e nada levaram, com exceção, pura e tão somente do não menos eminente Governador Jaime Canet Júnior, que integrou aquela região pelas vias asfálticas, pela pavimentação das nossas rodovias.

José Richa, sem sombra de dúvida, marcará sensivelmente o seu Governo, por aquilo que tem feito, por aquilo que está fazendo e por aquilo que fará à região central do Paraná e ao Vale do Ivaí como um todo.

Só para registrar, no dia de amanhã, uma reivindicação por nós sabida como tal,

e há mais de cinco anos a comunidade agropecuária da região estará sendo concretizada no dia de amanhã, com a presença do Secretário da Agricultura, com a presença do Presidente da CAFE do Paraná, com a presença de inúmeras lideranças políticas da região central do Paraná, com a presença, inclusive do nosso Senador Álvaro Dias, Ivaiporã e toda a região central do Paraná estará recebendo a unidade de integração da CAFE DO PARANÁ, um empreendimento que vem de encontro às necessidades e aos anseios maiores dos agropecuaristas da nossa região.

O Vale do Ivaí tem muito a agradecer, tem muito mais ainda a pedir ao nosso Governador e as nossas lideranças políticas, pedir nós iremos, e eu tenho a certeza de que o Governador nos atenderá, porque conhece ele, bem de perto, as necessidades daquela região. Sabe José Richa que a nossa região central do Paraná foi uma região abandonada, sempre relegada ao quinto plano e nunca atendida pelos governantes que por aqui passaram, fazendo apenas a exceção, como já fiz, do Governador Jaime Carnet Júnior, que nos levou todos aqueles asfaltos por onde passamos hoje na região central do Paraná.

Gostaria apenas, ao final dessa nossa pequena intervenção na tribuna, hoje, dizer da satisfação que temos de ter trabalhado por José Richa e por esses companheiros que hoje o acompanham, e dizer também, que em termos políticos partidários o Vale do Ivaí tem saído à frente de muitas outras regiões e no dia de amanhã também, estaremos fazendo mais uma reunião da nossa Associação dos Diretórios do PMDB do Vale do Ivaí, que é uma realização quase que inédita no nosso Estado, só existe a do Norte Pioneiro além da nossa e que seguidamente tem se reunido, para lá na base, discutir, avaliar e sugerir ao nosso órgão maior que é o Partido do PMDB, em sua liderança regional as providências que devem ser tomadas em termos de política partidária.

Fica aqui esse registro, para conhecimento da Casa e de todo o Paraná.

Muito obrigado. - (~~Sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Ministro Délio Jardim de Mattos, saiu do seu "metier" para se imiscuir no "metier" que é da Nação como um todo, mas não é do "metier" do Ministro da Aeronáutica.

E ele diz textualmente: "a história não fala bem dos covardes e muito menos dos traidores. Mas, não nos afastaremos do caminho do progresso que não é, como se pretende vender ao povo brasileiro, o caminho dos conchavos com a esquerda incendiária".

E é bom que eu frise, Sr. Presidente e Srs. Deputados: se incendiários houverem neste País, foi exatamente da extrema direita que matou, torturou, violentou mulheres, crianças e jovens, para manter um regime discricionário, que só desgraçou a Pátria brasileira.

O Sr. Délio Jardim de Mattos não vai nos dizer como praticar o bem, porque compactuou, não foi com o bem, compactuou foi com o regime ditatorial, que endividou a Nação internamente e externamente, e deixou a classe trabalhadora brasileira, realmente, expoliada nos seus direitos e nos seus interesses.

O trabalhador brasileiro não percebe a remuneração que recebe, por exemplo, o seu próprio Ministro; e nenhum militar recebe menos do que um operário brasileiro; nem um simples soldado engajado nas Forças Armadas recebe menos do que o trabalhador brasileiro, e produz com seu suor e com seu trabalho, a grandeza da Pátria em que vivemos.

Não podemos mais aceitar esta pretensa intimidação, seja de quem for, Ministro ou não, mas os militares têm uma dívida para com a Pátria brasileira, e seria melhor que se unissem a todos nós para reconstruirmos o que eles destruíram.

A revolução está desfeita.

A Nação busca um novo caminho, o caminho que é da própria nacionalidade, do próprio patriotismo, da própria gente que faz desta terra, a grandeza dela, e não haverá de ser na tentativa de perpetuação dos regimes discricionários que fizeram de toda a América Latina, uma região desgraçada pelos capitalistas e pelos ditadores.

E só para esta parte do continente americano vieram para, realmente, massacrar a classe trabalhadora, para, realmente, roubar aqueles que realmente produzem. E é contra isto, esta tentativa de querer intimidar uma Nação; que eu hoje me levanto contra o Sr. Ministro da Aeronáutica, para dizer: "covardes não somos nós, porque nós não nos acovardamos nem nos escondemos por trás dos canhões e baionetas; nós nos escondemos sim, com a palavra da verdade e do amor, querendo reconstruir uma Pátria endividada, malversada, e infelicitada por vinte anos de arbítrio e de autoritarismo."

Nós nos escondemos não é atrás dos canhões, nem dos fuzis nem das metralhadoras. Nós nos escondemos através do amor, da verdade e da vontade de, realmente, fa-

zer desta Pátria, a Pátria de todos nós.

O Brasil não haverá de ser eternamente a Pátria dos Militares. Esta Pátria tem mais civis do que militares. Se eles estão com as armas, nós estamos com a coragem, e não vai ser nenhum Ministro por mais respeitoso, por mais respeito que possamos ter porque haverá de continuar intimidando e infelicitando uma Nação do porte do Brasil.

Mas outro artigo, ou outro assunto me traz a esta tribuna, dos calhordas todos que conheci na minha vida o maior deles é um tal de Emir Caluf. De todos os bandidos, de todos os assassinos que infelizmente eu tenho a desgraça de conviver na mesma época e no mesmo tempo, o mais terrível de todos é exatamente esse tal de ex-Padre Emir Caluf. Um homem sem compostura, um homem sem moral, um homem sem vergonha, que tem a coragem de se dizer comunicólogo, psiquiatra, professor.

Pedia o ano passado o extermínio dos nordestinos, este ano pede o extermínio das crianças defeituosas. Nunca vi tanta safadessa numa pessoa humana.

E eu que falo tanto de amor queria dizer que a eutanásia defendida por esse péssimo padre, péssimo pai e péssimo marido, e péssimo defensor da fé que ontem pregava, a eutanásia ele deveria praticar nele próprio, para fazer justiça às idéias que prega.

Realmente Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que as crianças defeituosas merecem de todos nós o nosso apoio e o nosso amparo; a nossa compreensão e o nosso amor, e não como diz esta coisa chamada Emir Caluf, porque é uma "coisa", e das piores existentes por aí.

Pedir a eutanásia em órgãos dos mais difundidos do Paraná em um jornal de maior circulação no Paraná, como é a Gazeta do Povo, é realmente sobre o pretexto de amparar os gênios, mas eu perguntaria: os gênios precisam de outro amparo? Quem precisa de apoio é o que não é gênio, é o que está necessitado. O rico precisa de mais dinheiro, precisa de esmola? Não! Quem precisa da esmola é aquele que não tem nem onde morar, nem o que comer.

Para pregar pela imprensa o extermínio das crianças defeituosas é simplesmente inconcebível para minha alma e para meu coração.

Envidei estudos na tentativa de responsabilizar criminalmente este cidadão, ou esta "coisa", melhor dizendo, porque cidadão não pode ser, porque um cidadão respeita o seu semelhante. Não importa as circunstâncias em que ele esteja ou que ele viva; esta "coisa" chamada Emir Caluf, traidor da fé que um dia votou quando se ordenou padre, traidor dos compromissos que fez com o seu próprio Deus que deveria

ter respeitado, se padre, realmente, para isto tivesse vocação. Mas, toda a vida, sua vida foi uma mentira e uma injúria à raça humana, este sim, é uma injúria à raça humana.

É por isto que eu vou ler um requerimento dirigido à OAB, juristas que são, responsáveis também que são, muitos deles com filho defeituosos, muitos deles com filhos deficientes, haverão de buscar os caminhos legais para realmente proibir no mínimo proibir, os arrojos de extermínio, desta "coisa" chamada Emir Caluf.

Para o conhecimento dos que não leram, leio então o meu requerimento:

"Em recente artigo do jornal GAZETA DO POVO, o Sr. Emir Caluf, espécie de "Rasputin das almas", achou por bem destilar seu fel, revelando todo o ódio que nutre pela humanidade.

A troco de tratar da problemática da criança superdotada e fazer um elogio aos sábios e aos gênios, o artigo em questão tenta ressuscitar a velha e carcomida tese da eugenia, que fez história ao tempo da Alemanha nazista, com Hitler e Joseph Menghel.

Diante da grave crise que assola a Nação, quando surge como inadiável a tarefa de vender as desigualdades sociais e criar condições para o pleno desenvolvimento de nossas potencialidades, quando mais que nunca é preciso usar e liberar a nossa energia, toda a nossa energia criativa na busca de soluções, é em momentos como este, que ressurgem das catacumbas, velhas múmias a desenterrar velhas e apodrecidas idéias!

É a fórmula que encontram para tentar travar o progresso e perpetuar o atraso, o subdesenvolvimento, a pobreza.

Para vencer a crise econômica, a inflação e o desemprego, o FMI nos receita a recessão, o sucateamento da economia, mais desemprego, e a dilapidação de nossos recursos naturais. Para por fim à fome e à miséria, nos propõe o que chamam de controle da natalidade, mas que, dito de outro modo, significa: acabar com a pobreza, matando os pobres!

Não é outra a intenção revelada pelo "coisa" Emir Caluf, usando, como bômba, a justa questão de um tratamento diferenciado para as crianças superdotadas; o charlatão propõe tratar dos retardados mentais e dos deficientes físicos, da maneira que lhe parece mais simples, ou seja, pela simples eliminação das crianças que nascem com tais defeitos! Na verdade, por trás de tais afirmações, encontra-se a defesa do chamado controle da natalidade, que esteriliza as mulheres pobres do Nordeste.

Ainda no ano passado, em dois artigos publicados na GAZETA DO POVO onde o autor pretendia enfrentar o problema nordestino

com o sugestivo título de NORDESTE, VAMOS DEVOLVÊ-LOS AOS HOLANDESES?, o Sr. Emir Caluf entre outros disparates, afirmou:

"Qual interesse de um país em manter vivos um bando de subnutridos físicos e retardados mentais, que vão oprimir-lo como um peso morto?"

Faço aqui um parênteses nesta leitura, para dizer, com muito orgulho: sou nordestino, filho do Ceará, Estado-luz do Brasil, o primeiro Estado da Federação a libertar os escravos, muito antes da Lei Áurea, muito antes do Império Português ou de a Princesa Isabel assinar a libertação dos escravos, no Ceará, no meu Estado, já não existia mais escravos, por livre determinação dos senhores das terras. Tenho muito orgulho em dizer isso. Eu sou um nordestino, e me sinto duplamente ofendido por esta "coisa" Emir Caluf, porque foi saído do Nordeste, que o Brasil se orgulha de um Ruy Barbosa na Conferência de Haia; é do Nordeste que surgiu um Antônio de Castro Alves que já na época, denunciava o problema social, quando gritava, através de "Navio Negreiro" ou de "Vozes da África", ou quando, nos primórdios da Academia Brasileira de Letras, ele falava, de improviso, à mocidade do Brasil e dizia, no final da sua poesia e a sua poética oratória:

"A Lei sustenta o popular direito. Nós sustentamos o direito em pé".

É do Nordeste também Josué de Castro que escreveu "Geografia da fome", e foi Presidente da FAL, internacional, depois de ter sido cassado pela malfadada Revolução de 64. É do Nordeste que nós temos Rachel de Queirós e Austragésilo de Ataíde, Presidente da Academia Brasileira de Letras. É do Nordeste que nós hoje comungamos com um dos maiores economistas deste País, chamado Celso Furtado. E é do Nordeste que a revolução também teve e eles também acho, como seu maior Presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, nascido também no Ceará. É do Nordeste que veio para a glória do romance brasileiro um tal de José de Alencar. É do Nordeste que temos, hoje, o maior centro de radioatividade do mundo e é do Norte que nós temos o maior centro de jazida de ouro do mundo. Pelo menos no Brasil é.

O Nordeste - que Elba Ramalho diz - nunca canção que foi proibida por essa desgraçada e malfadada revolução: "Se se parasse o Nordeste do Brasil, ele não ia continuar sendo explorado". De fato, o autor de tamanho absurdo, revela, isto sim, o seu completo afastamento, diante das propostas do setor mais reacionário e apodrecido do capital financeiro internacional. Não é à toa, que diante do dramático quadro em que se encontra o terceiro Mundo que somos nós também, parte deste terceiro

Mundo, com mais de 800 milhões de famintos e subnutridos, cerca de 500 milhões de desempregados e uma monstruosa dívida externa de mais de 700 bilhões de dólares. O Sr. Ronald Reagan gasta, em contrapartida, a fabulosa quantia de 2260 bilhões de dólares na corrida armamentista.

É bom que se pare um pouco quando se fala nesse tirano do capital internacional - RONALD REAGAN. O homem que prepara uma Nação para dominar as outras, à custa da dignidade humana, da vida dos seres humanos que para ele não vale nada. Contanto que, e mesmo por cima destas vidas, ele construa a sua prepotência, a sua dinastia, a sua tirania capitalista. É bom que se pense e que se pare para se pensar em um mundo onde o capital fosse instrumento do bem-estar de todos nós e nunca instrumento do sacrifício, da martirização da grande maioria de todos nós. E é tão grande o predomínio do capitalismo, é tão grande o domínio e a força do capital, não do capital que beneficia mas do capital que explora e que escraviza.

É bom que se frise que este capital veio para o Brasil não para ajudar o Brasil ou os brasileiros, mas para explorar o Brasil e mandar de volta um lucro aqui obtido, para continuar explorando países do Terceiro Mundo com menos condições do que nós. Os trabalhadores dos países do Terceiro Mundo, muitos deles, são explorados à custa do lucro exorbitante obtido pelas multinacionais através da exploração do trabalhador brasileiro. Esse é um dinheiro que não tem controle na sua remessa, porque a antiga pretensão da Nação de controlar o lucro enviado para o exterior, foi desfeita, pela Revolução de 64 e muitos beijaram os pés e beijaram a sola dos pés, na subserviência e no entreguismo de uma pátria que haverá, queiram ou não, de ser livre um dia. Porque é como disse Jesus, a luta vai continuar entre o bem e o mal, mas o bem prevalecerá ao final dos tempos e esta Nação prevalecerá ao final das explorações talvez mais forte, mais consolidada e mais altaneira, porque esta Nação começa a se conscientizar de que o estrangeiro que vem aqui para trabalhar como igual é bem aceito. Mas o estrangeiro que para aqui vem para nos explorar, para dilapidar as nossas riquezas, até as naturais como é o caso das areias monazíticas, que são até contrabandeadas sob a farsa da beneplacência do próprio Governo.

Este sim, a Nação está se conscientizando e eles devem ser expulsos a pontapés, mais hoje ou mais amanhã, esta Nação do trabalhador haverá de expulsar os ladrões da economia nacional.

Porém, mais do que o nosso repúdio, mais do que a rejeição pela sociedade de tamanhos absurdos desta "coisa" Emir Ca-

luf, é bom lembrar que a história já jogou na lata do lixo tais teses e os que ousaram defendê-las, mesmo ao preço do sacrifício de inúmeras vidas e a abnegação de muitos, como os nossos heróicos pracinhas da FEB, mais do que tudo isso urge, providências enérgicas.

Nós não podemos continuar convivendo sem protesto. Nós não podemos continuar convivendo sem nos levantarmos altaneiramente, de cabeça erguida, para mostrar aos que têm na alma e no coração a sede de sangue, que nós outros não somos vampiros; não nos alimentamos como morcego, nem como carrapato do sangue dos demais.

Nós queremos sim, que as crianças que não tiveram a sorte e a felicidade de nascerem perfeitas, segundo as nossas concepções, mas talvez tenham nascido perfeitas pela concepção de Deus, estas crianças mereçam da nossa sociedade o respeito, a amizade, a consideração e o amor que todo o ser humano merece, sem discriminação.

São muitos os exemplos de amor, são enormes as demonstrações de caridade, mas a criança não pede caridade. O jovem defeituoso não pede esmola, ele só pede para não ser discriminado ou discriminado. Ele apenas quer ser igual a todos nós e poderia até dizer como nordestino e como desartístico que sou, com dificuldade na articulação da palavra, sou duplamente assassinado pela coisa Emir Caluf. Segundo ele, homens como eu não poderiam existir, uma por ser nordestino e a outra por ser desartístico.

Por isso, como parlamentar, cujo mandato faço questão de frisar, está todo ele impregnado de lágrimas, suor e sangue. Honro este mandato, defendendo aqueles que não votam, mas que, são seres humanos igual eu sou, desejando comprar uma causa daqueles que talvez nunca uma vez sequer, pensaram uma vez no meu nome. Mas é a causa da humanidade, quando nós defendemos um cidadão humilhado, nós defendemos a nós mesmo; quando nós defendemos um pessoa que é escoraçada ou é pretendida ser escoraçada do meio da sociedade, nós defendemos a nós mesmos, porque os critérios de avaliação podem mudar assim como mudam as sociedades, assim como mudam os critérios e assim como as religiões que predominam nos países são diversas. Tudo pode mudar, mas uma coisa na face da terra não pode mudar: todos nós temos dentro de nós uma fagulha de amor, uma fagulha de compreensão e de respeito pelo nosso semelhante e, até mais: temos mais amor pelos que sofrem mais, pelos que padecem mais, pelos que são mais humilhados. É por isso que nós temos, às vezes, um pouco mais de amor e um pouco mais de compreensão e, muitas vezes, nos rebelamos contra os poderosos, contra os fortes e contra os guerreiros.

Este amor que Deus pôs no coração ou no seio de cada pessoal da face da terra, isto não muda, e nem nas bandas da África, nem nos guetos americanos, nem nas favelas do Brasil, este amor não morre porque foi posto dentro de nós por Deus e Ele é a verdade eterna, o amor eterno, a sabedoria eterna e a eterna bondade.

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Consulta à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará o uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Fará uso no horário da Liderança do PMDB o Deputado Nilso Sguarezi por trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Com a palavra o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho à tribuna, Senhor Presidente, para resgatar a memória dos paranaenses, especialmente de alguns Deputados desta Casa a respeito da problemática do ensino superior no Paraná.

É compreensível que, após uma derrota avassaladora nas urnas, os representantes do antigo rolo compressor pedessista tentem se agarrar a todas as oportunidades que surgem para voltar às boas com a opinião pública do Paraná. E na falta de muitas oportunidades, os Deputados tentam fabricar denúncias sem nexos, inusitadas e até levianas; levianas contra o Governo honrado e democrático do PMDB, ao mesmo tempo em que pretendem criar uma imagem distorcida da realidade e proclamar o "abandono" por parte do PMDB das teses que sempre sustentou nos últimos vinte anos. Suas Excelências fariam melhor secuidassem de juntar os cacos do PDS ou que dele restou; do PMDB cuidamos nós, Senhores Deputados, sabendo que, hoje como sempre, contamos com apoio manifesto da população pararanense e brasileira que clama por democracia, que quer eleger os seus governantes, que anseia por uma assembléia livre e soberana e que deseja que as reivindicações paranistas encontrem eco nos escalões da República, o que jamais aconteceu durante a longa noite de autoritarismo.

É inegável que se hoje somos um Estado rico, com uma população extremamente carente e se reina o desânimo em todas as atividades produtivas, isso se deve creditar unicamente àqueles que nos governos anteriores jamais tiveram sensibilidade para enfrentar os graves problemas econômicos, sociais e políticos, que afetaram o povo brasileiro e paranaense.

Mas vamos nos ater a questão do ensino de 3.º Grau, para demonstrar que nós do PMDB não fugimos da luta, nem receamos as maquinações que deixam de lado os princípios éticos e morais, para tentar criar uma situação de constrangimento para o governo do Estado, diante das reivindicações legítimas das comunidades, como é o caso da comunidade de Cascavel.

O ensino superior no Brasil, sempre foi tratado como questão de polícia, muito mais do que econômico e educacional. A única coisa que se pode dizer a respeito de planejamento nesses 20 anos de autoritarismo, é que nunca houve melhoria para o setor educacional.

Por isso, Senhor Presidente, que a Região Norte tem apenas 1% das escolas superiores do País, o Nordeste tem 3,5%, o Centro Oeste tem 18% e a Região Sudeste 11%, enquanto o Sul tem 66% atribuído ao ensino superior.

Não estamos chutando irresponsavelmente estes percentuais que refletem os caos reinante no ensino superior do Brasil, como poderiam supor os nossos adversários, por isso é que foi dito pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz em depoimento prestado à Comissão de Educação da Câmara Federal, no último dia 08 de junho de 1983 e a Ministra acrescentou que no Brasil predomina o ensino particular, em número de alunos e cursos e em número de estabelecimentos de terceiro grau, e nem poderia ser diferente, Senhores Deputados, pois todos sabem da firme política de privatização que vem sendo seguida pelo Ministério da Educação, e isso foi conseguido porque a constituição legítima de 1946 com outorga da atual constituição por um trio de generais, que se alterou na constituição que o ensino público seria gratuito e passou, depois lamentavelmente de 1964 a ser privatizado e hoje apenas 40% dos alunos de terceiros grau frequentam instituições públicas ou seja, 540 mil de um total de um milhão e quatrocentos mil, do total brasileiro.

A própria distribuição espacial das escolas federais, reflete a situação anárquica do ensino de terceiro grau do Brasil, em consequência de conhecidas pressões políticas e do tradicional tráfico de influências junto aos poderosos da República, muitos Estados têm apenas uma Universidade Federal, como: Minas Gerais tem 11, Rio de Janeiro tem 8, São Paulo tem 5, Rio Grande do Sul 5 e o Paraná tem 2, segundo a classificação dos tecnocratas de Brasília, a Universidade Federal do Paraná e classificando como Universidade o Centro Federal de Educação Tecnológica, a nossa Escola Técnica criada por Getúlio Vargas.

Aqui estamos Senhor Presidente, diante

de um fato concreto que demonstra o quanto o Paraná tem sido discriminado pelos Governos ditos revolucionários.

Temos duas instituições federais de nível superior; enquanto os gaúchos com 5 Universidades Federais, enquanto nós temos 13 Faculdades Estaduais, o Rio Grande do Sul não tem nenhuma. Enquanto nós temos 14 faculdades municipais, de ensino público, o Rio Grande não tem nenhuma.

Fato que prova, igualmente, e é preciso ser dito, a inércia do ex-Ministro Ney Braga, que nada fez em benefício do Paraná, quando esteve no Ministério da Educação; e foi sustentado nesta Casa, muito tempo, muitos anos, pelos Deputados que hoje querem continuar a política do avestruz, de enfiar a cabeça na areia e não reconhecer a realidade.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - Em seguida. Quando

Ministro da Educação, recusando-se a federalizar as universidades de Londrina e Maringá, porque elas foram criadas pelo seu desafeto político, o ex-Governador Paulo Pimentel. Da briga de ontem, querem atribuir responsabilidade ao Governo de hoje?

Os números fornecidos pelo Ministério e pela nossa Secretária da Educação, revelam que o Paraná é o Estado que menos privatizou o ensino de terceiro grau; o que sem dúvida se deve à expressiva participação governamental no setor. Ao contrário do que ocorre com o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que foram os que mais privatizaram o ensino superior.

Das 49 instituições existentes no Paraná, 13 são mantidas pelo Estado, o que significa dizer que o Tesouro Estadual investe duas vezes mais do que São Paulo e Minas Gerais e três vezes mais que o Rio de Janeiro, sem contar que o Rio Grande do Sul não investe um único centavo no ensino de terceiro grau. E nem por isso os Deputados do PMDB e do PDT gaúchos, que fazem oposição contra Jair Soares, investem contra o Governador.

Reconhecendo que constitucionalmente a responsabilidade pela manutenção, do ensino do terceiro grau é exclusiva da União; e essa, me parece, é a postura correta de Deputados Estaduais.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI - A seguir. Já registrei o pedido de Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque - Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - E todos sabem, que

além de reduzir de 12, para 4% a destinação de verbas orçamentárias para a educação, o Governo Federal jamais cumpriu o imperativo constitucional, que determina a prestação de assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais de ensino superior. Pelo menos nós, do Paraná, jamais recebemos qualquer assistência da União nesse setor; nem mesmo em relação ao incentivo à pesquisa, como determina expressamente o parágrafo único do artigo 179 da Constituição.

Na área do ensino, como ocorre em relação à agricultura, aos transportes, e aí está abandonado o projeto da ferrovia da soja, que o PMDB tem a preocupação de bradar e gritar, que a Ferrovia da Soja é obrigação do Governo Federal, e que foi prometido várias vezes aos governos anteriores e até hoje, não se cumpriu! E de outros setores vitais da nossa economia, que continuam sendo órgãos da Federação. E ainda ontem nos jornais, eu via o Deputado Federal do PDS, Norton Macedo, alertar o colapso das rodovias federais, pelo total abandono que a união vem relegando a este setor.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência concede um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Nilso Sguarezi, eu agradeço a Vossa Excelência e concordo em parte com o pronunciamento de Vossa Excelência, quando outros Estados da Federação Brasileira, têm diversas universidades federais mantidas pelo sistema econômico Federal do Ministério da Educação; entretanto no Paraná, ao meu entender e no de Vossa Excelência, existe apenas uma. O nosso debate, no dia de ontem, o tumulto aqui havido, foi um desespero apenas em defesa do estudante de Cascavel, porque na análise fria que nós temos feito, não na tentativa, como disse Vossa Excelência, nós queremos aparecer à opinião pública, na tentativa de reerguê-los politicamente. Não é isto Vossa Excelência está completamente enganado. O nosso desejo é mostrar que o Governo Federal não tem, na realidade, dado assistência na criação de universidades ou federalizando algumas das faculdades estaduais nossas. É que nós desejamos que o Governo do Estado crie numa região onde Vossa Excelência que em todos os Estados, a região Oeste é a última a ser povoada, desbravada e a última a dar produtividade ao Estado e à própria Nação.

O Governo de Paulo Pimentel, criou algumas das Universidades estaduais existentes. E por que o Governador José Richa não cria uma no oeste, que é a única região que nós vemos que não tem uma universidade estadual? Por que não estadualizar?

O projeto do Deputado Edgard Pimentel é embasado na reivindicação da comunidade,

ao clamor da comunidade e eu concordo também com Vossa Excelência que o 3.º grau deve ser do Governo Federal.

Entretanto, Vossa Excelência também sabe, o Ministério da Educação tem distribuído verbas ao Governo do Estado para ajudar a educação de todos os paranaenses.

Então, eu faço um apelo a Vossa Excelência para que nos ajude a aprovar a estadualização para que a marca também do Governo de Vossa Excelência. Nós não queremos com isso respaldo popular. Nós estamos dividindo o louro até mais para Vossas Excelências. Seria o desejo dos goestinos que o Governador José Richa estadualizasse.

Eu estava presente a uma reunião no Palácio, a convite do Deputado Mário Pereira e do ilustre Deputado Edgard Pimentel, quando vi o Governador José Richa pedir para todos nós ali presentes, eu creio que Vossa Excelência também estava, estava uma gama muito grande de representantes da região, para dar as mãos e pedir a federalização da Faculdade de Cascavel. Se isso não acontecesse ele se comprometeria a estadualizar a Faculdade de Cascavel.

Esse projeto do Deputado Edgard Pimentel, também se embasa na palavra do Governador.

Deputado Nilso Sguarezi, eu faço um apelo a Vossa Excelência em nome dos que representam para que Vossa Excelência convoque os seus Deputados, e aprove. E agradeço desde já antecipadamente o bilhão e 200 milhões de cruzeiros que é verba, até ponderável, que o Governador já coloca no orçamento para o próximo exercício educacional.

Mas, fica aqui o apelo a Vossa Excelência. Apelo de amigo, de companheiro de Assembléia, que reveja o pensamento de Vossa Excelência, vamos estadualizar a Faculdade.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, embora não possa concordar exatamente com o apelo que Vossa Excelência faz.

O que tentamos provar aqui é da política errada que os Governos Estaduais desenvolveram. Nós temos que nos afirmar como Estado, porque nos afirmar como Estado é recuperar a Federação, é contribuir com a democracia, é não bancarmos subservientemente os desejos da União e dos poderosos. Desses que embaiando baionetas e sabres clamam e tripudiam sobre a Nação, como ameaças daqueles que livremente tomam posições políticas e que eram companheiros de ontem e hoje passam a ser covardes. É contra isto que nós queremos uma postura do Governo do Estado do Paraná. Não vamos negar refúgio a ninguém, porque isso seria discriminação, mas não vamos dar prosse-

guimento a esta política de subserviência do Poder Central, responsabilidade da união tem que ser cumprida. E este Governo do Paraná vai ser como marca a defesa intransigente dos nossos direitos, como tem feito a COPEL, não comprando energia porque não precisamos da ELETROSUL. Fazendo uma economia só neste exercício de 25 bilhões de cruzeiros para podermos repassar este dinheiro à eletrificação rural, para podermos Senhores Deputados do PDS, baixarmos em 75% o custo da eletrificação rural, porque não estamos dando dinheiro para o Governo Central.

Esta postura digna, independente e ativa que os Senhores não conseguiram tomar no passado, que nós passamos à tomar agora.

Na medida em que economizarmos dinheiro que cabe à União, poderemos dar maiores recursos para ensino de primeiro e segundo graus.

E é por isso Senhores Deputados, o orçamento da Secretaria de Educação, no ensino superior, em 1984 foi de 53 milhões e a previsão para 85 será de mais de 140 bilhões de cruzeiros.

Em termos de percentuais, Senhor presidente, significa que o Governo do Estado investe 68% no ensino de 1.º grau, incluindo ensino supletivo, educação especial, assistência ao educando, educação física e o pró-rural, investe 13% no ensino de 2.º grau, para atender mais de 120 mil alunos e mais de 500.000 alunos em 85, e 19% no ensino de 3.º grau para atender mais de 30.000 alunos, ou seja, o preço ao aluno no 3.º grau é oito vezes superior ao do 1.º grau, embora a permanência do aluno no 3.º grau seja de quatro anos, em média, e de oito anos no 1.º grau.

Sem contar as faculdades isoladas, o Estado investiu, em 1982 mais de 4 bilhões de cruzeiros, na Universidade de Londrina, mais de 3 bilhões na Universidade de Maringá e um bilhão e duzentos na Universidade de Ponta Grossa, considerando-se apenas os recursos orçamentários a Universidade de Ponta Grossa está muito acima das Universidades Federais e Estaduais de Goiás, Santa Catarina, Passo Fundo, Pelotas, Caxias do Sul, Pernambuco, Salvador, Feira de Santana, Rio Grande do Norte, de Rondônia; vejam então que as Universidades mantidas pelo Estado estão entre as maiores e melhores do País! O que não significa dizer que não se deva aprofundar o debate para superar as deficiências existentes.

O Paraná é o Estado que mais investe no Ensino Superior em termos de oferta de instituições e cursos, e em termos de recursos oriundos da Receita Estadual, que sabemos ser escassa e deficitária em razão evidente da política centralista tributá-

ria, que infelizmente está aí, sendo sustentada há mais de 20 anos.

É por isso, Senhor Presidente, que das instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, apenas três tem um quadro de carreira, originando-se aí, uma enorme disparidade de vencimentos de serviços e professores. Nós achamos que não cabe ao Paraná continuar gerenciando injustiças e que deve ser feito um grande esforço para igualar salários nas faculdades isoladas, onde em muitos casos os professores recebem vencimentos inferiores aos que são pagos aos professores de 2.º grau, o que é mais uma herança recebida pelo atual Governo.

Um outro desvio que precisa ser contido, refere-se às autorizações dadas para criação e funcionamento de Instituições de 3.º Grau, sem levar em conta a realidade existente, a necessidade efetiva e as possibilidades financeiras do Estado, que adianta largarmos doutores se não há mercado de trabalho?

Não pode o Estado do Paraná ser responsável ou admitir que tenha um Ensino Superior para formar um aluno por ano. Enquanto temos centenas, milhares de alunos que não conseguem entrar na 1.ª Escola. Escolas precisando serem reformadas, prédios caindo, constituindo verdadeira ameaça, e o Estado ter de gastar a soma fabulosa de 140 bilhões para o ensino de 3.º grau.

É por isso que jamais se respeitou a Lei Orgânica dos Municípios que determina às prefeituras que se responsabilizem pelos quadros de servidores das faculdades por elas criadas.

E as despesas geradas pela criação de nossos cursos passam a onerar o Orçamento do Estado, sem qualquer planejamento.

Essa expansão descontrolada determinou que hoje, no Paraná sejam mantidas mais de 27.000 vagas para as 13 Instituições do Estado, enquanto que a demanda, aproximada é de apenas 18.000 alunos egressos do 2.º Grau.

O que, traduzidos em miúdos, Senhores Deputados, significa que estamos diante de uma mal versação do dinheiro público, encarado sob o aspecto paranaense, porque aí estão centenas, milhares de catarinenses, gaúchos, matogrossenses e paraguaios, frequentando universidades que vêm do custo, exclusivo do bolso do paranaense!

Ao investir, irresponsavelmente, como querem alguns, no Ensino Superior, para fazer média política, compete ao Estado, pelo menos minimizar a pirâmide educacional que também herdamos. Pelos números oficiais constatamos que de cada 100 alunos que ingressam no 1.º grau, apenas 8 concluem o 2.º grau, trata-se de uma população que se pode considerar semi-alfabetizada e extremamente carente, se conside-

rarmos que a renda média familiar é inferior a três salários mínimos!

Nós do PMDB entendemos que ao invés de dirigir os recursos do Estado para as minorias privilegiadas, o Governo José Richa deve realizar o maior esforço possível, para corrigir as injustiças sociais existentes e para atender, pelo menos, as necessidades primárias da população, com prioridade para a saúde, segurança, emprego e educação de 1.º e 2.º graus.

Não significa dizer que sejam ignorados os problemas existentes a nível de 3.º grau, e sim, que se deva realizar esforços concentrados, além e acima de injunções partidárias, visando a federalização das nossas instituições de ensino superior. Não será com medidas palrativas e demagógicas que atenderemos o clamor da população de Cascavel ou de outras regiões do Estado, em relação ao ensino de 3.º grau. Muito mais importante do que a estadualização da FECIVEL - e este projeto não estaualiza, diga-se a bem da verdade - muito mais importante que isto, é a delimitação de campos de atuação, a divisão de responsabilidades e atribuições. Que o Governo Federal faça a sua parte, retribuindo ao Paraná uma parcela do que nos é devido, que nós do PMDB e o Governo José Richa, saberemos cumprir com as nossas obrigações.

Não nos afastaremos dessa decisão, que é a melhor e que consulta os interesses maiores do Estado, visto globalmente, com a serenidade que o desenrolar dos acontecimentos da própria história determinarão, por consagrar princípios que sempre defendemos.

Estadualizar a faculdade, Senhor presidente, seria possível a um Governo que tivesse sobra de recursos; estadualizar faculdade seria possível ao Estado do Rio Grande do Sul, onde não existe uma só faculdade estadualizada. Mas, no Paraná, Senhor Presidente, em que os números são gritantes contra nós, em que 59% do ensino universitário é público, apenas 41% é privativo. Estes números são por demais graves para o Estado do Paraná permanecer inerte, estadualizando faculdades pelo clamor legítimo, pela reivindicação legítima de comunidades paranaenses. Porque estamos, na verdade, inviabilizando este Estado e não encontrando a solução definitiva, solução correta e definitiva em endereçarmos os nossos esforços, a nossa frente de luta, a mobilização de nossos estudantes, das nossas universidades, para federalizarmos o ensino superior no Paraná. Porque aqui está a grande discriminação. Se é verdade que Cascavel pode dizer que está sendo discriminada em relação a Londrina, Maringá e Ponta Grossa, não é menos verdade, Senhor presidente, que nós paranaenses estamos sendo discriminados em

relação a Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Nós, Senhores Deputados do PDS, que tivemos dois Ministros da Educação. Depois de 1964, dois Ministros da Educação: Flávio Suplicy de Lacerda e o ex-Governador Ney Braga.

E este é o saldo triste e melancólico, que nos dá apenas uma Universidade Federal, e diga-se de passagem, a universidade mais antiga do Brasil, a vetusta Universidade Federal do Paraná, a primeira criada no Brasil. É este o quadro dantesco daqueles que não fazem auto crítica, e subiram nas tribunas para jogar os estudantes contra nós, contribuindo para a inconsciência desta classe universitária, que não sabe que o custo de um aluno de 3.º grau no Paraná representa mais de 500 mil cruzeiros mensais. E se fosse daí, pensando exclusivamente, monetaristicamente falando, o Estado do Paraná deveria privatizar todas as suas universidades e comprar as vagas porque sairia muito mais barato e muito mais em conta para o Estado, comprando uma vaga do que gastar 500 mil cruzeiros para ter um aluno de 3.º grau. Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Inicialmente Deputado Nilso Sguarezi quero cumprimentá-lo pelo brilhantismo de seu discurso.

A posição que Vossa Excelência traz nesta Casa, nesta tarde, é uma realidade do Paraná, e é a consciência do Governador.

A discriminação que sofre o Paraná, e as vultuosas somas empregadas no 3.º grau, comprometendo o ensino de 1.º e 2.º graus, e vultuosas principalmente comparadas com o que os outros Estados investem no 3.º grau.

Sendo essa a realidade, sendo essa a consciência do Governador, mesmo assim existe algumas disparidades a nível regional, a nível Estadual. Enquanto Maringá recebe por habitante 147 mil cruzeiros de retorno nas verbas aplicadas pelo Estado na educação como um todo, Londrina 116, Cascavel somente 17 mil cruzeiros neste ano de 1984. Diante desta realidade, mesmo o Governador tendo a consciência da situação crítica do ensino do 3.º grau e o ensino como um todo no Paraná, nós do Oeste do Paraná fizemos um movimento muito bonito, seria até o termo, juntamos todas as lideranças comunitárias, os Deputados de ambos os partidos, de outras cidades, do PDS e do PMDB, o Prefeito de Cascavel, o arcebispo metropolitano de Cascavel, toda comunidade unida, e levamos o quadro, conscientes do que ocorre a nível nacional, mas levamos o quadro estadual ao Governador José Richa em maio de 1984.

O Governador, repito, consciente des-

ta realidade que Vossa Excelência tão bem traz a essa tribuna hoje, mesmo assim reconheceu que Cascavel não poderia continuar discriminada, e prometeu três coisas, iria colocar recursos no orçamento enquanto lutássemos pela federalização, principalmente sabendo que virá um novo Governo em 1985 que poderá encarar a educação de forma prioritária. O Governador cumpriu a palavra, colocou recursos de um bilhão e duzentos milhões no orçamento de 1985, e nós não poderíamos continuar pressionando o Governador. O Governador que diante desta realidade se sensibilizou ao apelo do Oeste, colocou um bilhão e duzentos milhões, quando Governo nenhum anterior deu um tostão sequer.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI - Conclua seu aparte.

O SR. **Mário Pereira** - E ficamos nós a desconfiar da palavra do Governador dando-lhe o prazo de 120 dias, como se ele não fosse cumprir o restante da sua palavra. Eu que luto, lutei e vou lutar para que os recursos sejam canalizados também para a FECIVEL, que se não tem um título de Universidade, lá estudam estudantes de todo Oeste do Paraná, com quase dois mil estudantes. Não posso, em paralelo, por em dúvida a palavra de quem se sensibilizou, a palavra de quem cumpriu o que prometeu em maio, não posso aqui fazer brincadeiras e querer fazer média eleitoreira só para quem sabe, a uma meia dúzia de estudantes se sensibilizarem com algum discurso mais violento meu.

Eu quero me parabenizar com o Governador José Richa e com Vossa Excelência, por trazer a realidade da educação no Paraná, e o Governador que sabe desta realidade ter se sensibilizado ao apelo conjunto da comunidade do Oeste do Paraná, e de Cascavel em particular.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Inicialmente, por cinco minutos o eminente Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Nelson Buffara, por 5 minutos.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Apenas para concluir o discurso que eu estava fazendo no Pequeno Expediente, pois quando se esgotou o prazo, eu não havia feito.

Dizia eu que, parte da classe política recebeu, no dia de ontem, um recado dos mais sérios:

"Cabe a esses homens, uma postura à altura do momento político e histórico que todos estamos vivendo. Não será a espalhafatosa arregimentação das classes massas, as propostas inconsequentes e demagógicas, o melhor caminho para os momentos de agora; somente através de um amplo entendimento, uma postura marcada pelo diálogo e sobretudo pela sinceridade, continuaremos a desejada caminhada rumo à plena liberdade democrática".

Homem sincero, tranquilo e experiente, não se atribua as suas palavras, sentido diverso do que foi exatamente colocado no discurso do eminente Ministro Délio Jardim de Matos, não se tente atribuir às colocações do militar, ameaças de nuvens negras no horizonte da tranquilidade da família brasileira. Justamente magoado pelo comportamento dos que até ontem privaram do conforto dos gabinetes do Poder e que hoje, despidamente voltam o corpo e os corações contra os companheiros da véspera, o Ministro houve por bem dizer, alto e bom som o que hoje toda a parcela consciente de nossa sociedade tem plena convicção:

"Não existe lugar para traidores, sob o mesmo teto. A democracia, ou é, ou não é, nela não cabem os oportunistas, os homens da falsa palavra, os que postergam o interesse maior da Pátria comum. A prática política não é um balcão de mercado, não é um prostíbulo, para a venda fácil de falsas ilusões e de prazeres frios. A democracia, para quem a conhece, a pratica e pretende exercê-la com plenitude, é coisa muito séria, para homens sérios."

Nesse sentido, o discurso do Ministro Délio Jardim de Matos, dirigido mais, aos homens de bem neste País, em todos os setores de atividade, e menos até, aos oportunistas e trãsfugas que, infelizmente ao longo dos séculos mancham a própria humanidade.

Eu, para encerrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, afirmo, pelo que conheço do passado de Antônio Carlos Magalhães, que a ele falta o mínimo de compostura e de pudor para criticar alguém como Paulo Salim Malluf, ou como alguns Deputados que querem tratar pejorativamente, pelo fato dele ser descendente de árabe, como também de árabe descende o Senhor José Richa, Governador deste Estado.

Eu não posso aceitar certas colocações feitas por deputados desta Casa, quando

querem agredir despididamente, um homem como Paulo Salim Maluf. Eu acredito, Senhor Presidente, que, são os desesperos que tomam conta de certos deputados que têm receio de ver, amanhã, um homem como Paulo Salim Maluf, na Presidência da República. E é isto que vai acontecer. E desde já, eles que se acostumem com o nome de Paulo Salim Maluf, para honrá-lo, se não querem honrá-lo hoje, que honrem amanhã, quando ele for alçado à posição de Presidente da República desta Pátria querida.

Dizia eu, e confirmo, que esse homem, que é um prepotente, que é um déspota, um ditador que é o Senhor Antônio Carlos Magalhães, que só sabe agredir, inclusive a punhos, os seus inimigos políticos, na Bahia; esse homem é um homem que tem um temperamento mental impróprio de políticos, ele não tem condições, as mínimas condições, para tentar agredir um homem da postura de Paulo Salim Maluf.

Portanto eu refuto energicamente as acusações que ele fez ao nosso presidencial, do nosso Partido, do PDS, eis que lhe faltam condições morais para tanto. Ele sim, é um usurpador e um traidor; ele sim, é um aproveitador, que aproveitou a revolução, durante 20 anos, para, hoje, fazer como o porco que come, e vira o cocho. Esse homem deve ser execrado perante a opinião pública. Esse homem não terá sequer o aval do Governador João Duval que, tenho certeza, depois de 15 de setembro vai hipotecar o apoio a Paulo Salim Maluf. Portanto, ele é um banido, ele é um traidor e um inconsequente. É alguém que merece o nosso desprezo, o desprezo de alguém como eu, que enfrentou, por 9 vezes, o mandato popular direto, e posso dizer que, tenho no litoral, o respeito, o profundo respeito dos homens do litoral, porque eu sempre trabalhei e não preciso fazer média agora, com o povo do litoral, para me ombrar a um processo que está em marcha, que é o de tentar uma solução para uma empresa que pretende que uma outra maior possa absorvê-la.

Eu não aceito provocações de nenhum Antônio; não sou alguém para ter, nas manchetes dos jornais, como tem o Senhor Antônio Carlos Magalhães, condições dos jornais estamparem o que ele diz nas suas declarações.

Eu sou um modesto Deputado. Mas honrado. Isso sim, muito mais honrado do que esse patife que é o Senhor Antônio Carlos Magalhães.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira por 25 minutos, no horário

da Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A pretexto de justificar o voto do PMDB contra o estudante de Cascavel, o Líder Governista nesta Casa, pretendeu fazer uma análise do ensino superior no Estado do Paraná. Esqueceu-se, entretanto, de fazer o retrospecto histórico dos que construíram para ficar na demagogia barata dos que nada fazem. Esqueceu-se de dizer, tal como se estivesse ainda em palanque, que o PMDB nada fez pela educação superior do Paraná e que governos anteriores, com lei federal ou sem lei federal, podem mostrar e dizer alto e bom som, que o Paraná construiu 3 universidades estaduais que são exemplo e templo de cultura, de ciência e de tecnologia para a Nação brasileira.

Como é fácil Senhor Presidente e Senhores Deputados, ficar no vazio permanente do negativismo, na falta da assunção da responsabilidade, ainda agindo como se estivesse no palanque eleitoral. Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, PMDB que prometerá mudar, PMDB que na campanha eleitoral no Oeste do Paraná, fora farto em dizer que ia criar a universidade do Oeste. Agora, nega, a voz e a vez aos estudantes para estadualizar a escola, transferindo, simplesmente, numa tentativa de embair a opinião do estudantado da nossa terra. A responsabilidade que tem porque é Governo do Estado, para o Governo Federal.

Só quem não sabe ler uma lei, a 5692, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, aprovada dia 11 de 08 de 1971, pode dizer que o Governo do Estado não tem responsabilidade na estadualização da Faculdade de Cascavel. Tem. O Governo do Estado pode, absorver a fundação. Não terá todas as despesas com a manutenção daquela escola superior, continuará sob o regime de fundação, haverá a participação da comunidade. Os estudantes igualmente pagarão as suas anuidades como vêm pagando os estudantes das universidades estaduais, de Londrina, de Maringá, onde o Governador José Richa foi recebido sob apupos dos Professores e da Universidade de Ponta Grossa. Jogaram até para Sua Excelência moedas, porque, provavelmente, não poderiam os professores estaduais de Maringá jogar os dólares que estão faltando para fechar as contas dos cofres públicos estaduais, graças ao desvio do amigo e companheiro Erasmo Garanhão.

E se o Governo é do PMDB e o Governo do Estado não quer assumir a responsabilidade que tem no episódio do ensino superior do Oeste, é de se perguntar Senhor Presidente e Senhores Deputados, se o Se-

nhor Tancredo Neves, na chapa Roberta Close foi escolhido para dirigir o País, qual vai ser a desculpa do PMDB? Agora eles não podem estadualizar o ensino municipal porque não tem recursos. No momento em que eles assumirem o Governo Federal, será que eles vão inventar uma outra desculpa e dizer tal qual absurdo, que é preciso internacionalizar o ensino superior do nosso Estado ou do nosso País?

Não, Senhor Presidente e Senhores Deputados. O nobre Deputado Edgard Pimentel, no exercício do seu munus parlamentar apresentou um projeto de lei porque o Governador José Richa foi omissos, como omissos tem sido na solução dos problemas da educação do Estado. Ainda hoje nós não teremos quorum porque a bancada majoritária nega, e isto ficará registrado nos Anais desta Casa. Por que? Porque podemos aprovar o projeto de estadualização da Faculdade de Cascavel e podemos também derrubar o veto do Governador do Estado num projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu França, do PMDB. E o Governador José Richa, como sempre omissos, em cima do muro, não deu solução nem para a reivindicação do Oeste, como também preferiu curvar-se aos ditames da Senhora Secretária de Educação, quanto ao Projeto de lei aprovado por unanimidade dos parlamentares do Estado do Paraná.

Concedo o aparte na sequência ao Deputado Gilberto Carvalho e posteriormente ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Gilberto Carvalho - Eu agradeço nobre Deputado o aparte que me concede, lembrando a Vossa Excelência que o Líder do Governo procura prestar esclarecimentos que não é a nós que ele deve prestar esclarecimentos, mas sim ao povo do Paraná pelas promessas que fizeram na campanha política.

O que nós estamos fazendo não é demagogia. O que nós estamos cobrando, é a promessa feita de estadualização; é a promessa feita em todos os setores. Agora, há pouco, ele comentava ainda sobre o baixo custo da instalação de energia na área rural, que foi graças à economia. Mas, não diz ao povo que foi graças a baixa do padrão aplicado pela COPEL. Que eu não sou contra, que facilite, que coloque outros materiais para que fique mais barato; mas não foi a economia que fizeram com outros recursos. Mas baixaram a qualidade do sistema de instalação da energia elétrica na área rural.

E os recursos emprestados, tudo isto e ainda nobre Deputado, agora há pouco nós ouvimos falar o Deputado Orlando Pessuti que eu não pude apartear, dizendo que nunca se fez tanto pelo vale do Ivaí como se fez no atual Governo.

Mas a semana passada ainda, numa reunião da Muvi, os Prefeitos lá reunidos reclamavam, e o Prefeito anfitrião, de São Pedro do Ivaí, dizia que até agora não pode aprovar nada, de mostrar nada ao seu povo, um poste sequer colocado na sua administração com o atual Governo, porque até agora nada pode fazer.

E assim, todos os Prefeitos reclamaram. E dizia agora, há pouco, que nunca se fez tanto. Eu convidaria para fazer uma análise de tudo o que existe no Vale do Ivaí, o que foi feito nos governos passados e que agora nada estão fazendo. Fala-se na estadualização da FECIVEL, criticavam as três universidades, mas deixam de comentar...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eles querem demolir o ensino superior do Paraná.

O SR. Gilberto Carvalho - Demolir, é isso mesmo, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É grave esta denúncia que trago ao Paraná, a irresponsabilidade do PMDB, está destruindo a tradição de cultura, de ciência e de tecnologia que as universidades e que o ensino superior implantou no Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho - Essas três universidades, criadas no Governo Paulo Pimentel, foram mantidas por todos os outros governos: Jayme Canet, Ney Braga, Emílio Gomes. E por que o atual não pode manter? O que está fazendo? E fala ainda em melhorar o nível de ensino do 1.º e 2.º graus, os quais estão caindo dia-a-dia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Veja eminente Deputado Gilberto Resende de Carvalho, eu trago a Vossa Excelência um dado e vou discutir com Vossa Excelência: argumentação do Líder Governista que procura encontrar desculpa para votar contra o estudante de Cascavel e do Oeste do Paraná é de que a responsabilidade é exclusiva do Governo Federal. Evidentemente que é um equívoco de Sua Excelência porque os três níveis de Ensino estão interligados de acordo com o espírito da Lei de Diretrizes e Bases do Governo Federal aprovada em 1971. Tanto isto é verdade que trago ao conhecimento da Casa a destinação de verbas pelo Ministério da Educação e Cultura do Estado do Paraná, para cento e cinqüenta municípios, para aplicação no ensino municipal, que é de responsabilidade do município. O Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, destinando, durante o exercício de 1984, dois bilhões de cruzeiros para aplicação nos Municípios do Paraná.

Oral! Se fosse verdade o raciocínio do

Líder do Governo, então os municípios do Paraná não deveriam receber auxílios do salário-educação, cota federal, além da cota estadual que já recebem de acordo com a aprovação do Conselho Estadual de Educação. Vamos negar que o Ministério da Educação e Cultura trouxe esses recursos? Sua Excelência que, no afã de defender o Governo do Estado, o Governo sem obras, o Governo maculado pelo "escândalo dos dólares", diz que o Governo Federal não faz nada. Trago aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma relação de municípios atendidos pelo Governo Federal, pelo Ministério da Educação e Cultura, e são diversos os municípios, sem discriminação político-eleitoral como faz o regime peemedebista - e vou provar nesta tarde, aqui no Paraná. São aqui municípios como Amaporã, Andirá, Apucarana, Arapoti, Araucária, Assis Chateaubriand, Barbosa Ferraz, Bocaiuva do Sul, Cafeara, Cambé, Campo Largo, Campo de Mourão, Cantagalo, Chopinzinho, Cidade Gaucha e tantos outros, todos municípios que solicitaram recursos ao Ministério da Educação e Cultura, para equipamento escolar na área do ensino municipal...

O **Sr. Gilberto Carvalho** - Mas não era só isso, nobre Deputado, tem mais dois bilhões para reparo em estabelecimentos escolares e do Ministério da Educação. Isso eles não dizem que veio do Governo Federal.

O **SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** - Isso é evidente que o Governo Federal destinou, destinou no exercício, eminente Deputado, no exercício de 1983, dezoito bilhões de cruzeiros para aplicação em obras no Estado do Paraná por ocasião das catástrofes, e eu vou citar mais um dado para os governistas ficarem procurando no computador do Palácio e depois virem com discursos pré-fabricados. Durante o ano de 1983 os Senhores sabem quantos bilhões o Governador José Richa destinou para os municípios? Dezoito bilhões de cruzeiros! Sabem quanto deu a Londrina? Londrina é uma cidade importante, precisa de recursos, praticamente um bilhão de cruzeiros, novecentos e poucos milhões de cruzeiros.

E agora quero denunciar outra discriminação do Governo José Richa contra Ponta-Grossa, contra Cascavel e Maringá, pois que receberam durante o exercício de 1983, não chega à metade do que recebeu Londrina, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A discriminação do Governador José Richa, atendem para isso, deputados governistas, não é apenas com relação aos deputados do PDS, não, porque eu vou dar outro dado estarrecedor nesta tarde.

Os Srs. sabem quantos milhões de cruzeiros o Governador José Richa aplicou na verba de assistência social do Palácio Iguaçu, na verba que depende do despacho de Sua Excelência o Governador do Estado? Eu vou dar os dados para os Senhores: 33 milhões de cruzeiros. Sabe quanto para os municípios do PDS? 27 milhões de cruzeiros; os outros 300 milhões de cruzeiros, foram engordar os cofres das Prefeituras do PMDB, talvez, não quero cometer injustiça, talvez para aqueles Prefeitos que o Governador José Richa na cidade de Maringá, denominou como Prefeitos corruptos, para eles o Governador José Richa dá dinheiro, para os seus, para a sua cidade, o Governador José Richa discrimina como as outras regiões do Paraná.

O PMDB deve uma resposta ao Paraná, o que fez o setor da educação, o PMDB deve pelo direito que tem a região Oeste de reivindicar uma solução para o problema da faculdade municipal de Cascavel.

Quando o Deputado Edgard Pimentel, apresentou o projeto de lei, foi para suprir a omissão, a indecisão, a falta de coerência, a falta de capacidade de decidir do Governador José Richa, como provavelmente o Deputado Tadeu França apresentou o projeto de lei que o PMDB hoje não quer votar, propiciando aos professores retornarem às suas cidades de origem, exatamente porque a marca do regime peemedebista do Paraná é a marca da falta da decisão administrativa, da falta de coragem, da falta de assumir a responsabilidade e isto, quero que fique registrado nesta Casa, a marca do Executivo, está se transformando também na marca da bancada peemedebista nesta Casa, que não deixa a Assembléia funcionar, porque não tem a coragem de assumir a responsabilidade de votar contra estudante e porque não tem a coragem de assumir que eles são contra o professorado do nosso Estado.

Isto é o que está ocorrendo, o resto são ilações, ilações maldosas, como aquelas que vêm uma iniciativa política, no projeto do Deputado Edgard Pimentel.

O **Sr. Edgard Pimentel** - Vossa Excelência permite um aparte?

O **SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** - Na sequência. Quando um projeto não é político, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Qual é a missão do parlamentar nesta Casa? Não é representar o seu povo? Honrar o seu voto? E foi isto que fez Edgard Pimentel. E por causa disso, está sendo ameaçado de ser pintado como um homem que se aproveita dos episódios políticos, para prestígio pessoal.

O se passado, Deputado Edgard Pimentel - e não faço aqui nenhum elogio imerecido

- de homem dedicado à comunidade; de homem com o coração aberto ao ouvir o clamor popular, lhe dá autoridade pessoal de reivindicar aquilo que o seu povo quer. E Vossa Excelência transmitiu no papel, o amor que lhe vai no coração, pela educação e por Cascavel e pelo Oeste, pelo Paraná e pelo Brasil.

Não serão tentativas como esta, de denominar o seu projeto como projeto político, que farão calar, na impressão dos estudantes que ontem aqui estavam, aquilo que Vossa Excelência pretende implantar, aquilo que o PMDB retira do jovem do Paraná.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, Sr. Deputado Edgard Pimentel, e depois, ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Edgard Pimentel - Eu agradeço a Vossa Excelência ter me concedido o aparte, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, para colocar que, se me acusam de ter cometido alguns excessos, na sessão de ontem, eu credito talvez os excessos cometidos, ao zelo e ao apego que tenho pelas causas que vêm ao encontro do clamor da gente que nós buscamos representar nesta Casa.

Quem me conhece, ao longo de 22 anos, morando no Oeste do Paraná, mais propriamente em Cascavel, sabe muito bem, que em momento algum, eu busquei fazer demagogia com as minhas ações. E sabe também a Bancada do PMDB quão grande foi o esforço que eu dispensei, no diálogo com o Líder do Governo, no diálogo com os representantes do PMDB que têm assento nesta Casa, no sentido de encontrar um denominador comum, que facilitasse a tramitação da matéria nesta Casa. Esgotaram-se, portanto, nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, todos os esforços que nós canalizamos, para que o projeto de lei que propõe a estadualização da FECIVEL pudesse ser votado tranqüilamente. E eu cobro também, nobre Deputado, a coerência daqueles deputados, que na primeira votação, foram favoráveis à aprovação da matéria e que num lapso tão curto de tempo, mudaram a sua estratégia. Portanto, eu registro a minha posição. Eu não tenho nada de pessoal contra o eminente Deputado Mário Pereira. Se zelo houve, se excesso houve, na tarde de ontem, eu repito, foi pelo zelo, pela dedicação, pelo apego, pelo respeito que nós temos, por Cascavel, pela sua sociedade e todos os seus segmentos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência tem a mesma posição que este Deputado. Respeito os meus adversários políticos. Procuro debater no campo das idéias; respeito o Deputado Mário Pereira. Registro aqui que na primeira votação, Sua

Excelência disse que Cascavel e o ensino superior no Paraná, ficaria a lhe dever com a apresentação do projeto de lei que estadualizou a faculdade. E ontem, para as câmaras da televisão, para os estudantes aqui presentes, ele denominou o projeto de lei de Vossa Excelência, aprovado pelas comissões técnicas competentes, como um "projetinho".

Em consequência disso, eu prefiro ficar com a opinião do Deputado Mário Pereira, na primeira votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela ordem) - Sr. Presidente, segundo nos consta e pudemos acompanhar, o horário da liderança foi ocupado por 6 minutos, pelo nobre Deputado Nelson Buffara, e já temos o Deputado Luiz Alberto Oliveira, ocupando o tempo por 24 minutos, quase 25. Acreditamos que o tempo da Liderança do PDS já se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa a Vossa Excelência que o Deputado Luiz Alberto tem 25 minutos do seu tempo regimental e usou até que Vossa Excelência pedisse pela ordem, 24 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Anteriormente, nós tínhamos guardiões do Templo. Agora nós temos guardiões do tempo, Sr. Presidente.

A verdade é dura de ser ouvida, machuca o ouvido dos governistas.

Passo o aparte ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Antonio Belinati - Deputado, é que o José Richa deu um bilhão para Londrina, foi isso?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quase isso.

O Sr. Antonio Belinati - Bem, a informação que circulava em Londrina há três dias atrás é que o José Richa deu cinco bilhões para a Prefeitura de Londrina.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na moita. Para Deputados de Maringá, para que os Deputados de Cascavel não percebam que o Governador José Richa dá mais recursos só para Londrina, e nega o atendimento às legítimas aspirações das outras regiões do Paraná.

O Sr. Augusto Carneiro - Eu agradeço nobre Líder a oportunidade deste aparte, porém o tempo está esgotado e com o guardião que aqui está, possivelmente, não permitirá que isemos um ou dois minutos da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa que está esgotado e concede-lhe

um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quem entende bem de guardado é o Senhor Erasmo Garanhão e o Senhor José Richa que estão se explicando na justiça o que fizeram com o dólar guardado do povo do Paraná.

Isso é que o Parana precisa ouvir, Sr. Presidente, para que nós possamos, desta tribuna, ser efetivamente, os fiscais da ação governamental.

Recebemos aqui os companheiros do Partido Democrático Social, a missão nas urnas de 82 de fazer oposição. Oposição sem ódio e sem medo. Oposição cobrando, oposição alertando, oposição apresentando projeto de lei como este do Deputado Edgard Pimentel para solucionar o problema da educação superior do oeste do Paraná.

Muito obrigado. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa anuncia com satisfação, as presenças em plenário, dos Senhores Vereadores do Município de Campina da Lagoa, Francisco Assis, Dalci Bornari e José Félix; e do Município de Castro, o Vereador Ezidro Guedes.

Encerrada a hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (**Pela ordem**) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Vinte e quatro (24) Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Permanente de Direitos Humanos.- **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão de Direitos Humanos.- **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando

o Senhor Deputado para membro-titular da Comissão Pinheirão. - **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, constante do expediente de sessão anterior. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos. - **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 174/84 (Mens. n.º 148/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares), dos EUA, visando ainda, autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) dos EUA, conforme especifica. - **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 174/84:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares), dos Estados Unidos da América do Norte, para aplicação no Programa de

Construção, Melhoramentos e Reequipamento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná.

Art. 2.º - O prazo de amortização, carência, juros e comissões, obedecerão exclusivamente as taxas vigentes no Banco Interamericano de Desenvolvimento, as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências de órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares) dos Estados Unidos da América do Norte de forma a atender as disposições legais estabelecidas pela Portaria Interministerial n.º 039, de 08 de março de 1984.

Parágrafo único - Para efetivação das garantias previstas neste artigo, o Poder Executivo poderá vincular o direito ao crédito resultante das quotas ou parcelas, de que é titular e que lhes são transferíveis, na forma dos arts. 25 e 26, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 4.º - O Poder Executivo incluirá nos Orçamentos Anuais, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias, para os juros e demais encargos da dívida a contratar, bem como para as amortizações a serem procedidas, no período de vigência da operação de crédito prevista na forma do art. 1.º desta lei.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30/08/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 40/84, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 25.04.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando a adoção de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. (Mensagem n.º 28/84).

Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 41/84 (Mensagem n.º 30/84), que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 30/83, celebrado em 08 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando a ampliação das obras do terminal rodoviário de passageiros do referido município. - **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º

42/84 (Mensagem n.º 35/84), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 09 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas. - **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 58/84 (Mensagem n.º 74/84), que aprova os Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos municípios signatários. - **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Termos de Ajustes celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, e os municípios adiante discriminados: São José dos Pinhais n.º 77 e 78, Araucária n.º 79, Rio Negro n.º 80, Lapa n.º 81, Imbituva n.º 62 e 83, Irati n.º 84 e 85, Campina Grande do Sul n.º 86, Campo Largo n.º 87, Piraí do Sul n.º 88, Rebouças n.º 89, Colombo n.º 90, datados de 27.09.83 e Quatro Barras n.º 92, datado de 08.11.83, objetivando a construção de Centros Sociais Rurais em Distritos dos Municípios signatários.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13/08/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 96/84 (Mensagem n.º 65/84), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e os municípios que especifica, objetivando amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado. - **Encerrada a discussão.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 96/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, em data de 25 de novembro de 1981, 19 de maio de 1980, 09 de abril de 1981, 17 de novembro de 1980 e 20 de novembro de 1981, através da Secretaria de Estado da Agricultura

e os Municípios de Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Salto do Lontra, Colorado e São Tomé, respectivamente, objetivando o amparo e desenvolvimento às atividades de setores agropecuários do Estado.

Art.2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

JORGE MAIA FILHO

Relator.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 199/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 126/83), que considera como Área Especial de Interesse Turístico, conforme disposto na Lei Federal n.º 6.513, de 20.12.77, a área de terras descrita no Decreto Estadual n.º 4.484/81. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C. e C.T., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 149/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 121/84), que autoriza o Poder Executivo permutar, com o Município de Ibiporã as datas de terreno n.ºs 13 e 14, da Quadra 55, pelas datas n.ºs 3 e 4, da Quadra n.º 33-A, conforme especifica. (Destinadas a construção da nova delegacia de Polícia). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 54/84, (Mensagem n.º 66/84- ex-Proposição n.º 69/884), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado em 16.01.84 e o Município de Araucária, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a realização da 8.^a Festa do Pêssego e do Ovo e da IV FAIAL, com vistas a ensejar a melhoria da produção e da produtividade agrícola da região. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 55/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 70/84), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 05/83, de 25.10.83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 43/83, celebrado em 07.03.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Piên, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução

n.º 56/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 71/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 08/83, de 25.10.83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 100/83, celebrado em 09.05.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Marialva, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 57/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 73/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

3.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução n.º 59/84 (Mensagem e ex-Proposição n.º 75/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 57/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que autoriza o Poder Executivo, mediante Convênio, repassar aos Municípios o Produto da Arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, de que trata a Lei Estadual n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO da C.C.J., por unanimidade e com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 124/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que veda a qualquer título Distribuição de Dividendos a Funcionários e Diretores de Empresas de Economia Mista, nas quais o Estado seja acionista majoritário, e dá outras providências. Com PARECERES CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 26/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Funda-

ção Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel- FECIVEL, com sede e foro na Cidade de Cascavel, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 93/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que fixa em 50 (cinquenta) anos completos o limite de idade para inscrição em Concurso Público, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 93/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica fixado em 50 (cinquenta) anos completos o limite de idade para inscrição em concursos para o ingresso no serviço público estadual.

Art.2.º - É vedado a qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ao fixado no artigo anterior.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Paraná fixa atualmente em 45 anos completos, o limite de idade para a inscrição em concurso para o ingresso no serviço público.

Esse diploma legal permite, porém, que seja reduzido esse limite máximo, a critério do órgão público que venha a promover o concurso.

Daí porque, consideramos oportuna a apresentação do presente plano de lei, uma vez que, ao mesmo tempo que amplia o limite de idade, torna obrigatória a sua manutenção em todos os concursos que doravante sejam promovidos por quaisquer órgãos da Administração Direta e Indireta de nosso Estado.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos ilustres Senhores Deputados para a aprovação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 93/84

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Ivan Gubert, no art. 1.º pretende fixar em cinquenta (50) anos completos, o limite de idade para inscrição

em concursos públicos para o ingresso no serviço público estadual. Bem como no art. 2.º veda a qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta do Estado do Paraná, estabelecer limite de idade inferior ao fixado no art.1.º.

O projeto amplia o limite de idade para inscrição em concurso público, por quaisquer órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado, o que não deixa de ser uma medida humana e social.

Sendo assim, não havendo impedimento de ordem legal ou constitucional, que proíba a normal tramitação do presente projeto pelos demais órgãos da Casa, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 93/84

O nobre Deputado Ivan Gubert pretende, com o presente plano de Lei, alterar o limite de idade para inscrição em concurso público para o ingresso no serviço público estadual, fixando em 50 anos completos.

Objeto de exame por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, visto não existir nenhum óbice legal ou constitucional, que impeça a sua tramitação.

O elevado mérito e o alto alcance social da medida, justificam plenamente a oportunidade do referido projeto de lei.

Consideramos que, se o candidato estiver em pleno gozo de suas faculdades mentais e físicas, nada mais justo a pessoa com 50 anos e com saúde poder, se desejar, candidatar-se a uma vaga em qualquer órgão público do Estado.

Assim sendo, manifestamos nosso parecer favorável à matéria, opinando pela sua aprovação.

Tal é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 01 de agosto de 1984

(a) ODENI MONGRUEL

Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 125/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7.268, de 26.12.79, conforme especifica. (OPÇÃO NO REGIME DE TRABALHO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão).**

PROJETO DE LEI N.º 125/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1.º - Prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 7.268, de 26 de dezembro de 1979, a partir da data da publicação desta lei.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem como finalidade suprir a falta de tempo físico necessário para que profissionais, preteridos que foram em virtude das circunstâncias, possam optar pela colocação ofertada na lei que originou tal situação.

Em tratando-se de um imperativo de justiça, submetemos este projeto à aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa, esperando o devido acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao projeto de Lei n.º 125/84

De autoria do ilustre Deputado Nelson Vasconcellos, o presente plano de lei pretende alterar o prazo estabelecido pelo art. 7.º da Lei n.º 7.122, de 26 de abril de 1979.

A justificativa do autor demonstra de forma convincente não deixando dúvidas quanto à oportunidade e justiça da medida proposta, visto que, por motivos de força maior, alguns engenheiros deixaram de optar, em tempo hábil, dentro do prazo estipulado pela referida lei.

Diante do exposto, entendemos que o projeto de lei não conflita com qualquer dispositivo legal, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NELSON BUFFARA

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 119/84, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN e OUTROS, que dispõe sobre alteração da Simbologia dos Cargos em Comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da COMISSÃO EXECUTIVA, C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão). (Publicado no D.A. n.º 43, de 23.05.84.).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 120/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação aos artigos 5.º e 6.º e 10.º, da Resolução n.º 57, de 29.06.84, e dá outras providências. (ASCENSÃO E PROGRESSÃO FUNCIONÁRIOS ALEP). com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 43, de 23.05.84.).

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n.º 137/84, VETO APOSTO ao Projeto de Lei n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com PARECER da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário, por maioria. Encerrada a discussão.

Of.n.º DTL/69/84

Curitiba, 03 de julho de 1984.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 57/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 77/83, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo considerar, para efeito de estágio probatório ao professor aprovado e classificado em concurso público, para cargo do Magistério da Rede Estadual de Ensino, o tempo de serviço anteriormente prestado em atividades docentes ao Estado do Paraná.

Visa ainda, o projeto de lei em causa, autorizar o Poder Executivo a reabrir prazo, a fim de que ocupante de cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal tenha nova oportunidade de participar do processo seletivo interno realizado pela Secretaria de Estado da Educação, na forma do art. 25, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, para ingresso no Quadro Próprio do Magistério.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que fere os mandamentos contidos no art. 25, § 1.º, alínea c, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo, a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Cabe ressaltar que a inconstitucional-

lidade da medida, não fica adstrita tão somente aos aspectos da iniciativa do processo legislativo. Ao contrário, torna-se mais ampla por se conflitar com o art. 67, da Carta Estadual, que estipula ser a estabilidade adquirida após dois anos, pelos funcionários nomeados por concurso. Tal exigência consta do art. 100, da Constituição Federal e é extensiva aos funcionários estaduais. Isto significa dizer que a aquisição da estabilidade, pelo prisma constitucional, depende do estágio probatório de dois anos, cumprido após a investidura no cargo mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. Por sua vez o conceito de estabilidade é dado de maneira bastante precisa, através do disposto no art. 135, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, segundo o qual:

"Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o transcurso do período de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial ou de decisão em processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa".

Tal conceito aplica-se ao Magistério, por força do art. 55, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976.

Assim, verifica-se que estabilidade e estágio probatório são indissociáveis, sob pena de se incorrer em violação aos preceitos constitucionais antes mencionados.

Esses os motivos que levaram-me a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 77/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Considera-se para efeito de estágio probatório ao Professor, aprovado e classificado em concurso público, para cargo no Magistério da Rede Estadual de Ensino, o tempo de serviço anteriormente prestado em atividades docentes ao Governo do Estado do Paraná.

Art. 2.º - O Poder Executivo fica autorizado a reabrir o prazo para que o ocupante do cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo que, por motivo justificado ou por não se encontrar no exercício de suas funções, deixou de participar do processo seletivo interno realizado pela Secretaria da Educação para

o ingresso no Quadro Próprio do Magistério, na forma do artigo 25 da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, possa pleitear a sua habilitação, em igualdade de condições, cumpridas as mesmas exigências.

§ 1.º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos de afastamentos que resultaram em abandono de cargo.

§ 2.º - A regulamentação e realização do processo seletivo interno de que trata este artigo deverá ocorrer dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei.

§ 3.º - O prazo de validade do processo seletivo anterior terá o mesmo vencimento daquele que será realizado de conformidade com o disposto neste artigo.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1984.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta visa estabelecer a dispensa de um requisito que o professor, comprovadamente já o supriu anteriormente à prestação de concurso para o ingresso na carreira do magistério.

Com isso, haverá uma economia temporal na utilização dos serviços profissionais do professor e em favor da rede estadual de ensino.

É com essa intenção que apresentamos o presente plano de lei que, por certo, irá merecer a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 137/84

A presente proposição trata do veto Governamental ao Projeto de Lei n.º 77/83, de autoria do nobre Deputado Tadeu França que dispõe sobre matéria referente ao Magistério Público.

Analisando-se a Proposição em tela, temos que:

I - O veto Governamental foi apostado dentro do prazo constitucional;

II - As razões do veto, conforme esclarece o ofício DTL/69/84, estão fundamentados em bases constitucionais vigentes.

Nestas condições, a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1984

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a

Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ângelo Moreira da Fonseca, ocorrido no dia 24 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministro dos Assuntos Fundiários e Presidente da República, bem como ao Conselho de Segurança Nacional, encarecendo intervenção a fim de impedir o desejo de inúmeras famílias alojadas na Fazenda Anoni que irá provocar respeitável instabilidade social na Região Sudoeste do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo para que, através da Defesa Civil e com a cooperação da Polícia Estadual, faça desencadear operações "pente fino" de salvamento, nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção ao Movimento Brasil Informática. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de que o nome do Parque João Paulo II, seja formalizado por meio de um diploma legal. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a reforma do Colégio Estadual Olavo Bilac, no Município de Cambé. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretários da Educação e da Administração, encarecendo seja concedida a remoção a professores remanescentes do último concurso público estadual de sua carreira, e conforme passa a justificar. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, na íntegra da "Carta Aberta ao Padre Emir", publicada no Jornal Paraná Esportivo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para compra de sementes para o pequeno e médio produtor do vale do Ivaí. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico, no Posto de Saúde, no Município de Medianeira. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo sejam efetuados reparos na Escola Miguel Schleder, no Município de Morretes. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Indústria e Comércio, encarecendo estudos no sentido de que seja mudada a atual sistemática de aferição das balanças nas Casas Comerciais, passando as atribuições às Prefeituras. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos dignos magistrados Carlos Raitani, Luiz Carlos Reis, Francisco de Paula Xavier Neto, Darcy Nasser de Melo, Pedro Barry e Luiz Viel, recém-nomeados para o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, encarecendo a designação de um Procurador Especial para acompanhar o inquérito referente ao assassinato do Senhor Darci Farias Machado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "A Derrota Antecipada", de Carlos Chagas, publicado no Jornal "Folha de Londrina". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de

dois aparelhos telefônicos públicos, no Bairro São Cristovão, Município de Capane-ma. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a criação de um curso de 2.º grau, na Escola Unidade Pólo, no Bairro Jardim Alvorada, no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Conselho Federal de Educação, encarecendo providências para a unificação do livro didático para o ensino de 1.º e 2.º graus. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hercílio Vicente, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Jornal Folha de Londrina, pela realização da Campanha do Café e da Diversificação Agrícola. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sidney Pereira Jorge, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ricieri Brandalize, ocorrido no dia 28 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Adolfo Henrique Klinger, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Lara Vaz, ocorrido no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando vo-

to de pesar pelo falecimento do Senhor Euclydes Hoffmann Perez, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Michel Soni, Advogado e Presidente do Diretório Municipal do PMDB do Município de Apucarana, ocorrido no mês de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Angelo Moreira da Fonseca, ocorrido no dia 24 de agosto do corrente ano, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Cid Pereira Jorge, ocorrido no dia 27 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando o asfaltamento da estrada que liga São Miguel do Iguaçu a Missal. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura, visando o desencadeamento de uma política que comprove a viabilidade do pequeno proprietário rural, outorgando-lhes experimentalmente os benefícios da irrigação. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, encarecendo providências para realização do plebiscito em Campo Bonito no Município de Guaraniaçu, para a criação de Município. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pleiteando um ambulatório e gabinete dentário para o Hospital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Distrito de Jussara, Município de Kaloré. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Squarezi, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando a designação de um delegado especial para acompanhar o inquérito sobre a morte do Senhor Darci Farias Machado, no Município de Dois Vizinhos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências para que o asfalto ligando Santo Antonio do Sudoeste à Barracão, tenha seu trajeto passando por Marcianópolis- Linha Formosa-Barracão. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, pleiteando a inclusão de um stand, na Feira Estadual do Artesanato para os Indígenas Paranaenses do Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do documento denominado "Momento Nacional", de autoria da CNBB, publicado na "Folha de São Paulo". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Doutor Luiz Silva Albuquerque, ex-Governador do Distrito L-6 do Lions Internacional, pela ação desenvolvida na gestão 83/84. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando a estabilidade no emprego aos funcionários estaduais sob o regime da CLT, com cinco ou mais anos na função. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, visando estudos referente à isenção do ICM sobre acréscimo de vendas a prazo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Órgãos Estaduais e Federais responsáveis, envidando esforços para a reativação da Bolsa de Cereais e Mercadorias de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, pleiteando a construção de um prédio próprio no Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Deputados Federais e Senadores pelo Paraná, visando uma ação vigorosa no sentido de limitar a correção dos alunos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, envidando estudos no sentido de se instalar uma guarnição no Município de Marialva. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, sugerindo isenção do ICM nas parcelas relativas ao acréscimo sobre as vendas a prazo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à OAB-PR, no sentido de que a mesma veja a possibilidade de responsabilidade criminal contra o Senhor Emir Caluluf. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que seja agilizado um plano integrado de assistência à infância, implantado a rede estadual de creches, junto aos Grupos Escolares do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que seja agilizado um plano integrado estadual de assistência ao menor carente, implantando as oficinas de orientação para o trabalho. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários da Segurança Pública e da Justiça, encarecendo informações com dados estatísticos referentes à elevação dos delitos contra o patrimônio em Curitiba, bem como informações referentes às fugas e evasões de sentenciados dos Estabelecimentos Penais do Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória, encarecendo o tombamento das terras de ocupação imemorial das Nações Indígenas remanescentes em nosso País. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo informações quanto à realização de estudos visando a criação e instalação de uma agência no Município de Iretama. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Municipalidade de Iretama pelos 24.º ano de emancipação política e administrativa. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem destinados ao Asilo São João Batista, no Município de Moreira Salles. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de um terminal rodoviário de passageiros no Município de Quinta do Sol. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais no Colégio Estadual Princesa Isabel- Ensino de 1.º e 2.º graus, no Município de Araruna. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Guido Bensone por ter assumido recentemente o cargo de Vereador no Legislativo Municipal de Boa Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da

COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo um exame profundo das condições de funcionamento da agência do Município de Moreira Salles. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, visando a liberação de recursos financeiros para reformas amplas no Estádio Ariovaldo Huerger, no Município de Araruna. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Agricultura e Diretor-Presidente da CAFE do Paraná; pleiteando a construção de um depósito central de calcário no Município de Paranavaí. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 01/83, 04/84, 60/84, 61/84, 62/84, 63/84, 64/84, 65/84, 66/84, 67/84, 68/84, 69/84, 70/84, 71/84 e 72/84.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 174/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 40/84, 41/84, 42/84, 58/84 e 96/84.

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 199/83 e 149/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 54/84, 55/84, 56/84, 57/84 e 59/84.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 57/83, 124/83 e 26/84.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 93/84 e 125/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119/84 e 120/84.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 137/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 73/84, 74/84, 75/84, 76/84, 77/84, 78/84, 80/84, 81/84, 82/84, 83/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 198/84 e 202/84.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução n.ºs 49/83, 43/84, 44/84, 45/84, 46/84 e 47/84.

Levanta-se a Sessão.